

R U M O D A T E R R A : R U M O D A L I B E R D A D E
= =

(Um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA NO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SO-
CIAIS DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARI-
NA.

E L O Í S A W I N T E R N A S C I M E N T O
- - - - -

FLORIANÓPOLIS
Agosto/1985

A G R A D E C I M E N T O S

Para Ana Maria Beck, amiga e orientadora, que me ajudou no caminho da elaboração deste trabalho.

Para a amiga Sônia M. Souza, que além de datilografar com dedicação, que não encontraria em qualquer outro profissional, me deu incentivo durante todo o trabalho, meu muito obrigado especial.

Para Daisy que me apoiou e auxiliou na transcrição de fitas.

Para Flora que foi minha companheira de pesquisa e me ensinou a viver com os colonos com alegria e naturalidade.

Para Munir, pela paciência e apoio como companheiro.

Para os seringueiros de Xapuri, com quem tanto aprendi.

Para todos os colonos que, fizeram este trabalho comigo e em especial Waldomiro e Andreia, Doca, Judite e Pedro que nos receberam em sua casa me ensinando o valor e sentido da hospitalidade.

Para todos esses amigos que tornaram esse trabalho possível meu muito obrigada.

Agradeço ainda à CEPA/AC que me apoiou e colocou as informações que detinham a meu dispor, e a todos colegas que me auxiliaram a compreender o Estado do Acre.

"Mais federal como nós, que támo abrindo o Estado. Já abrimo São Paulo, Paraná e Mato Grosso que támo abrindo, Rondônia e o Acre. Nós como as fera mais federal. Mais federal como nós. Não só nós que veio de lá, mais os próprio acreano. Não que eu vá dizê que só os de lá que é bicho, né? Que nós viemo aqui também. Mas os acreano támo batalhando, támo lutando também, né?"

(J., Paraibano, 30 anos)

R E S U M O

Este estudo foi feito com um grupo de trabalhadores desalojados da área de alagamento da Hidrelétrica de Itaipu hoje no Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, no Acre.

A pesquisa levada a efeito com esses trabalhadores se orientou segundo os seguintes temas básicos:

- O processo migratório que cumprem na busca de terra, na busca de manutenção de sua identidade como produtores rurais autônomos.

- A resposta institucional dada à sua aspiração pela terra, os condicionantes que levam à formulação dessa proposta e os que fazem com que esses trabalhadores a aceitem.

- A realidade encontrada no Acre, como condições de reprodução do colono e a compreensão engendrada no seu histórico e a partir do momento que se compreendem como um grupo sujeito às mesmas injunções.

- O confronto de duas identidades culturais distintas - o trabalhador rural acreano - seringueiro/posseiro e os colonos vindos do Sul do país como agentes no processo de reorganização do espaço econômico.

A principal preocupação deste trabalho se atém a recuperar as concepções desses trabalhadores sobre e no pro-

cesso de sua reprodução como pequenos produtores rurais autônomos. Contudo, buscou-se não se limitar a apreensão da lógica do universo cultural da categoria ao nível de sua consistência interna, mas como parte do processo que vivenciam das contradições enfrentadas, enfim, enquanto um aspecto interno a esse processo.

S U M M A R Y

This study reports on research conducted with a group of laborers dislodged from a flooded area at the Itaipu Hidroeletric in Paraná, who are, at present, in the Pedro Peixoto Directed Settling Project, in Acre.

The research carried out with those laborers was based on the following topics:

- The process of migration that they fulfill in search of land and their identify as rural landowners.

- The institucional reply given to their aspirations towards land. The conditioning circumstances that lead to the formulation of such proposal and what make those laborers accept it.

- The reality they met in Acre, such as the conditions of reproduction of the settlers and the comprehension they add to their curriculums since the moment they realize they are a group subjected to the same injunctions.

- The confrontation of two distinct cultural identifies - the country acrean laborer latex extractor/holding and the settlers coming from the Southern part of Brazil acting as agents in the process of reorganization of the economic space.

The main purpose of this work is to recover these

labores conceptions about their process of reproduction as small rural landowners. However it has been attempted not to comprise the study in searching the logic of their cultural universe, in terms of their internal consistence, but as part of the process they live as to the contractions they face, that is, as an internal aspect to this process.

Í N D I C E

TÍTULO.....	1
AGRADECIMENTOS.....	2
EPÍGRAFE.....	4
RESUMO.....	5
SUMMARY.....	7
I - INTRODUÇÃO.....	11
1.1 - A Problemática.....	13
1.2 - Caracterização do Projeto de Assentamento Dirigi- gido Pedro Peixoto.....	16
1.3 - Referencial Teórico.....	19
1.3.1 - Cultura Popular.....	20
1.3.2 - Reprodução do Campesinato.....	27
1.3.3 - Metodologia de Pesquisa.....	41
II - ACRE - O ESTADO, O CAPITAL E O TRABALHADOR.....	47
III- O MIGRANTE RURAL DO SUL - TERRA, CAPITAL E TRABALHO..	64
3.1 - Expropriação e Resistência.....	72
3.2 - Terra e Expropriação.....	76
IV - PROCESSO MIGRATÓRIO DOS COLONOS DO PARANÁ P/ O ACRE..	82
4.1 - O Acre apresentado pelo Incra, aos colonos do Pa- raná.....	87
4.2 - A realidade encontrada.....	93

V	- NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA À EXPROPRIAÇÃO.....	106
5.1	- Processo Migratório e os Colonos frente ao Estado.....	108
5.2	- Resistência à Expropriação - O Colono se organiza.....	115
5.3	- A Perspectiva da pequena produção no Acre, segundo os colonos.....	118
5.4	- A Reforma Agrária segundo os colonos x Colonização via Incra.....	120
VI	- OS COLONOS DO PARANÁ COMO "PIONEIROS" NO ACRE	127
VII	- A AVALIAÇÃO DO COLONO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVA.....	144
7.1	- Unidades Familiares Restritas - Padrão de Consumo como parâmetro de avaliação.....	146
7.2	- Afirmação da Identidade do colono: Terra e Liberdade.....	150
VIII	- CONCLUSÃO.....	158
	BIBLIOGRAFIA.....	168
	ANEXOS.....	172
1	- Tabela.....	173
2	- Calendário de Atividades Agrícolas do Estado do Acre..	174

I N T R O D U Ç Ã O

Esta proposta de estudo tem sua origem em 1975, quando enquanto componente da equipe responsável pelo projeto "Trabalhadores Rurais Volantes no Estado do Paraná", me inteirei da problemática desses trabalhadores, seus determinantes, suas condições de reprodução e suas aspirações. No momento de traçar os possíveis indicadores de intervenção governamental, ficou claro que não tínhamos recuperado a resposta dos trabalhadores e esta era básica dado que as possíveis alterações da sua situação não implicavam em opções meramente técnicas, mas valorativas, políticas.

Algum tempo depois, iniciei um trabalho que se voltava a identificar a compreensão da problemática do trabalhador rural volante, pelos seus agentes, bem como as respostas por eles articuladas. Essa proposta de estudo não pode ser efetivada pelo fato de após pouco tempo de pesquisa ter me mudado para Rio Branco/Acre.

Contudo, no período em que estive com os "bóias-frias" (*) uma das questões presentes em suas discussões era a alternativa institucional à sua luta pela terra a migração para a Amazônia. Com este trabalho busco dar minha contribuição a essa discussão.

Este estudo foi elaborado buscando captar a compreensão do processo migratório Paraná - Amazônia, pelos seus

(*) Essa é a designação que tem no Paraná os trabalhadores rurais volante.

agentes. Na medida em que partilhei da proposta de contribuição à discussão dos "bóias-frias", com os trabalhadores com que fiz este trabalho, os depoimentos trazem impresso a preocupação de informar aos companheiros, aos amigos que ficaram no Sul, essa realidade.

Espero que alcance o propósito em relação ao grupo de trabalhadores com quem me comprometi diretamente, e que possa contribuir igualmente com todos aqueles para quem essa discussão possa ser pertinente, enfim com a luta dos trabalhadores rurais pela manutenção de sua identidade.

1.1 - A Problemática

O ponto básico do presente estudo se prende a recuperar a compreensão que o pequeno produtor rural, cujo histórico de vida é o de expropriação, tem de seu processo de reprodução e como articula sua aspiração pela terra. Norteando essa compreensão estão os elementos balizadores de construção de identidade de uma categoria social específica.

O grupo a ser estudado constitui-se de colonos do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, trazidos pelo INCRA da área alagada pela Hidroelétrica Itaipu, no Paraná.

O critério de seleção foi o fato de serem parceiros que vieram com poucos recursos econômicos, ou seja, trabalhadores proletarizados ou semi-proletarizados no Estado de origem, ou seja buscou-se elementos estruturais que delimitam as possibilidades sociais concretas, e a conseqüente homogeneidade das experiências e seu significado.

Considerando que as respostas formuladas pelos agentes históricos são uma dimensão de suas condições concretas de vida e no caso em questão as aspirações são intermediadas pela interferência do INCRA, se deu especial ênfase à apreensão pelos trabalhadores da proposta oficial formulada no local de origem e às condições encontradas no assentamento. Esses elementos se ligam de forma marcante à compreensão e prática atual dos parceiros.

Por outro lado devo salientar que a mudança do Paraná para o Acre implica num confronto de culturas regionais bastante diferentes. O Paraná caracteriza-se como um Estado de formação agrícola, baseado até recentemente, em grande medida, na pequena propriedade. Já o Acre é até a década de 70 um Estado essencialmente extrativista. A partir de 1970 através de incentivos do governo, capitais vindos do Sul implantam a pecuária e imobilizam paralelamente terras com fins especulativos. A seringueira e a castanheira se colocavam até então como o grande valor que viabilizava o trabalho e o lucro. A questão da terra surge vinculada regionalmente ao estereótipo de "paulista", designação genérica ao grande proprietário vindo do Sul. Ele não apenas imobiliza os meios de reprodução do trabalhador regional, ele inviabiliza o seringueiro, na medida em que se orienta em relação à renda da terra e não ao lucro via extrativismo.

O pequeno produtor rural vindo do Sul do país orienta-se em busca da terra como garantia de sua reprodução. Coloca-se nesse sentido um confronto de valores que dificultam a identificação dos trabalhadores rurais originários do Paraná com os trabalhadores rurais acreanos, que têm na manutenção da mata, a condição para sua reprodução, ainda que ambos possam ser pensados se pensarem enquanto pequenos produtores autônomos.

Portanto a análise tem quatro pontos básicos balizadores:

a - Migração - Resistência à expropriação ou busca

- de manutenção da identidade de produtor rural.
- b - Resposta institucional dada à aspiração pela terra.
 - c - A realidade encontrada no Acre, como condição de reprodução do colono e a compreensão engendrada no seu histórico e a partir do momento que se compreendem como um grupo sujeito às mesmas injunções.
 - d - Confronto de duas identidades culturais distintas frente a luta pela reprodução do trabalhador rural autônomo e frente à resposta institucional única.

1.2 - Caracterização do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto

O projeto Pedro Peixoto foi criado pela Resolução 176, de 31 de outubro de 1977 visando o assentamento de 3.000 famílias, numa área de 245.318 ha. Integrava-se tal resolução na política de ocupação da Amazônia, tendo como uma das justificativas a intervenção sobre áreas de conflito social entre posseiros/seringueiros e fazendeiros oriundos estes basicamente do Sul do país. Segundo informações prestadas por técnicos que trabalhavam nessa época a área a ser desapropriada extrapolava muito os núcleos de conflito, se prestando estes à justificativa da política global de ocupação da Amazônia.

Contudo este primeiro processo de desapropriação provocou reação de alguns fazendeiros que se mobilizaram e buscaram sustar o processo. Essa reação provocou desativamento do projeto, até o final de 1979.

Em novembro de 1979 se constituiu a nível federal uma comissão composta de três técnicos do INCRA, a fim de reavaliar a situação do projeto, em particular da área a ser desapropriada. A área inicialmente prevista em 408.000 ha, passa a ser de 245.318 ha, segundo orientação da dita comissão.

Num mesmo documento em que sugere a exclusão de determinadas fazendas do processo de desapropriação, segundo os critérios do Estatuto da Terra, os técnicos recomendavam a urgência da reativação do projeto, dado que expectativas haviam

sido criadas e sua frustração esteve a ocasionar considerável pressão política e invasão de áreas de provável desapropriação.

Assim, em 1980 é elaborado o projeto técnico e reativado o Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto.

Segundo orientação geral, nesta linha de assentamento, o INCRA deveria implantar a infra-estrutura básica, como estradas, escolas, postos e centros de saúde, bem como núcleos de atendimento aos colonos, ativando ao mesmo tempo convênios com o governo do Estado do Acre, a fim de que este assumisse gradativamente esses serviços. Assim, o processo de implantação deveria se dar de forma gradativa, atendendo às potencialidades de implantação e agilização dos serviços básicos.

Deve-se realçar a grande dimensão da área do referido projeto, bem como o fato de os núcleos de assentamentos serem intercalados por grandes fazendas que permaneceram sem desapropriação.

O projeto localiza-se nos municípios de Rio Branco, Plácido de Castro e Senador Guionard. Considerando que Rio Branco apresenta a maior concentração de população urbana do Estado, bem como os serviços de comercialização, teoricamente estaria assegurada a realização da produção dos novos colonos.

Contudo a infra-estrutura não foi efetivada para a implantação dos parceleiros. Aliás, ainda hoje o projeto conta com parcela reduzida das estradas, escolas e postos de saúde

programados.

A época de implantação do projeto coincide com a indenização de pequenos produtores da área a ser alagada pela Itaipu Binacional e é nele que o governo federal encontra uma válvula de escape para as tensões geradas pelas aspirações dos produtores que exigem a garantia de se manterem ligados à terra.

É em relação aos produtores oriundos dessa região, que se localizam hoje em torno da BR 317, que liga Rio Branco/Ac à Boca do Acre-Am, que se voltará este trabalho, principalmente entre o Km 70 e o Km 84.

O número de famílias localizadas nessa área é de aproximadamente 80.

Deve-se realçar que a BR 317 tem condições de circulação apenas entre os meses de julho e outubro, dada suas precárias condições, aliadas ao regime de chuvas da região que inicia em outubro se prolongando até aproximadamente maio/junho.

As estradas secundárias, ou ramais como são chamados na região, não apresentavam em quase sua totalidade, condições de tráfego em momento algum, constituindo uma via de acesso apenas à pé ou em animal.

1.3 - Referencial Teórico

A apresentação do referencial teórico que norteou a pesquisa e a análise deste trabalho, me parece elucidativa, na medida em que pode tornar mais clara sua leitura, colocando as questões que, embora nem sempre de forma explícita estiveram presentes no horizonte do pesquisador.

Dois pontos básicos orientaram a busca de um suporte teórico: a precisão do conceito de cultura popular e a questão de reprodução da pequena propriedade rural, ou do campesinato, numa sociedade capitalista.

Esta segunda questão se prende à necessidade de compreensão dos determinantes estruturais, que permitem apreender e dar sentido ao estudo de um grupo social em particular.

"As classes dominadas existem em relação com as classes dominantes, partilham de um processo social comum, do qual não detém o controle. A produção cultural, toda a produção cultural, é o resultado dessa existência comum, é um produto dessa história coletiva, embora seus benefícios e seu controle se repartam desigualmente." (Santos, 1984, p. 59)

1.3.1 - Cultura Popular

Enquanto se trata aqui a compreensão que um grupo determinado de produtores articule do processo social comum, enquanto uma dimensão privilegiada de sua cultura, na medida mesmo em que torna manifesto os balizadores de construção de sua identidade, está se tomando, é claro, a concepção de cultura uma forma particular. Dentro dessa ótica o aspecto simbólico de cultura ganha primazia enquanto atribuição de sentido no e para o real, particularmente recortado por posições estruturais homogêneas que engendram na prática social experiências, oportunidades, apreensões e elaborações similares. Como instrumento de apreensão do real, o conceito de cultura ganha nesse enfoque muito maior eficácia, na medida em que busca apreender a interconexão de dois níveis do real, o estrutural enquanto a esfera das determinações e a particular, entendido aqui como os espaços concretos onde as determinações são vividas, apreendidas, retraduzidas e engendram os possíveis desdobramentos do processo social concreto. Em outras palavras poderia colocar que a pretensão dessa linha de análise é ao mesmo tempo não perder de vista que o homem faz a história em condições concretas determinadas (Marx), busca ainda como ele vivência, trabalha e produz as compreensões desses determinantes, apontando inclusive para alternativas que possam potencialmente alterá-las. Privilegia-se explicitamente o político nessa concepção, entendendo esse privilegiamento não como

uma atribuição do pesquisador, mas como decorrente da própria realidade, dado que toda a compreensão volta-se, como realça Nestor Garcia Canclini, à reprodução ou transformação do real.

"O enfoque mais fecundo é aquele que entende a cultura como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e constituída a hegemonia de cada classe."
(Canclini, 1983, p.12)

Esta forma de abordagem se baseia tanto em obras consideradas antropológicas, quanto em proposta pertencente ao campo da sociologia (Por exemplo Pierre Bourdieu), dentro dessa junção que os próprios impasses colocados pela realidade às delimitações das duas ciências, tem exigido.

Considerando-se válido esse tipo de tratamento emana a aceitação da problemática, bem como os critérios de seleção do grupo em estudo. Assim, embora não se constituam num grupo homogêneo quanto aos diferentes aspectos possíveis de serem agendados por uma análise com pretensões descritivas e sistematizadoras, como religião, naturalidade, detalhamento de práticas agrícolas, etc., constituem sem dúvida uma unidade enquanto categoria social produzida e reproduzida por determinantes únicos, ao mesmo tempo que sujeita a injunções político-econômicas particulares, que potencialmente dão realce e uma certa transparência a essas determinações.

Outra questão enfrentada, a nível teórico, foi a de como tratar um segmento da chamada "cultura popular". No Brasil, a partir de meados da década de 60 especialmente, essa

questão tem sido alvo de particular atenção, dentro de uma ótica explicitamente política. Contudo, diferentes compreensões do processo histórico, bem como do homem enquanto agente de sua história, engendram diferentes concepções do que seja a cultura popular.

Tomando posições extremas pode-se considerar de um lado uma concepção imobilista de cultura, entendendo-se aí que a chamada ideologia dominante tem um caráter absoluto, portanto toda a compreensão do real engendrada na prática de diferentes grupos, não seria outra coisa que uma manifestação particular dessa mesma ideologia. Assim, a cultura popular é analisada pelo lado da carência, faltariam elementos para uma compreensão e formulação mais precisas. Suas diferentes manifestações são apreendidas sob a ótica da ignorância, do apego a tradição, da ausência de condições objetivas para viverem e compreenderem o atual. No extremo oposto, tem-se a cultura popular tomada como um locus de resistência natural, vista então como revolucionária por excelência. Nessa ótica suas manifestações representam sempre valores opostos aos da ideologia dominante; Seria solidária, fraterna, comunitária.

Marilena Chauí discute a primeira concepção em seu trabalho " Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas":

"Numa outra linha interpretativa poderíamos perguntar em que medida a cultura do povo reproduz o autoritarismo das elites uma vez que " as idéias dominantes de uma época são idéias da classe dominante dessa época". Neste caso, o povo repetiria, à sua maneira e segundo seus recursos, os padrões

culturais vindos do alto e que, não podendo ser integralmente copiados, levariam um observador incauto a encarar a distância que separa o modelo e a cópia, não como variação de grau do mesmo padrão e, sim, como diferença real entre duas culturas. Nesta perspectiva, a cultura do povo, em lugar de ser a recusa do que se passa na esfera das elites, seria antes, um instrumento para a dominação por parte daqueles que detêm o poder e que nele são mantidos na qualidade de elites justo por serem tomados como paradigma do "melhor" a que todos aspiram". (Chauí - 1981, p. 40)

Dentro do raciocínio do absolutismo da ideologia dominante, Pierre Bourdieu, busca mostrar que o processo de dominação em uma sociedade capitalista se efetiva e reproduz não apenas pela apropriação dos meios de produção material, mas inclusive dos simbólicos, determinando uma distribuição diferenciada que corresponde a posições diferenciadas via determinação econômica. Essa não equidade de participação, por outro lado, pode se manter na medida mesmo em que as pessoas interiorizariam essas diferenças referenciadas na ideologia dominante. Deste modo, não apenas a compreensão do real, mas inclusive as perspectivas do seu desdobramento seriam condicionadas e reproduziriam as diferenças, via o que o autor chama de "hábitus".

"O estilo de vida das classes populares deve suas características fundamentais, compreendendo aquelas que podem parecer como sendo as mais positivas, ao fato de que ele representa uma forma de adaptação à posição ocupada na estrutura social: encerra sempre, por esse fato, nem que seja sob a forma do sentimento de incapacidade, da incompetência, do fracasso ou, aqui da indignidade cultural, uma forma de reconhecimento dos valores dominantes. O que separa as classes populares das outras classes é menos (e, sem dúvida, cada vez menos) a intenção objetiva de seu estilo que os

meios econômicos e culturais que elas podem colocar em ação para validá-las. Esse desapossamento da capacidade de formular seus próprios fins (e a imposição correlativa de necessidades artificiais) é, sem dúvida, a forma mais sutil da alienação". (Bourdieu, 1983, p. 100)

O conceito central em sua obra, de "habitus"; propicia um excelente instrumental de análise dos mecanismos de reprodução da cultura dominante, em e pelos dominados, contudo se mostra fechado para a apreensão da dinâmica de rompimento dessa dominação, mesmo porque o que busca explicar é a reprodução.

No extremo oposto, enquanto concepção de cultura como um espaço político privilegiado, onde se forjam os possíveis históricos que se contrapõem, temos a concepção de cultura popular como libertadora, fraterna, revolucionária por essência. Essa concepção é formulada com mais ênfase por intelectuais explicitamente comprometidos com as camadas populares, particularmente por aqueles envolvidos em trabalhos de mobilização cultural (embora não presente em todos e nem sequer, parece-me, na maioria deles).

"A cultura aparece sempre como uma terra de encontro com outros homens, para uma classe dobrada sobre a matéria, segregada como se fora uma outra humanidade.

Se existem duas culturas, a erudita terá que aprender muito da popular: a consciência do grupo e a responsabilidade que advém dela, a referência constante à praxis e, afinal, a universidade. E se um dia a classe pobre alcançar a gestão sobre seu destino, a sua cultura não deixará de englobar os valores dos que trabalham, valores que se opõem aos dos que dominam.

Valores com interesse verdadeiro pelo outro, a maneira direta de falar, o sentido concreto e a lar-

gueza em relação ao futuro, uma confiante adesão à humanidade que virá, tão diferente do projeto burguês para o amanhã, da redução do tempo contábil que exprime o predomínio do econômico sobre todas as formas de pensamento." (Bosi, 1979, p. 40)

Assim, formulado o conceito de cultura popular per- de seu potencial de análise para transpor e reforçar predisposições românticas e idealistas quanto à realidade contraditória vida e reprodução das camadas subalternas numa sociedade capitalista.

"Uma última observação acerca do uso da expressão "cultura do povo" concerne ao risco que poderemos correr se a encararmos romanticamente, isto é, se considerarmos que a cultura, por ser do povo, é imediatamente libertadora. O romantismo pode prestar serviços inestimáveis aos dominantes, seja porque fornece água ao moinho do populismo, seja porque atribui a este último a origem do desmantelamento da consciência da classe dos dominados, que, sem ele, teriam feito o caminho da liberação. Ora prestando serviços ao populismo, ora lastimando tê-lo deixado destroçar a autonomia da luta dos dominados, a atitude romântica é vítima de dois esquecimentos: não só esquece o problema da alienação e da reprodução da ideologia dominante pelos dominados, como também esquece de indagar se sob o discurso "alienado", submisso à crença nas virtudes de um poder paternalista, não se esconderia algo que ouvidos românticos não são capazes de ouvir." (Chauí, 1981, p. 40)

Marilene Chauí coloca duas questões básicas quanto às armadilhas presentes na concepção romântica de cultura do povo, a primeira diz respeito à atribuição de sentido como premissa, que antes de ajudar a elucidar o real, o torna opaco. A segunda colocação importante é a concepção implícita de "boa consciência" ou do que "deveria ser" a consciência dos trabalhadores. Dentro desta ótica, o confronto com o real, leva inevitá-

velmente a formular a necessidade da "vanguarda" a esclarecer ou gerar essa consciência, na constituição de uma cultura autenticamente popular. A busca de elementos considerados como revolucionários, a partir de paradigmas alheios aos trabalhadores não apenas dificulta a apreensão da "cultura do povo" como pode desvirtuar possíveis históricos ali elaborados.

Absorvendo esse tipo de preocupação procurei não me ocupar neste trabalho da concepção de consciência, entendida como a presença em maior ou menor grau de uma concepção modelo.

A procura de uma reconstrução da cultura de um determinado grupo estará portanto balizada fundamentalmente nas concepções expressas, vinculadas ao histórico de vida do referido grupo. Histórico esse que ganha homogeneidade a partir da similaridade de relações de trabalho que estabelecem. Entendo ainda que essas relações balizam e condicionam as demais relações sociais, emprestando à partir da submissão a um mesmo processo, significados similares a essas relações e às perspectivas históricas mais ou menos delineadas.

"Um certo marxismo esqueceu-se demasiadamente que o pensamento não "reflete" passivamente a realidade, mas a interpreta ativamente. O mais grave não reside nisso, pois esquecia-se também que o pensamento não somente interpreta a realidade, mas organiza todas as práticas sociais sobre esta realidade e, portanto, contribui para a produção de novas realidades sociais."
(Godelier, 1981, p. 184)

1.3.2 - Reprodução do Campesinato

"A classe social é constituída, no caso dos pequenos produtores, não em função de um lugar no processo de produção strictu sensu da ordem do modo de produção capitalista mas em função do conjunto de relações sociais, e, especialmente, os da circulação.

A questão de saber se os camponeses são ou não uma classe, uma camada ou estratificação social mostra, daí em diante, o pedantismo escolástico. O caráter do camponês não deve ser procurado ao nível do que é ou deveria ser em função das categorias do MPC. É, ao contrário, ao nível de sua existência social, de suas relações com o conjunto do sistema social que seu caráter pode ser definido. A questão mais interessante não é da natureza do ser, mas o caráter da existência social." (Vergopoulos, 1977, p. 147)

O marxismo ortodoxo tem tratado a questão da transformação social como decorrente da contradição capital/trabalho, contradição que define o sistema e que contém sua negação, define as posturas das diferentes categorias sociais como reacionárias ou revolucionárias por excelência, a partir de sua inserção em relação a contradição principal. Dentro dessa linha de análise o pequeno produtor rural tem sido alvo de atenção como uma camada social fora da essência do modo de produção capitalista e por isso mesmo transitória. Essa transitoriedade marcaria a oscilação entre aburguesamento e proletarização, o que por sua vez se imprimiria na consciência dúbia dessa categoria de trabalhadores, apegada à propriedade privada da terra e portanto se caracterizando em última instância como conservadora. Essa postura tem sido responsável por análises que

imprimem uma lógica de grupos sociais distintos à compreensão de movimentos sociais no campo. Postura, aliás, coerente na medida em que aceite os pressupostos de que a não categorização como classe social, implica uma aderência à consciência de uma das classes antagônicas que comandam e definem o movimento do social.

Kostas Vergopoulos, na citação inicial, sintetiza uma postura radicalmente contrária à explicitada alertando para que o político não se capta através de modelos teóricos classificatórios, mas apenas na própria dinâmica do social, ainda que não se negue a essência da contradição no M.P.C. . Importa menos a definição e classificação do campesinato dentro do MPC do que as condições de sua reprodução, como se dá a expropriação a que está submetido e conseqüentemente como e a que se contrapõem dentro de um processo histórico determinado. Só dentro dessa ótica, a essência do modo de produção capitalista, enquanto explicativo da própria transformação do real, ganha potencial analítico frente a situações concretas, historicamente diferenciada.

"Se em certas áreas o mercado de trabalho se homogeneiza ao ponto de unificar o exército industrial de reserva urbano e rural, a própria ampliação dos contingentes desse exército dá origem à produção de formas não-assalariadas de trabalho onde quer que elas possam se exercer. Os diversos modos de subordinação dessas formas não-assalariadas ao capital mediatizam a coalizão de interesses entre diversas categorias de trabalhadores. Se no horizonte da organização geral da sociedade encontra-se uma articulação de formas de exploração, no âmbito particular de cada uma dessas formas os interesses imediatos parecem disso-

ciados uns dos outros. Trata-se de obter determinado emprego ou salário, de enfrentar determinadas condições de preço, de opor-se a determinadas condições de preço, de opor-se a determinado invasor de terras, de negociar determinado crédito, diante de atores distintos. A arena política torna-se o único espaço possível de unificação de interesses. Mas a constituição da classe não se espelha na representação política segundo as mesmas condições que as separam nas relações econômicas." (Brant, 1980, p. 28)

Vinicius Caldeira Brant tendo como foco de atenção o político, enfatiza da mesma forma a impossibilidade de redução da questão à análise economicista das posições de classe.

Dois pontos realçam nessas e em outras análises que se voltam atualmente à discussão do campesinato: a sua reprodução e ampliação incontestes, que vem a questionar as posturas marxistas ortodoxas que preconizam seu desaparecimento. E a sua presença política crescente que desperta a atenção de cientistas sociais em geral.

Na verdade as duas questões se acham indissoluvelmente ligadas. Não há como se compreender o sentido dos "movimentos sociais rurais" sem se referenciar as contradições vividas no seu processo de reprodução econômico. Por outro lado, a não ser que se considere os agentes sociais como passivos frente à determinações econômicas imperantes, a consciência desses trabalhadores, ou a identidade cultural forjada nesse processo é um elemento básico sua compreensão. (*)

(*) Talvez essas considerações tornem mais claro que quando coloco como pretensão deste trabalho o estudo da cultura de um determinado grupo de trabalhadores rurais, refiro-me a uma identidade em construção e não a uma série de categorias estáticas e logicamente combinadas).

Assim, dentro da perspectiva que a realidade condiciona o pensamento do homem, bem como de que as perspectivas concretas colocadas pelo real é que vão se traduzir enquanto aspirações e formulações de possibilidades de transformação, a apreensão de como o grupo de pequenos produtores rurais, em estudo, formulam sua compreensão do real e as perspectivas que daí emanam, passa necessariamente pela clareza de sua inserção no sistema social global e dos determinantes de sua reprodução.

No sistema capitalista a apropriação do trabalho, via assalariamento, se dá pelo controle dos instrumentos de trabalho - ou seja trabalho social acumulado, feito capital. O valor dos instrumentos de trabalho, bem como a possibilidade de transferência desse valor se fundamenta justamente no fato deles se constituírem em trabalho acumulado e serem passíveis de reprodução. A terra enquanto bem natural, não teria portanto valor, nem se justificaria via apropriação da terra a apropriação do excedente. Por outro lado, enquanto não passível de reprodução ampliada a inversão na compra da terra significa imobilização de capital.

Entre a apropriação da parcela excedente via renda da terra e o interesse do capital se localizaria, segundo Marx, uma das contradições do sistema capitalista. Dentro dessa ótica, o desenvolvimento do sistema capitalista levaria à estatização da terra, permitindo a livre expansão do capital. Ainda dentro dessa linha dedutiva a pequena propriedade camponesa

estaria fadada ao desaparecimento, não apenas por se assentar e defender a propriedade privada da terra, mas também pela sua organização numa lógica superada pelo capitalismo.

"Com efeito, Marx aponta-o tranquilamente como a "oficina individual (que) contém a economia total, constituindo um centro independente de produção" de um período anterior, subseqüentemente comercializado e parcialmente transformado pelo início do desenvolvimento capitalista da França. Ou, para descodificar a linguagem metafórica, uma "batata dentro do saco de batatas" (como Marx caracterizava os camponeses franceses) é, sem dúvida, a mesma unidade, isto é, um estabelecimento rural familiar camponês. A tendência prevista ao desenvolvimento posterior também foi esclarecida. Trata-se de "dissolução" da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário", isto é, do avanço do desenvolvimento capitalista devido à reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais, dissolvendo, nesse processo, as unidades de produção familiares camponesas e, portanto, o campesinato. Ou seja, "a produção do capital e de trabalhadores assalariados é, portanto, o principal produto do processo pelo qual o capital se valoriza." (Szmrecsányi e Serra, 1980, p. 78)

Por outro lado, é o próprio Marx quem aponta que a negação da propriedade privada, seria uma contradição frente a legitimação do sistema.

A contínua expansão do campesinato tanto à nível dos países do capitalismo central, quanto periférico, tem levado os teóricos marxistas a reavaliar essa questão.

"A segunda observação é que o modo de produção camponês desde que integrado a uma formação capitalista, esvazia-se de seu conteúdo, dominado pelo modo capitalista. Chaynov observa a enorme capacidade de resistência da economia camponesa à concorrência capitalista na Rússia, no fim do século passado. Afirma, literalmente, que o pequeno camponês pode aceitar remunerações globais, tão baixas que façam a agricultura capitalista perder o seu poder competitivo.

Esta observação é decididamente essencial, pois significa que o modo camponês não pode ser estudado fora do quadro da formação do conjunto onde está circunscrito. Falar de concorrência capitalista é, na verdade, supor que o pequeno camponês deva equiparar seus preços ao dos concorrentes capitalistas agrários mais eficazes, nacionais ou estrangeiros, introduzidos pelas importações de produtos concorrentes (o trigo na América concorrendo com o da Inglaterra é um exemplo clássico). Que significa, então, a redução da remuneração dos camponeses? Que ele é tal que: 1) a renda do solo (renda imputada à propriedade) é anulada; 2) a remuneração do trabalho - a que se reduz o preço dos produtos - equipara-se ao valor da força de trabalho proletária.

Assim, o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da "propriedade fundiária" proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comercial que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim, o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador à domicílio." (Amim, 1977, p. 29)

Objetivamente, portanto, a propriedade camponesa não tem o mesmo significado que o capital, ou seja ela não é uma propriedade para a exploração da força de trabalho alheia. Por outro lado sua reprodução é condicionada pelo processo de reprodução e expansão do capital, desta forma os espaços possíveis de sua existência se alteram segundo uma lógica externa aos esforços dos produtores.

No Brasil a contradição lucro/renda da terra, encontra em relação aos produtos de baixo preço no mercado, sua superação via pequena produção, isto é, recompondo os mecanismos de transferência da renda da terra já explicitados. Por outro lado, onde a renda da terra é alta a associação proprietária

rio fundiário-capitalista industrial e/ou comercial num mesmo agente é comum, embora não seja a regra, isto é, não queira dizer que a contradição tenha sido anulada. As explorações com baixos níveis de inversão de capital e alta concentração da terra, compõem uma terceira opção, como é o caso típico da pecuária. O Estado tem se colocado como agente intermediador do processo, seja via controle de preços, seja via políticas creditícias, incentivos fiscais, ou até mesmo promovendo o ajuste de oferta de mão-de-obra. É o caso típico da ocupação da Amazônia.

"Convém lembrar que geralmente hoje as grandes fazendas da Amazônia pertencem a grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, conglomerados de empresas como bancos, indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços. O capital não é a mesma coisa que a renda capitalizada na propriedade fundiária. São distintos entre si. Mas não tira da terra capitalizada o seu motivo, que é o lucro.

Uma fonte desse lucro é o caráter subsidiado do capital investido nessas fazendas. Até julho de 1977, a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - havia aprovado 336 projetos agropecuários em que seriam investidos mais de 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas. Os restantes 5 bilhões, mais de 70 % do total, seriam provenientes dos incentivos fiscais - imposto de renda não pago com a condição de que fosse investido em projetos na área amazônica. Considerando que grande parte do capital próprio refere-se ao preço da terra, geralmente sobreestimado na contabilidade das empresas, e que essa terra foi grilada ou adquirida a preço insignificante, temos que a proporção do incentivo fiscal é muito maior." (Martins, 1981, p. 118 e 119)

Paralelo ao fluxo de capitais do Sul, o governo promove a colonização da Amazônia, respondendo, segundo justi-

ficativas à nível local á focos de tensão social e à criação de espaço para assentamento de trabalhadores sem terra, inclusive de outras regiões do País. Deve-se ter presente que, particularmente no Sul e Sudeste do país a delimitação do espaço para a pequena produção rural é dado sob a égide do capital e particularmente a década de 70 marca um violento processo de expulsão desses produtores.

A existência concomitante de núcleos de colonização com espaço disponível para assentamento e eclosão de conflitos entre posseiros e grandes proprietários, remete à discussão do verdadeiro sentido dessa colonização. Nessa linha de análise o trabalho já citado de José de Souza Martins, bem como o de Octávio Ianni "Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia", apontam para mecanismos de intervenção governamental, que visam garantir o acesso à terra via compra, se interpondo à conquista dos trabalhadores que negariam enquanto posseiros, a terra na condição de mercadoria. É a necessidade, para legitimação do sistema, da propriedade privada, à que Marx se referia. Paralelamente, a migração do pequeno produtor, aliada, ainda que indiretamente, a migração de capitais, é a garantia da mão-de-obra demandada, contudo ele só se coloca como trabalho livre para o capital, na medida em que sua pretensa condição de produtor autônomo não se viabilize. Essas questões estão mais desenvolvidas no corpo deste trabalho.

Resta ainda uma questão a ser elucidada: na medida em que a propriedade da terra, ao pequeno produtor rural, é a-

penas formal, bem como sua autonomia frente ao mercado, qual a lógica que os informa, ou seja, como eles se pensam nessas condições e que motivações os conduzem a busca incessante de se reproduzirem enquanto categoria.

Os trabalhos que se desenvolvem no sentido de recuperar a peculiaridade da concepção do colono, trabalham via de regra enfatizando as noções de propriedade da terra e compreensão das contradições manifestas via movimentos sociais.**

Na verdade estabelecem uma crítica dos estudos que concebem o pequeno produtor rural como um estrato da pequena burguesia, bem como procuram romper com a análise que se volta a classificação dos movimentos sociais rurais, contrapondo a busca da lógica dessas manifestações a partir das contradições impressas na reprodução social da categoria.

"Tornamos a encontrar o ponto de vista da fiscalização burguesa na concepção dos marxistas tradicionais, o camponês como proprietário pequeno-burguês. Ora, estes marxistas esquecem a indicação de Marx, segundo a qual não é toda propriedade que é capitalista, mas apenas a que é baseada na apropriação do trabalho do outro.

A propriedade camponesa é apenas peça constitutiva de uma longa cadeia que alimenta a acumulação da propriedade capitalista urbana, baseada entre outras, no trabalho camponês."

(Vergopoulos, 1977, p. 133 e 134)

** (Com exceção daqueles trabalhos que se orientam no sentido de considerar a sociedade camponesa como relativamente fechada, contrapondo via regra as normas e valores dessas sociedades, como tradicionais, aos urbanos. Não entrarei aqui na discussão desses trabalhos, dado sua orientação teórica estar fora da orientação geral que norteia o presente estudo. Contudo, em que pese não aceitar a orientação geral da análise dualista, procurarei recuperar as contribuições que possam trazer enquanto indicações de valores e comportamentos presentes nas sociedades.)

Qual é o sentido da propriedade para o pequeno produtor rural, torna-se pedra de toque para se compreender inclusive os possíveis históricos engendrados via os movimentos sociais.

"Por ejemplo, cada vez que he preguntado a un campesino lo que entiende por la palabra "propriedad" contesta que es "un pedazo chico que es de uno", o algo parecido. Es decir que no entiende la propiedad como concepto sino como una cosa concreta y visible. Por ende la reivindicación del status de patrón, puesto que un patrón es propietario de un fundo grande, es mui superficial decir que querer una propiedad implica querer ser explotador de mano de obra ajena. Ademais, cuando he preguntado a campesinos como entienden u sistema de "propriedad comunitária" parecen pensar que nos es propiedad, sino la describen más bien en términos de trabajo, por ejemplo el "trabajo en común." (Lehmann, 1972, p. 72)

A noção de propriedade da terra como apropriação pelo trabalho é extensamente trabalhada por José de Souza Martins, particularmente no livro "Os Camponeses e a política no Brasil". O autor mostra ainda a concepção de terra de trabalho é forjada não apenas à nível interno, decorrente direto das relações de trabalho, mas na luta pela terra onde terra de exploração e terra de trabalho se contrapõem. Nesse sentido, o conceito construído no processo de resistência dos pequenos produtores rurais, particularmente no caso dos posseiros, nega a concepção capitalista de acesso à terra, via compra. Em que medida essa concepção está presente nos produtores assentados pelo INCRA se colocou como uma interrogação. Será a resposta institucional de projetos de colonização, como barreira à posse (segundo Octávio Ianni e José de Souza Martins) apreendida pe-

los produtores como legitimação da propriedade privada nos moldes capitalistas ?

é uma questão básica para se aprender a interação do produtor rural imigrante ao antigo e/ou atual posseiro da região.

Além da discussão do acesso à terra como ponto crucial de resistência dos pequenos produtores, resta ainda se pensar, em que outros níveis, ou que outras manifestações se prendem ao seu processo de reprodução, dado às intermediações presentes na expropriação.

"O ponto crucial da luta de classes dos camponeses encontra-se na realidade, em sua relação com os setores não agrícolas. O que pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e os impostos.

Se é verdade que a agricultura é socialmente pilhada, a revolta dos camponeses dirige-se principalmente contra esta sociedade, considerada como um todo.....

Não se trata de relações personificadas, nem de relações diretas de exploração a serem questionadas. A contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema. É nesse caso não há nenhum patrão, em particular suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta.....

O verdadeiro patrão dos camponeses é a indústria e o Estado. Geralmente as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes, por isso o desespero de onde surge a crueldade, sempre caracterizou as revoltas camponesas." (Vergopoulos, 1977, p. 133 e 134)

José de Souza Martins desenvolve análise no mesmo sentido, explorando inclusive a linguagem religiosa presente em grande parte das revoltas camponesas, como uma linguagem essen-

cialmente política. A liberdade se contrapõe ao cativoiro, a opção comunitária se opõe à realidade de uma sociedade de classes.

Parece-me importante, contudo pensar que o pequeno produtor rural, não garante via de regra sua reprodução apenas à nível da sua unidade produtiva. Ele vivencia, muitas vezes a situação de pequeno produtor e trabalhador assalariado do grande fazendeiro, numa combinação que não raras vezes está associada ao seu processo de expropriação. Por outro lado, enquanto o Estado, o capital comercial e financeiro se comportam frente ao pequeno produtor como agentes expropriadores, eles viabilizam e servem de suporte à expansão da grande propriedade. Particularmente no caso do imigrante do Sul assentado no Acre, que traz consigo um histórico de expropriação, procurei estar atenta como essas vivências se combinam configurando a concepção do real.

No livro: "Amazônia: Expansão do Capitalismo", Fernando H. Cardoso e G. Muller chamam atenção como o grande produtor, ou tubarão (na linguagem dos trabalhadores), é hostilizado sob a designação genérica de "paulista". No caso da vivência do posseiro local, expropriado pelo grande produtor, essa compreensão é relativamente clara. Contudo, deve-se lembrar que a história de expropriação por esses mesmos agentes está presente na vivência do pequeno produtor imigrante, além do que, permanece, ao menos hipoteticamente como ameaça de repetição do processo.

Finalmente, resta se pensar em como o colono do Sul, forja sua identidade frente ao trabalhador local.

O estudo de José de Souza Martins, "A Imigração e a Crise do Brasil Agrário" é rico no tratamento que empresta ao enfoque da incorporação imigrante italiano à sociedade nacional. Em que pese as diferenças de referencial cultural do grupo em questão e daquele que se constitui em foco de atenção do presente estudo, bem como da diferença do momento histórico, me parece que algumas similitudes são guardadas, fundamentalmente porque o processo de reorganização do espaço econômico colocada seus agentes como configurando uma "frente pioneira de abertura", modernidade.

A economia extrativista é vista à nível da ideologia nacional (ideologia dominante) como atrasada, essa ideologia está presente no Estado em tal medida que embora os seringueiros se constituam ainda numa categoria de trabalhadores numerosa, não estão presentes nas prioridades do governo estadual. Os próprios técnicos do setor agrícola contrapõem o parceleiro natural do Acre ao vindo do Sul, enfatizando o atraso daquele.

Dentro desta ótica, o pequeno produtor vindo do Sul do país, incorpora a "frente pioneira", estando portanto sujeito às injunções ideológicas.

Essa questão de identidade configurada a partir de uma oposição presente na proposta de reprodução do capitalismo, de que forma é trabalhada, incorporada ou não pelos traba-

lhadores, se constituiu no último parâmetro norteador para o estudo de campo.

1.3.3 - Metodologia de Pesquisa

O estudo teve como pontos de apoio para a compreensão do processo vivenciado e explicitado pela população em questão, documentos, entrevistas com técnicos afetos ao setor rural, jornalistas, enfim, todas as informações passíveis de ajudarem a formulação do quadro de como se deu o início do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, seus desdobramentos. Contudo, o principal recurso de que me vali, foi a pesquisa em campo propriamente dita. É em relação à metodologia da referida pesquisa que tecerei rápidas considerações.

Acredito que na formulação da problemática em questão, bem como no referencial teórico deste trabalho, se acham embutidas, de forma talvez pouco sistemática, a compreensão de como se estrutura a apreensão da cultura de um determinado grupo social.

"Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história."
(Brandão, 1984, p. 12)

Este estudo se origina de questões colocadas pelos trabalhadores rurais volantes no Estado do Paraná e do compromisso de integrar a essa discussão sobre a apreensão de trabalhadores, que igualmente expropriados, vindos da mesma região do país, vivem hoje a alternativa institucional às suas aspirações.

A orientação da pesquisa procura se situar portan-

to, dentro da linha do que é chamado hoje pesquisa participante, ou como prefere Michel Thiollent, "pesquisa-ação".

Embora muitas vezes os conceitos "pesquisa-participante" e "pesquisa-ação" guardem o mesmo sentido, a diferenciação me parece oportuna, principalmente frente à força que tem ganho a concepção de participação dentro dos mais diferentes e mesmo contraditórios princípios teóricos e políticos.

"A P.A. não se apresenta apenas como instrumento de ação militante, é antes de tudo um instrumento que, mediante um adequado controle metodológico, pode ser cientificamente conduzido. O objetivo principal do aspecto ativo da investigação não consiste na agitação, mas sim no condicionamento da obtenção de uma informação que não é gerada nas convencionais situações de investigação passiva. Com a incorporação crítica de elementos de análise sociológica e comunicativa, o caráter científico da P.A. pode ser consideravelmente reforçado." (Thiollent, 1980, p. 76)

Procurando me manter coerente com a proposta metodológica acima explicitada, os pontos norteadores iniciais da pesquisa decorrem tanto da vivência que tenho tido com os trabalhadores, bem como de análises estruturais que permitem precisar essa problemática no processo de desdobramento do social.

Não há, portanto, a partir de um compromisso político, uma busca de identidade com o trabalhador, já que se entende que na manutenção de cada identidade está o aspecto criativo da interação. Não se trata, pois, de uma postura passiva de captação, nem sequer de contrapor conhecimento e não conhecimento, na sistematização, bem como no processo de pes-

quisa.

"A passividade da situação de observação predispõe à arbitrariedade ao nível da interpretação. Ao contrário, numa concepção ativa, o tratamento a ser dado ao senso comum passa pelo diálogo investigadores/investigados e adquire uma dimensão crítica ou transformadora." (Thiollent, 1980, p.73)

A pesquisa parte, enquanto prática sistemática de uma relação inicial com o sindicato, onde a proposta é discutida, para desenvolver-se junto aos trabalhadores tanto via entrevistas, histórias de vida, bem como observação da prática cotidiana. Há o cuidado de explicitar tanto o objetivo acadêmico, bem como o seu ponto de origem que se liga à discussão processada junto aos trabalhadores volantes no Paraná. Essa explicitação permite que os trabalhadores selecionem aquilo que consideram importante para a apreensão daqueles que não participam e podem vir participar ou não desse processo. Contudo, em nenhum momento deixa de incentivar o questionamento de situações que se transpõem como dados, ou que podem ser incorporados ao discurso de forma meramente fatural. Ou seja, busca-se junto aos trabalhadores o desvendamento do porque das condições vividas, não procurando imprimir direção a esse porque, mas estimulando e trocando informações, quando solicitadas.

"Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História, através de sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante - onde afinal pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que

com situações e tarefas diferentes - pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular".
(Brandão, 1982, p. 11)

"Chega lá, tem que espalhá essas história, pra Brasília, pra São Paulo, pra Minas, pra tudo quanto é lugar. é claro tem que sé divulgado pra não vim ninguém pra cá inocente, porque ah não! Isso não dá não." (D., Rio Grandense do Norte) (*)

(*) Nas citações dos colonos uso apenas a inicial dos colonos, por razões óbvias.

ACRE - O ESTADO, O CAPITAL E O TRABALHADOR

A história de ocupação do Acre tem presente em todos os momentos o Estado intermediando, orientando e promovendo a viabilização de interesses articulados à reprodução do capital. Se essa não é uma particularidade do Estado do Acre, nele dado sua posição subalterna na divisão regional do trabalho, e mesmo seu relativo isolamento geográfico, ele é marcante.

A efetivação dos diferentes processos de "ocupação" (*), tanto à nível material, incentivos fiscais, deslocamentos de mão-de-obra, bem como sua legitimação tem, nesse caso particular, o Estado como ponto nuclear.

Foi assim durante o ciclo da borracha e está sendo assim durante a atual fase de "ocupação dos vazios demográficos" ou de "modernização", como se queira.

A incorporação do Acre (então território) ao Brasil, em 1903 se dá no ciclo da borracha marcando um primeiro processo de migração induzida pelo Estado, como garantia de mão-de-obra para extração do látex.

"A quase totalidade dos primeiros ocupantes das terras acreanas são nordestinos, cearenses em sua grande maioria, sendo considerado marco inicial do intenso processo de deslocamento de nordestinos para o Acre, a chegada de um navio com cearenses Umuruatama à Foz do Rio Acre em 3 de abril de 1877. A "frente desbravadora" formada por migrantes nordestinos vai encontrar na região os seus primitivos ocupantes e com eles, as popula-

(*) O termo "ocupação" aparece entre aspas considerando que se trata na verdade de uma reorganização do espaço econômico de uma região que não é desprovida de ocupantes.

ções indígenas, entrar em choque, que tem por resultado o massacre indiscriminado destas populações através das famosas "correrias". (CEDEPLAR, S.d, P. 35)

"Será o interesse do capital estrangeiro quem articulará as condições de emergência da economia da borracha no Brasil, através de financiamento da migração por companhias de navegação em sua grande maioria de capitais estrangeiros e administrada e incentivada pelos governos das províncias do Amazonas e Pará, a partir de empréstimos estrangeiros. A continuidade do processo migratório encontrará maiores facilidades com a República, que dará grande autonomia aos novos estados para tomarem empréstimos e negociarem com o capital estrangeiro sem a interferência do poder central. (CEDEPLAR, S.d, p. 39)

O atual Estado do Acre caracterizava-se no referido período como uma região de conflito de fronteira. À partir de 1895, o governo boliviano pressiona o governo brasileiro para o reconhecimento do tratado de Ayacucho. Em 1898, o governo brasileiro reconhece a soberania boliviana sobre a região.

Entre 1898 e 1903, os brasileiros residentes na área, apoiados pelo governo do Amazonas resistem a essa submissão à Bolívia. Duas expedições são organizadas, sendo a primeira vitoriosa, fundando a República do Acre, desarticulada pelo governo brasileiro, 6 meses depois.

Finalmente em 1903, após uma terceira expedição, o governo brasileiro reconhece o conflito nas terras acreanas e negocia através do Tratado de Petrópolis o território, com o pagamento de 2 milhões de libras à Bolívia. O Acre é incorporado ao Brasil, na categoria de Território Federal.

Essas articulações comandadas pelos interesses do capital internacional são vividas pelos seringueiros como luta

contra a expolição internacional. Visão reforçada e veiculada pela ideologia dominante.

Assim, a história do Acre se incorpora na compreensão do seringueiro, descendente do migrante nordestino, como conquista da qual participou ativamente e que referencia portanto sua posição frente à sociedade nacional. A importância da borracha é o núcleo da questão e é o seringueiro que defende o interesse nacional nessa área básica.

A economia extrativista da borracha mantém seu dinamismo até aproximadamente meados da década de 1910, quando a entrada da produção de cultivo das colônias holandesas e inglesas no mercado, faz com que a borracha brasileira experimente um acentuado declínio. Esse declínio é acompanhado de um intenso movimento migratório para fora do Acre.

Em 1930 começa a se registrar uma recuperação da borracha brasileira no mercado internacional, dada a compra de borracha pelos alemães para formação de estoque de reserva.

Contudo, interessa aqui a década de 40, quando a necessidade de grande incremento de produção para os aliados, na II Guerra Mundial, leva o Estado a induzir novamente movimentos migratórios do nordeste para a Amazônia. Esse movimento migratório é apresentado como uma adesão patriótica à causa nacional. São os "soldados da borracha". É essa concepção do "soldado da borracha" e portanto da importância estratégica da borracha no cenário nacional e internacional que irá marcar a compreensão do seringueiro em sua relação com a sociedade e

o Estado.

"Embora as reservas de seringueiras estivessem disponíveis na Amazônia, fortalecidas inclusive, pelo descanso do período entre guerras, as reservas de seringueiros para explorá-las estava reduzida pela emigração. Para aproveitar a borracha natural da Amazônia, seria necessário mobilizar milhares de homens e organizar uma nova migração. Desta vez coube ao Estado tomar a iniciativa. Em 1941 estima-se em 34.000 o número de seringueiros da Amazônia, com uma produção de 18.233 toneladas. Seria necessário pelo menos dobrar este número para alcançar uma produção anual de 45.000 toneladas. Foi assinado um convênio com o governo norte americano, pelo qual as despesas com recrutamento, transporte e alojamento inicial de seringueiros, conhecidos como "soldados da borracha", correriam por conta da "Rubber Development Corporation". O esforço foi facilitado pela seca que atingiu o Nordeste em 1942. Entre janeiro de 1942 e fevereiro de 1943, foram transferidos 14.484 pessoas que incluíam 7.435 homens. No fim de 1942, após a declaração da guerra do Eixo, foi criado o Serviço Especial de mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que assinou convênio com a "Rubber Reserve Corporation" para levar 50.000 homens para a Amazônia até 31 de maio do ano seguinte, recebendo US\$ 100 por homem colocado na região. O número total de homens transferidos para a Amazônia foi de 9.000. Um novo acordo, em setembro de 1943, criou a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). Não se sabe quantos trabalhadores foram encaminhados especificamente para o Acre, mas tanto as informações disponíveis sobre os soldados da borracha quanto as entrevistas realizadas no campo mostram que o número foi expressivo". (CEDEPLAR, S.d, p. 55)

Com o final da guerra, alguns seringueiros retornaram ao Nordeste, contudo um contingente significativo permanece no Estado, como mão-de-obra disponível. Na tentativa de colocar essa mão-de-obra o governo promove colonização ao redor da capital, comprando e loteando seringais desativados. Esses núcleos de colonização não chegam a ter uma importância signi-

ficativa no Estado. As colônias permanecem num nível de produção de subsistência, seja pela precariedade das estradas para escoamento de um possível excedente, seja por falta de um programa de apoio mais efetivo, seja ainda pela falta de tradição dos ex-seringueiros em atividades agrícolas. De qualquer forma o maior contingente de trabalhadores permanece vinculado a atividades extrativistas, intercalando segundo a potencialidade da região, a coleta da castanha com a extração da seringa.

Alguns seringais tradicionais permanecem estruturados, incentivando os seringueiros a desenvolverem uma cultura de subsistência nos momentos de maior retração do mercado e coibindo essa prática quando os preços da borracha tornam-se compensadores. Outros seringais são simplesmente abandonados pelos seus proprietários, permanecendo contudo o seringueiro, agora como o produtor autônomo. Há na concepção desses trabalhadores autônomos uma nítida melhora de suas condições de vida, eles passam de "cativos" a "libertos". Para se apreender o alcance dessa transformação é preciso que se reporte às condições de trabalho no seringal tradicional. Ali, o seringueiro era via de regra proibido de plantar sua roça de subsistência. Isso o colocava em absoluta dependência do barracão, local onde o patrão ou seu representante forneciam as mercadorias que o seringueiro necessitava a este entregava toda a borracha produzida. Esse mecanismo de exploração era garantido por uma vigilância constante de capangas, muitas vezes armados, e aqueles que ousavam ir contra a "lei do seringal" vendendo parte

de sua produção a compradores de fora, eram violentamente espancados, quando não, mortos. O seringueiro era mantido constantemente em dívida com o barracão, não tendo portanto direito de trocar de seringal. A obtenção de algum saldo era rara, e quando o trabalhador conseguia, segundo relato de seringueiros, não saía com ele do seringal.

O seringueiro liberto continua, via de regra, sendo violentamente explorado. No lugar do barracão aparece o marreteiro, é esse comerciante ambulante que fornece o seringueiro liberto e é a ele que o seringueiro entrega sua produção. É ainda o marreteiro que leva recados, leva remédios ou ajuda a tirar os doentes da área. O vínculo de dependência não é agora imposto pela violência, mas pelas condições de isolamento e precariedade de recursos econômicos do seringueiro.

Contudo, em que pesem as diferenças nas condições de vida e trabalho dos seringueiros cativo e liberto, permanece comum a ambos sua identificação pelo trabalho. Identificação esta distinta do pequeno produtor agrícola. Permanece comum ainda a concepção da borracha como produto de destacada importância para o país, e portanto a expectativa de sua consideração como produtor.

Obviamente a expectativa do reconhecimento, particularmente pelo Estado, de sua importância, não encontra referendo em suas condições de vida e trabalho. Contudo ela aparece reiteradamente, seja como direito não reconhecido seja como contra-manipulação, ou seja, a devolução dos mecanismos de le-

gitimação usados particularmente quanto ao "soldado da borracha", que agora legitimam sua resistência à expropriação.

"A solução não é sair do seringal. É nós viver no seringal, trabalhando nos seringal, mas existir lei pra nós ter valor, pra nós não ser valorizado. Que nós samo desvalorizado, nós não tem valor de nada, e no entanto, era de nós ter valor de tudo. Porque a Sra. sabe que a borracha é o leme do mundo. É né? O brio do Brasil é a borracha. E nós é que produzem. Nós todo seringueiro produz e não tem valor de nada." (Zanoni, 1979, p. 4)

Essa declaração de um seringueiro (U.M.), transcrita por Mary H.A. Zanoni, é demonstrativo de sua compreensão enquanto uma categoria específica de trabalhador no cenário nacional.

No mesmo trabalho, algumas conclusões a respeito de como o seringueiro vê a borracha e a si próprio no contexto nacional, são elucidativas:

"Os seringueiros, novamente - Essas notas conclusivas permitem que se perceba que tanto na história da borracha quanto na sua conjuntura atual, o seringueiro ficou e permanece à margem de todas as transformações apontadas. É essa condição de seringueiro que permite entender porque para ele a borracha é o produto mais importante do Brasil. É como se o seringueiro procurasse com seu discurso recuperar um tempo histórico passado, principalmente aquele que motivou a última migração para a Amazônia, a Campanha da Borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Muitos seringueiros do Acre são "soldados da borracha" e expressam a ideologia que naquele momento foi criada como incentivo à borracha: ir para os seringais da Amazônia era servir à pátria. E até hoje os seringueiros falam que precisam de apoio "para vencerem a batalha." (Zanoni, 1979, p. 157)

Esse trabalhador vai sendo gradativamente deslocado por transformações, que como bem se afirma no trabalho ci-

tado, se dão à parte de seu mundo.

Esse contexto de uma economia fundamentalmente extrativista é frontalmente questionado, induzindo-se mudanças à partir do final da década de 60 e início da de 70. O Acre se incorpora na chamada "ocupação da Amazônia". Obviamente de tudo que foi dito anteriormente não se trata de um processo de ocupação mas sim de uma reorganização econômica do espaço. Notadamente, estimulando e viabilizando este processo, está o Estado. O extrativismo se acha superado no processo de reprodução do capital. A Amazônia é uma nova frente para o capital. Já em meados de 1960 se propala a irracionalidade da extração do seringal nativo, as precárias condições de vida do seringueiro, isolado e sem os serviços básicos de atendimento social. É necessário modernizar, incorporar a Amazônia a uma estrutura produtiva racional aos moldes do resto do país. Agrega-se a estas questões a da segurança nacional - se faz premente ocupar os espaços vazios, particularmente junto à fronteiras. A reprodução do capital tem novas exigências e o governo assume uma ideologia compatível com ela. O herói de ontem é o parasita da natureza de hoje.

O Acre é integrado nesse processo através do mecanismo de incentivos fiscais e da ofensiva publicitária do então governador Wanderley Dantas. A abundância de terras e o seu baixo preço eram os grandes estímulos para os investidores do Sul e Sudeste.

"A campanha desencadeada por Dantas - cujo slogan

era: Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico - surtiu efeitos imediatos. No período 1972/74, segundo observadores da realidade fundiária acreana, pelo menos um terço do território estadual tinha sido transferido às mãos de pessoas ou grupos estranhos ao estado. A valorização das terras entre 1972 e 1976 não foi menor que 1000 %, tendo sido maior nas áreas já servidas por rodovias, onde chegou a 2000 %.(CE-DEPLAR, S.d, p. 228)

Contudo, essa euforia governamental não considerava um sério problema, a estrutura fundiária do Acre. A estrutura fundiária do estado é extremamente complexa tanto pelo seu histórico político, passando da responsabilidade do governo boliviano à território e desta condição à estado, quanto pelo histórico produtivo.

Para o seringalista, como para o seringueiro autônomo, a área de exploração considerada não se baseia na terra, mas nas estradas de seringa, assim o cálculo aproximado da área, sem medição prévia, está frequentemente fora das dimensões reais. A venda destas terras, pretensamente desocupadas, desencadeia num primeiro momento uma sobreposição de títulos de difícil precisão quanto ao seu legítimo proprietário, quando há realmente um. Isto induz a uma situação tão caótica que em 1982, registra-se o absurdo da área dos imóveis cadastrados ultrapassar a área total do município, assim, em Rio Branco a área cadastrada corresponde a 118,6 % da área total.

(vide anexo I).

Frente a esta invasão do Estado, seringueiros autô-

nomos (posseiros) e seringalistas reagem de maneira adversa. A terra enquanto mercadoria, enquanto reserva de valor é uma realidade nova no Estado. Muitos seringalistas que haviam simplesmente abandonado os seringais correm a cadastrá-los. Os posseiros reafirmam a lógica da subsistência, reforçada por sua condição de autônomo.

Para os investidores do Sul interessa a terra livre, seja para mantê-la como reserva de valor, seja para a implantação de pecuária extensiva.

É no confronto dessas duas lógicas, terra para exploração x terra para trabalho (como bem coloca José de S. Martins) que eclodem os conflitos. Nestes conflitos os novos investidores usam de toda violência na expulsão de posseiros, sendo auxiliados muitas vezes pela polícia. Os posseiros têm suas casas queimadas, sofrem pressões e ameaças de toda ordem. Em 1974 um seringueiro mata, em legítima defesa, o preposto do comprador de terras por ele ocupadas. A gravidade dos conflitos torna-se pública. Os posseiros seguem resistindo de forma gradativamente mais organizada, o apoio da Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) e CONTAG (a partir de 1975), auxiliam nesse processo.

Paralelamente o INCKA assume nova orientação reconhecendo o direito dos posseiros e revendo a titulação dos pretensos proprietários.

Por outro lado, o incremento dos movimentos migratórios rural-urbano, devido às crescentes expulsões, passam a

pressionar as áreas urbanas, particularmente do município de Rio Branco. Esse fato aliado ao crescimento dos conflitos na área rural fazem com que o governo do Estado reveja a orientação política anterior, de abertura e estímulos aos investimentos forâneos. Se faz necessário um reacomodamento da situação.

Em 1976, o governador Mesquita propõe ao INCRA quatro áreas de terra para desapropriação por interesse social.

"O empenho do Poder Público acreano, após ano e meio de intensa movimentação, alcançou êxito, concretizado através de dois decretos da Presidência da República, os de Nr. 79.048 e 79.049, de dezembro de 1976, por intermédio dos quais foram decretados de interesse social, com fins à desapropriação, duas áreas de terras acreanas: uma de 292.000 hectares, no município de Sena Madureira, e outra de 408.000 hectares, em Rio Branco."

(CEDEPLAR, S.d, p. 274)

Nessas áreas foram posteriormente implantados os projetos de assentamento dirigido: Boa Esperança, em Sena Madureira e Pedro Peixoto, em Rio Branco.

Contudo, esta medida parece não responder às aspirações do governo estadual, ou seja, de reassentamento dos expropriados, então na área urbana de Rio Branco, bem como de se constituir num espaço para o deslocamento de trabalhadores dos focos de tensão social do Estado.

O primeiro limite a que esses projetos cumpram essas funções está nos próprios critérios de seleção de colonos: condições financeiras mínimas para que arquem com as despesas iniciais de assentamento e experiência anterior em agricultura. Estes critérios são coerentes com as políticas de modernização do setor primário que reorientam a ocupação da Ama-

zônia,mas não correspondem à realidade do expropriado do Estado, conforme pode-se perceber pelo relato anterior.

De qualquer forma, a conjugação da resistência organizada dos trabalhadores, aliada às orientações do INCRA e Governo Estadual, parecem amenizar os conflitos pela posse da terra,a partir de 1975, é pelo menos o que se registra nos estudos à respeito e o que atestam as declarações dos que viveram esse processo.

Contudo, esse abrandamento de conflitos não significa a superação da contradição e não apenas devido a limites na forma de colonização, mas fundamentalmente pelo fato de que o Estado representa a lógica de propriedade privada da terra, que se estabelece na área não dando espaço para a lógica de reprodução de uma categoria de trabalhadores que não são funcionais à reprodução do capital nesse momento.

Portanto, embora a "corrida pela terra" tenha arrefecido, os conflitos surgem, particularmente, no Vale do Purus, em torno da BR 364 que liga Rio Branco e Brasiléia, fronteira da Bolívia. Aí localizam-se as terras mais valorizadas e os novos proprietários, seja pela expansão da pecuária, seja como medida preventiva da defesa de seus direitos, continuam a expulsar posseiros/seringueiros. Os métodos violentos,da mesma forma, ainda se fazem presentes. O INCRA a partir de 1977, com a mudança de sua coordenadoria regional, assume uma postura de conciliador, promovendo acordos. Esses acordos pautam-se pela orientação oficial, oferecer terra para que o seringueiro

se converta em colono.

No processo de resistência, os seringueiros autônomos reafirmam de forma mais clara a sua resistência como manutenção da identidade. O "empate", onde os seringueiros armados impedem o desmatamento tem sido uma das estratégias mais presentes.

A resposta institucional é sempre a mesma, como atesta a publicação da CONTAG, sobre as lutas camponesas pela posse da terra no ano de 1980:

(Áreas desapropriadas em função de conflitos pela posse da terra:

<u>Decreto</u>	<u>Data</u>	<u>Estado</u>	<u>Município</u>	<u>Hectares</u>
85.178	29.09	Acre	Rio Branco Seringal Humaitá	68.873
85.076	27.09	Acre	Xapuri e Brasiléia Seringal Porvir Novo	29.386
85.077	27.09	Acre	Rio Branco Catuaba	35.000
85.078	27.09	Acre	Brasiléia Seringais Quixadá S. João, Belmonte	54.112
85.079	27.09	Acre	Brasiléia Santa Quitéria	69.983
85.080	27.09	Acre	Rio Branco Faz. Sto. Antonio	10.000

As áreas são desapropriadas e os seringueiros recebem área suficiente para converter-se em colonos. O INCKA limita-se a agir nos pontos em que eclodem os conflitos e esses multiplicam-se.

É no ano de 1980 que registra-se a morte do presi-

dente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, à mando de fazendeiros.

Ao mesmo tempo que eclodem conflitos entre posseiros e proprietários, ou seus representantes, os projetos articulados pelo INCRA apresentam disponibilidade de área para assentamento.

No dia 28.04.81, o jornal A Gazeta do Acre trazia o seguinte artigo:

"Os primeiros conflitos de terra chegam com o verão.

Vinte e três seringueiros derrubaram, na última terça-feira, o acampamento de peões - uma barraca de lona - do Seringal Nazaré, do Grupo Bordon, no município de Xapuri. Segundo o informante não havia empregados na fazenda, no momento da ação, e os seringueiros teriam tomado essa atitude para impedir uma derrubada que atingirá várias estradas de seringa (.....)

À medida que o verão vai chegando e tem início os desmatamentos, surgem os conflitos pela posse da terra. Sexta-feira última, cerca de 40 trabalhadores rurais do seringal São João do Balanceio, na BR 364, impediram um desmatamento que o arrendatário do seringal, João Barbosa, iniciou prejudicando vários moradores. Os seringueiros alegam que os fazendeiros não "respeitam nem castanheira nem a seringueira" (.....)

No Seringal Bagaço, também na Br 364, estão ocorrendo conflitos provocados pelo madeireiro conhecido por Jorge, proprietário da Serraria São Jorge. Ontem, o seringueiro Valderir Cavalcanti Brilhante, residente na colocação Vertente, no Seringal Bagaço, esteve na sede da CONTAG para dizer que o proprietário da Serraria São Jorge já atingiu novas estradas de seringa."

No mesmo jornal, dia 24.05.81, tem a seguinte reportagem:

"INCRA defende a migração ordenada para o Estado.

O coordenador regional do INCRA, General Fernando Moreno Maia, disse ontem que já é hora de se pensar numa migração ordenada para o Acre porque, "por bem ou por mal, queira ou não queira o Estado vai começar a receber gente." Informou que a coordenadoria do órgão no Paraná está sendo pressionada por famílias indenizadas da região de Itaipu que já estariam de "malas prontas" para virarem para o Acre; e que em Rio Branco apareceu um emissário de famílias da seca do Nordeste pedindo informações sobre os projetos de assentamento da autarquia (.....)

Segundo o coordenador Moreno Maia, o Acre teria condições de receber de 400 a 500 famílias de colonos de outros Estados ainda este ano, para assentamento em seus projetos (Pedro Peixoto e Boa Esperança) ativados e se prepara para lançar mais três em áreas já desapropriadas pelo governo federal." (.....)

A evidente contradição expressa quando se confronta esses dois artigos, de um lado inúmeros conflitos pela posse da terra, de outro, disponibilidade de áreas, torna patente que são lógicas distintas expressas: a que direciona a ação do posseiro e a que direciona a ação do INCRA. Realça ainda que, para o Estado o "processo de ocupação" é irreversível. A lógica do posseiro/seringueiro é deslocada, como romântica, quando não atrasada, a destruição inevitável.

Sem dúvida, o reconhecimento da indenização, ou dos acordos respaldados pelos órgãos oficiais são uma vitória dos trabalhadores, já que no início do processo eram simplesmente expulsos. Contudo à reivindicação do posseiro/seringueiro responde-se com uma equivalência do valor do trabalho investido na terra. Ora, essa equivalência perfeita na percepção da terra como mercadoria, não é na concepção de terra para trabalho. Particularmente para o seringueiro, que não se vincula à terra

em si, mas a possibilidade de se manter como extrativista, o que implica em áreas muito maiores que as ofertadas, dado a dispersão da seringa natural. A terra como mercadoria o inviabiliza enquanto pequeno produtor. Aceitar a resposta oficial significa negar sua identidade de trabalhador. Muitos capitulam nessa luta e vão tornar-se colonos, via de regra, inaptos. Outros resistem, ou optam por novas migrações para áreas "mais para o centro", como dizem, ou mesmo para os seringais da Bolívia.

Daí a disponibilidade de área nos projetos de assentamento. Estes se voltam portanto à sua real função: implantar um novo molde de ocupação na região. Contudo, mesmo aí se reproduzem as contradições gerais da pequena produção. Funcionando como um espaço para conter tensões em outros pontos do país, os projetos de assentamento passam a receber colonos absolutamente descapitalizados em seu local de origem; desempregados urbanos sem experiência na área rural; bem como pequenos proprietários que vêem na "nova fronteira" uma possibilidade de expansão de seus empreendimentos agrícolas. Eles guardam uma característica comum: seu padrão de subsistência é diferenciado de toda região, ele implica numa expectativa modernizante, tanto a nível do trabalho propriamente dito, como de habitação e hábitos alimentares. Essa característica torna-os suscetíveis, como foram os seringueiros ao apelo dos "soldados da borracha", de incorporar a ideologia do pioneirismo veiculada pelas instituições oficiais.

O MIGRANTE RURAL DO SUL - TERRA, CAPITAL E TRABALHO

"Eu dizia: pobre, né ? Não tem residência. E sai batendo estrada". (C, Gaúcho, 48 anos)

O migrante rural do Sul, hoje assentado no Acre, traz uma história de enfrentamentos muito diversa da dos seringueiros/posseiros do Acre. Sua identidade como trabalhador não se referencia a um Estado e menos ainda a um espaço determinado, como no caso do seringueiro. Enquanto este luta contra a expropriação que anula sua identidade, aquele tem a expropriação na história e a busca de terra é o caminho para a liberdade, segurança e reafirmação de identidade. A terra é portanto o valor máximo. Nesta busca ele segue os rumos traçados pelo capital e vivencia as diferentes formas de exploração e expropriação.

- P - O Sr. é nascido no Paraná mesmo ?
 I - Não. Sô mineiro. Mineiro, mas vim do Paraná.
 P - O Sr. está com que idade ?
 I - Trinta e oito ano.
 P - Em Minas o Sr. já era agricultor ?
 I - é, todo o tempo.
 P - O Sr. saiu de Minas e foi para o Paraná porque ?
 I - é ...Sra. Sabe, a gente todo o tempo tem uma esperança por limite de terra memo né ? Naquele tempo nós a classe pobre, a classe fraca materialmente, todo tempo nós temo esperança. Né ? De nós tê como arranjá. Não é verdade ? Então a nossa esperança no Paraná foi a mesma coisa do Paraná prá qui. Agora aqui nós tem esperança, nós tá dentro do que é nosso Então através que nós veio do Estado de Minas pro Paraná através de terra também. Nós lá não teve condições. Todo o tempo ficô, com o tempo que começô a trabalhá, é ... eu trabalhei na barra da calça de fazendeiro. Né ? sofrendo.
 P - O Sr. foi trabalhar com café, no Paraná ?

- I - Café. No Paraná eu trabalhei só em café. Trabalhei em rami, café, essas coisa que nós trabalhamos.
- P - O Sr. chegou primeiro no Norte e depois foi para o Oeste ?
- I - É, nós chegamos primeiro no município de Uraí, pra lá de Londrina. Agora pro município de Uraí, o município de Jataizinho. E daí nós viemos pro Oeste e de lá pra Foz do Iguaçu e dali nós viemos pra qui. Nós foi ainda pra Mato Grosso.
- P - Pelo Incra ?
- I - Não. Foi por conta. Né ? Mais lá nós não gostamos. Né ? Pra lá nós não conseguiu terra também. Foi falá com Dr. lá, que até tem o nome escrito numa terra lá, numa reunião que teve lá trezentas pessoas. O que era pra requerer dois mir arqueiros de terra, do Incra. Tem muita Terra do Incra lá. Agora tem treze fazenda que tava tomando conta do colono lá. Do povo. Sabe ? Agora esse povo era a mesma coisa de bôia. Era o povo que trabalhava de posseiro pra cumê. Então com essa reunião de 300 pessoas, Paraná e Projeto Sete Queda, pra requerer essas terras. E no fim as fazendas tomam conta. Né ? Toco bola no Incra e o povo ficô aí mamando no dedo. Né ? Aí ficô cada um trabalhando no seu serviço a mesma coisa. Ganhando seu pão, né ? E daí nós voltamos pro Paraná, de novo. Aí nós foi pra Itaipu. Aí eu falei ainda: vão pro Incra, lá no Incra quem sabe eles num pode arrumar uma terra. Nós tem família. Nós tinha uma farta. Acostumado na terra, né ? A trabalhá. Que a gente tava cansado. Meu pai, minha mãe, criou a gente, somo cinco irmãos, criou nós na base do cacho do fazendeiro, né ? Prantando de a meia, né ? Co menos que eles dessem... Tá certo." (Depoimento de J, 38 anos, Mineiro).

Como nesse caso, transcrito acima, todos os colonos têm uma história de migrações sucessivas. Alagoanos, mineiros, gaúchos, catarinenses, baianos, todos seguem um processo que é na verdade a luta contra a proletarização, e busca pela terra como condição de reafirmar sua identidade. O Oeste do Paraná, até início da década de 70 era considerado "fronteira agrícola".

la", aliás os enfrentamentos entre posseiros, grilheiros e proprietários são testemunhas desse fato, no referido período.

Contudo, os colonos entrevistados não trazem, como núcleo de sua história, a luta pela posse da terra (*), sua história é a da exploração do trabalho e o limite dessa exploração é a permanência de seu vínculo com a terra.

Em raros momentos a relação de assalariamento, como diária ou empreita, aparece na vida desses trabalhadores como a fonte principal de sustento. A venda da força de trabalho, pura e simplesmente, aparece como mecanismo complementar à sua situação de pequeno produtor. É, contudo, um pequeno produtor expropriado e como tal vive "na barra da calça do fazendeiro". Sua situação de meeiro ou arrendatário, como chama; não significa um pagamento de renda da terra, tornando-o, enquanto produtor, independente. Descapitalizado, ele entra na produção via de regra com a força de trabalho própria e da família. Na realidade ele produz o que e nos moldes que o fazendeiro quer. Esse trabalhador conhece concomitantemente a expropriação pelo capital comercial, financeiro e pagamento da renda da terra. Nessas circunstâncias, o grau de exploração a que se acha submetido é exacerbado, comprometendo por vezes a sobrevivência da família.

Um elemento que aparece como uma constante na história da vida desses trabalhadores é que os mecanismos de ex-

(*) Em algumas histórias de vida aparece a posse, contudo seu abandono é registrado como pacífico. Essa questão será retomada mais adiante.

ploração, particularmente pelo, dono da terra, ou seu representante se dão como engodo. Isto é, não há uma definição clara das bases em que se dará os pagamentos, os acordos são sempre verbais, via de regra, não cumpridos e/ou alterados conforme as circunstâncias. A vida do trabalhador é vivida e vista como uma série de fracassos, frente à cada nova expectativa e uma busca incessante de autonomia e fartura. A idéia dos "fracassos" traz junto a da "fraqueza", a da impossibilidade de reagir frente à injustiça e ao grau de exploração do qual é vítima. Encontra na migração a resposta única à busca de espaço onde o "fazendeiro ainda não tenha tomado conta", o rumo de suas aspirações é ditado pelas brechas que o capital cria.

"Pois bem, quando eu tava com dezesseis anos, voltei a morá lá otra vez, lá onde essa mulhé vivia. Bem, fomo abri uma fazenda em frente de um tarde.... meu Deus: apelido gordo e um fazendeiro. Aí dispois que nós tava vivendo ali na fazenda, que abrimo toda a fazenda dele, jogô nós fora. Não porque não preciso de voceis mais. Sabe por que? Prá não pagá nós, né? Porque nós era fraco. Nós trabalhava alí como..... Pra afinar, abri a fazenda. A derrubada aquele tempo era só de machado.

P - E ele deixava o Sr. plantar na fazenda?

I - Deixava sim Sra. Mas deixava plantá assim; no primeiro ano. E no segundo ele dizia que era pra nós continuá a mesma coisa, ele já vinha com aquele negócio de pasto. Aqui voceis não pode prantar mais. Agora voceis vão derrubar mata bruta, né? Lá ia nós otra vez. Até que enfim ele tirô nós de lá. - Não, o negócio é o seguinte - voceis caça o rumo porque eu não posso quere aqui voceis mais porque voceis já vão fazer dois ano que voceis estão aqui e eu não posso ficá com uns tipo de pessoal assim. Nós também não tinha força. Não tinha que desse força pra nós também."
(J.W., 35 anos, Paraense).

*Mais lá na outra fazenda que agente morava em Mi-

nas Gerais, os patrão não queria...Eles dava muito mais valor numa tocera de capim que um pobre trabalhador. Trabalhava um ano aqui, ele chegava sameava o capim - ah Inão dá pra trabaia ai mais, tem que i pra tal lugar. A gente ia trabaia lá, chegava lá, sameava o campim de novo. Intão assim foi apertando pra nós que era pobre em Minas Gerais. Aí eu me destinei a vim pro Paraná." (S., 50 anos, Mineiro)

"Eu trabaiei dois ano daquele jeito e falei: S.Zo-zeu agora vô vende a lavora, o Sr. me compra a lavora porque não dá pra mim trabalhá desse jeito. Eu trabalho demais e não sobra saldo. Eu vô sai." (S., 50 anos, Mineiro)

"Aí surgiu um sinhô lá, disse assim: ó você, não tava dando pra você i lá no Paraguai, cuida da fazenda minha? óia só, óia a infração otra veiz. Ele diz: ó, o negócio é o seguinte: você vai lá, você vai tomá conta da minha fazenda, disse. Tudo que você faze lá, é de a meia. Eu cheguei em casa e disse pra muié: Andréia, sabe, nós tamo com a mão na roda i a otra mão na faca e no queijo. É só cortá. Quando eu mudei pra lá, surgiu novos pranos. Chegô o Arlindo ... Disse: - as coisa que tem aqui é tudo meu Tá certo, a fazenda é dele, as criação é dele. Mas ele tem que acertá é comigo. Intão se você quisé trabaia aqui, você tem que trabaia abaxo do mandado meu Aí comecei a trabaia de graça pro home. Derrubando de machado. Sendo que o ordenado dos otro ele pagava um preço mió, ele já pra judiá, pra sê escravo dele mesmo, né ? Me vendia feijão podre, arroiz podre. Porque eu não tinha pra onde i mesmo, né ? Lá numa distância daquela." (J.W., 35 anos, Paranaense).

As histórias de expectativas frustradas, de engodo, são inúmeras. As relações são pessoais. Não há um contrato, uma lei que regulamente essas relações, na prática do trabalhador. Assim, num primeiro momento, em cada história de vida são pessoas que aparecem o colono faz questão de se lembrar do nome daqueles a que se refere. Contudo, a vida de cada um contém inúmeras e diterentes formas de expolição, isso configura, em

sua compreensão, o geral. Ele se apercebe, dentro de sua linguagem particular, que é referenciada a um universo muito concreto: Terra como mercadoria, terra valorizada, "terra velha" e exploração aparecem então unidos. Onde a terra é velha não tem lugar para o pequeno produtor.

P - O Sr. saiu de Minas por quê ?

I - Eu saí de Minas porque lá tava muito explorado, lá tava uma exploração de fazendero, sabe ? Só queria jogá a gente na diária, ambulante. I eu arcancei que aquilo não tava certo e já vim pastando, vim correndo, sabe ? Vim pro Paraná. Começô a iexploração no Paraná eu já vim pra cá."
(J., 50 anos, Mineiro)

"Vim pro Paraná com 19 anos.

P - Por que ?

I - Pra descobri alguma verdade na vida, né ?

P - Trabalhava na lavoura, em Minas ?

I - Trabalhava na lavora. Tabaiava assim, de meia, ganhava a vida assim. Tabaiando pra adquirir a.... a vida, né ?

P - E para o Paraná o Sr. foi tentar conseguir terra ?

I - Foi. Fui trabaiaá porque o Paraná tinha boa fama, lugar que a pessoa podia come melhor. Em Minas é um lugar onde a terra já é muito velha, não tem mais jeito da gente consegui nada, né ? Porque um lugar fica velho, ninguem se consegue mais nada. Então aqueles que aguentaram estão por ali, ficaram fazendero. E aqueles que já é da minha idade pra cá não arcançaram mais nada porque, uma é que a terra tá toda nas mão dos fazendero. Ninguém tem direito de adquirir nada." (G., 40 anos, Mineiro)

Nesse contexto, a terra é mercadoria, e como tal é detida por aqueles que podem pagar a renda capitalizada. Resta ao produtor expropriado a alternativa da migração como resistência à proletarização total.

Não estou voltada, neste trabalho, a precisar a conceituação do pequeno produtor, nem a categorizá-lo. Importa recuperar o processo, onde no limiar da proletarização total ele

forja sua identidade de produtor autônomo e como estrutura sua compreensão do processo global que o determina.

Sem dúvida é um trabalhador desprovido dos meios de produção. Sua mobilidade, vivida como estratégia de não proletarização, responde efetivamente às demandas do capital. Assim, onde o preço da terra é alto não há espaço para a produção familiar, ela é "empurrada" para os limites desse mercado. No seu lugar aparece o assalariado, aquele que desenvolve trabalhos específicos e não domina o processo produtivo, aquele que vendendo seu trabalho não cria vínculos com a terra. O migrante com quem se trata não é este assalariado. A unidade expropriada é a família e é essa unidade produtiva que se locomove, mantendo como condição básica de incorporação a um novo processo produtivo, sem vínculo com a terra. O trabalhador domina o produto é visto como seu, como produto de seu trabalho.

Tomando um caso extremo de inserção destes colonos a um processo produtivo exclusivamente voltado ao mercado, como é a cultura de hortelã, pode-se perceber que essa identificação se dá pelo trabalho. No caso de colonos que trabalhavam como "arrendatários" (*) nesta lavoura, eles se referem como "minha lavoura" e fazem menção ao pagamento da terra e, quando existem, dos demais insumos que lhes foram fornecidos. Dado que o produto obtido é função do "empenho", da quantidade de traba-

(*) Os colonos nunca se auto denominam parceiros, embora paguem pela terra com um determinado percentual do produto. Talvez pelo fato do proprietário da terra não trabalhar e eles produzirem, pagando pelo uso da terra.

lho investido, a perspectiva de vir a se tornar um produtor independente é uma constante. A exploração é dada pela dominação da terra. Daí a busca de "terra nova", "terra não dominada", terra que ainda não tenha, ou tenha pouco, preço.

É nesse universo que o pequeno produtor rural expropriado gera seus valores, reproduz a sua prática. O trabalho é valor máximo. É por ele que mede as "injustiças", é ele que está presente nos esquemas de avaliação de um colono para o outro. Não o "trabalho livre", não o "trabalho para o capital", mas aquele voltado à reprodução da categoria.

"P - O pessoal está conseguindo tocar a vida só com a colônia ou está tendo que trabalhar para fazendeiro ?

I - A maioria dos que veio, que tem bão interesse, eles tão meio sufocado, mais tá tocando co poder da colonha mesmo. Mais tem uns, que acostumado, sei lá, corre dinheiro toda semana, no Paraná, acostumado trabalhá pra fazendero mesmo, impregado, intão ele acha que é da colonha. Intão tem uns trabalhando pra fazendero mesmo."

(J., 35 anos, Alagoana)

Na medida em que a vida destes trabalhadores tem sido uma constante busca pela terra, pela independência enquanto produtor, o trabalho assalariado é visto como negativo.

A valorização do trabalho está presente ainda em suas histórias de vida, entrecortando relatos, mostrando que a exploração a que se achavam submetidos era injusta, o que obtinham não correspondia a seu trabalho.

"Que naquele tempo, eu desde o momento era muito trabalhado i gostava muito de trabalhá."

(S., 50 anos, Mineiro)

3.1 - EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA

A história da expropriação dos colonos pode ser vista, numa primeira impressão, como de passividade. Não há na história de vida deste grupo, nos momentos de expropriação por que passavam no Sul, nenhum relato de participação em movimentos organizados. Inclusive nenhum deles chegou a participar das contestações às formas e valores de indenização propostos por Itaipu. A maioria apenas teve notícia do movimento, outros nem sabem que chegou a acontecer.

Contudo, quando se observa melhor, percebe-se que, na verdade o que está presente é antes a vivência destes processos como fatalidades, frente aos quais esboçam, muitas vezes, reações individuais.

Sua história de vida é feita de expectativas, breves momentos de tentar efetivar essas expectativas e frustrações.

No relato que fazem, é comum aparecerem expressões que denotam a reincidência constante, e sentida como inevitável, de frustrações, como: "óia a infração aí de novo", "mas decha que".

As ações da resistência individual aparecem quando a "injustiça" é muito grande, quando a subsistência da família é comprometida. Ela se configura, para o próprio colono, como ação desesperada.

"Quando um dia, às cinco horas da manhã, mais ou menos, esse menino mais velho, que é J., gritô: pai eu não tô quentando mais de fome. I sendo que tinha que trabaia no otro dia. Aí eu me isquentei a cabeça e falei - muié eu não posso mais cum nada, não tenho mais jeito. Eu tenho que dá um jeito na vida. Óia, não é mintira, isso aí eu fiz mesmo, não é mintira. Que o cara quando tá numa situação meio atravessada i trabalhando, ele dispõe qualque coisa. Aí eu passei a mão numa foice. Tinha que atravessá mais o menos quatro quilometro pra i lá na fazenda, onde era o acampamento, o barracão. Cheguei lá. Ainda cheguei de noitinha, o dia ainda não tinha amanhecido. Gritei da porta. Bati na porta e gritei: Seu Zozué. A muié dele disse assim: ó Zozué tem gente doente lá na colonha, tá gritando, aí ó. Ele saiu. Quando ele chegô: - que que foi seu S. ? Eu digo: Foi muita coisa i não foi nada, Seu Zozué, eu vim aqui por que de tudo pra cumê eu quero levá daqui hoje. Porque tá com uma semana que a gente não come nada. Trabaiaando i não vai nada prá gente. I quero que o Sr. vai junto vê se o serviço da gente compensa - o Sr. fornece, i se não compensá também, eu não quero nada. Já deixo perdoado. Mas eu quero tudo agora. I quero que o Sr. vai mais eu."

Além do trabalho do colono ser efetivado pela unidade familiar, o constante processo migratório a que se acha submetido, parece ter contribuído para que não se chegassem a estruturar ações grupais. Contudo ele tem claro a pouca eficácia de ações individualizadas, enquanto trabalhador sem terra, sua reação ao proprietário da terra permite como única liberdade nova migração e o abandono do produto de seu trabalho.

"Aí fomo tocá lavaro i tal. Vai daqui, vai dali, a lavora formadíssima. Qué que o pai fazia ? Se o cara abetasse - o patrão - quarqué coisinha que fizesse com ele - vô vendê a roça praquele filho de uma égua. O ele compra e vô mimbora, ele que se meta nos inferno. Mio, feijão, jirimum, macacheira, tudo prantado ali, melancia O véio dizia: me compra fulano - Ah ! não compro não i tar i tar. - Não me compra ? Ah ! vamo simbora."

Levantava o caco i sumia. O véio sumia e deixava ali tudo, dado." (J., Alagoano)

Ao relato dessas experiências vividas e enfrentadas dentro da unidade familiar, procurei contrapor com os colonos a possibilidade do enfrentamento organizado, a atuação sindical. Aí aparece outro fator importante na configuração do comportamento e concepção desses colonos. O sindicato conhecido por esse grupo de trabalhadores, no Paraná, parece ter sido de pouca atuação em mobilização, a caracterização que a maioria faz do sindicato é como uma entidade assistencialista. Dentro desta ótica, o trabalhador é participante da entidade, na medida em que paga uma mensalidade e faz jus a seus serviços. Não é, contudo uma entidade sua, um órgão de resistência.

*P - No Paraná, o Sr. chegou a participar do Sindicato?

I - Não Senhora.

P - Vocês acham que se o sindicato fosse mais forte no Paraná teriam podido ficar lá ?

I - Ah ! eu no Sul nunca tive convite nenhum, nem sabia desse negócio de sindicato."

(P., 48 anos, Gaúcho)

"Sindicato aqui, não é como lá no Sul. Lá no Sul, a gente pagava, mas chegava com um doente, a gente ia no hospital, escolhia os médico que a gente quisesse, se era uma operação era atendido."

(F., Baiano)

"Bom, o sindicato, o sindicato é o seguinte: eu conheço o sindicato, inclusive conheço otros sindicato. No Paraná, pra mim era bom. Que no Paraná, o sindicato lá tem convênio com hospital, dentista, farmácia, condução, tem tudo isso. Entendeu ?"

(D., Rio G. Norte)

"Eu era orientadô do sindicato o de lá. Ais veiz quando era pra fazê uma reunião, eu saia. O dotô me avisava lá, o presidente, eu saía, distribuía, era distribuidô, I juntava, fazia a reunião, o dia que eles viesse, o presidente viesse, eles fazia as

explicações lá, de acordo como era."
(J., Mineiro)

Como pode-se observar das declarações anteriores, a experiência sindical do grupo é limitada e configurada numa situação em que este é essencialmente assistencialista. Esta característica, obviamente ligada a uma legitimação dada justamente pela distância que mantém dos trabalhadores, como uma força que não é deles, e só é para eles enquanto pessoas. Sua verdade não é a verdade do trabalhador, mas uma que está acima dele: "o dotô me avisava".

Nesse contexto onde a terra é uma mercadoria de alto preço, onde a liberdade do pequeno produtor é a liberdade da força de trabalho, onde o sindicato se mostra como uma entidade à parte, que reforça sua experiência como individual, onde o trabalhador se acha portanto fragmentado, "fraco" e sujeito às injunções da natureza e do "patrão", ele engendra suas respostas fatalistas e religiosas.

3.2 - TERRA E EXPROPRIAÇÃO

Como entra a expropriação da terra na história da vida desses colonos ? Esta me parecia uma pergunta básica para se poder apreender a percepção que eles têm da atuação do In-cra e mesmo da categoria dos expossesores do Acre, com quem hoje convivem.

A questão da perda da posse da terra está presente em quase todas as histórias de vida, contudo ela se alinha nas diferentes formas de expropriação. Ela não aparece como um momento mais marcante, de maior confronto. Na verdade, a terra como mercadoria é uma realidade que parece presente desde o início de sua história de vida. Daí, as experiências de posseiro aparecem como uma estratégia de manutenção da identidade similar ao arrendamento. A de mais, as áreas sob posse apresentavam além da questão de regularização da terra, o fato de serem áreas restritas, sem condição portanto de garantir espaço para a reprodução até mesmo da família nuclear, muito menos daquelas constituídas pelos filhos.

A compreensão que os colonos têm da perda dessa terra intercala a impossibilidade de resistência e a apreensão da não manutenção da terra, quando as pressões eram indiretas, como decorrente de uma falta de consciência da importância da terra, traduzidas com "falta de juízo".

"O pai dele tinha herança do pai dele, como três alqueires de terra. Mas não era uma terra quites. Era só o nome, sabe ? Aí apareceu um compradô, do velho. Um tar de Savadô de Lima. Catarinense, po-

lítico, italiano, era. Aí ia ele quiz comprá a terra, o direito do avô deles. Dessa mulhé minha e desses otro aí. Aí tomô a terra. Foi, inventô um tar de cadastro lá, por que não sei que. Porque ele tinha que pagá os imposto daquilo alí e nós não podia vivê no fundo, né? Que tinha que vendê pra ele. Mas ele só pagava o preço como se dissesse, pra dizer que ele comprô. Que pagô. E ali ficou enrolando. Não nós vamo vendê não sei pra quem. Quando aparecê otro compradô. Quando apareceu otro compradô ele disse: não, quem compra é eu. Eu que sô o dono aí. Bem, aí surgiu o tar de IBRA. lá. Fazê um levantamento. Levantamento de todos os pessoar que tinham ali. Ele foi indo, foi chegando, chegando, até que chegô na nossa casinha lá. Uma dona chamada Ângela Maria, lembro como se fosse agora. Chegô e disse assim:

- Como é? Cadê o documento dessa área aqui de vocês?

- Bom, eu não tenho.

- Intão o que é que você tá fazendo aqui?

Digo: - Não, sabe, eu já tô morando aqui treis, quatro ano parece. Não, um ano, digo, e não, finalmente - não é meu isso aqui, é do meu sogro.

- E ele?

- Bom, ele saiu. Ele vive aí, com um tipo de atrapalho aí. Uma doença. É um negocio que acontece com ele aí, então ele saiu fora e eu fiquei aqui.

- Não, não, você não pode ficar aqui não. O dono daqui é o é Sarvadô Lima, disse.

Digo: bom.

- Porque você tem que saí é por bem. Por que se você não saí, aí vai vim gente aqui - disse - arrancá você na marra. Sai por bem ou por mal. Você não tem o documento pra constá que essa terra é tua.

Digo: não, eu tô falando que não é minha essa terra. Essa terra é do meu sogro.

- É mais ele também não tem.

Bom, daí fiquei quieto. Digo: - Meu Deus: agora sim. Aí quando passado uns oito dias e eu seguí trabalhando, carpindo. Que lá é terra de carpi. Segui carpindo, mas sempre aborrecido. Digo: Meu Deus, o que é da nossa vida, agora? Esse pessoal vive incomodando dia por dia. E ainda apareceu com mais otra coisa - diz que o IBDF ia tirá a pontas e empurrões.

- Voceis tem que saí mesmo - disse - se não, os IBDF chega aqui - disse - amarra voceis, toma suas ferramentas. Como fizeram mesmo.

Agora pra mim não, porque eu saí inhantes, né? (Ri) Bem aí o IBRA apareceu pra desapropriamento, como essa dona que apareceu em casa, tar de Ângela Maria. Não sei se é viva ou é morta ainda, mais apareceu por lá e desenganô nós.

- Disse: - vai enquanto é tempo. Aí eu fui teimando, vi que não tinha jeito mais, deixei minha lavoura, tudo: milho, arroiz, um poco de soja prantado, sem colhê, sem nada. Peguei e saí, assim alongado." (J.W., Paranaense).

Nessa história de expropriação de uma posse que já era detida pela família há tres gerações, o Estado aparece como agente do pretenso proprietário. O proprietário tem portanto toda a força, ele no caso é "um político" como diz o narrador, ou de qualquer forma ele representa o lado legal, é a afirmação da propriedade privada.

Essa, na verdade, é a história da luta pela terra no Paraná, ela se refere aliás a uma área no Oeste paranaense que foi palco de lutas sangrentas. Contudo esse colono viveu como aquele que capitulou ante as pressões que lhe afiguravam muito fortes frente a sua "fraqueza".

Num outro momento da conversa, sobre porque eles não mantiveram suas terras no Paraná, ele se expressa da seguinte forma: "Bão, naquela época que nós tava lá, a gente não tinha esperança, né? I mesmo que não tinha uma pessoa como hoje." (No caso, ele faz referência ao sindicato).

"Eu vivi no Rio Grande até a idade de dezoito ano. Vim pra cá sortero, pra casa de meu irmão, no município de Barracão, e me casei lá. E aí fui ficando por ali numa parte de terra. No começo tinha bastente terra, mais quando eu cheguei tinha poquinho terra. Me deu uma terrinha lá, um pedaço. Mais a gente quando temfarta de idéia, que quando é novo não é tudo que tem idéia, no lugar pelo menos.

Vendi aquilo, fui trocando por um pedacinho por ali. Daí um tempinho, quando vi não tinha nada mais." (P., 49 anos, Gaúcho)

Nessa declaração se aliam, de um lado, a constatação da fragmentação da pequena propriedade inviabilizando a reprodução do produtor e de outro a situação vivida enquanto opção pessoal. Essa opção aparece na medida em que não aparece a pressão externa determinando o processo.

"P - O Sr. tinha terra em Minas ?

I - Tinha não, meu pai tinha terra, mas eu tenho herança lá, lá na terra de fazendero. Eu nem preocupo com isso não, é micharia também."
(F., 33 anos, Mineiro)

Nesta, como em outras declarações, a posse não apenas representa, dentro de um contexto onde a terra está dominada pela propriedade privada, uma luta de difícil vitória, mas se constitui no mini-fúndio incapaz de garantir a subsistência da família.

A partir dessas experiências estrutura-se a compreensão da terra para pequenos produtores. Por um lado a terra é o valor máximo para garantia de sua reprodução de forma independente. Essa independência é pensada ao nível da organização do trabalho, isto é, interna à produção. E a noção de propriedade se vincula à idéia dessa realização independente. O reconhecimento da propriedade jurídica da terra, de uma terra legalizada, é visto como garantia de posse. No seu discurso é comum aparecer a expressão "tinha terra só de nome", mostrando que estavam sujeitos a terem de abandonar a terra. Contudo, esta constatação da necessidade de disporem dos mesmos mecanis-

mos legais que garantem o fazendeiro não invalida o reconhecimento de que a terra é de alguém desde que ele nela trabalhe. A necessidade de reconhecimento jurídico não se contrapõe à posse, como é no caso da ideologia dominante que só reconhece a propriedade privada, contrapondo-a à posse. Assim, é constante nas histórias de vida recorrer à posse sempre que possível, a compra da posse, do direito de explorar a terra, direito esse adquirido pelo trabalho.

Nos momentos em que conseguiram se manter como produtores autônomos, esses colonos experimentam toda espécie de contradição presente na reprodução da pequena propriedade inserida numa agricultura capitalizada.

"Aí ganhei a colônia do Incra no Cui. Nós morava lá. Lá esse marido meu trabalô muito. Eu também trabaiava. Trabaiava pra nós i pros otro também, que nós trabaiava," (C., 66 anos, Paranaense)

"Eu fui tão bem naqueles quatro arquere de hortelã que eu arrendei, que deu pra mim comprá uma possizinha de dois arquere i meio de terra. Comprei. Ali eu comecei a trabalhá bem e fui trabalhando e fui ajeitando..... A Souza Cruz chegou i me forneceu dois garpão de fumo. I eu fiz aqueles garpão de fumo e comecei a trabalhá." (S., 50 anos, Mineiro)

A experiência como produtor independente é sempre oscilante e contraditória. Embora a independência esteja sempre presente como perspectiva ela não compõe a realidade vivida por esses colonos.

A "injustiça" a que se acham submetidos quanto ao valor de seu trabalho, a expropriação constante da qual são objeto é incorporada, embora o reconhecimento de seu valor en-

quanto produtor e a possibilidade da justiça permaneçam no seu horizonte.

Dentro desse processo o colono avalia os diferentes momentos de sua inserção no processo produtivo à partir da lógica da reprodução da unidade familiar. A riqueza que busca, "diz que em São Paulo juntava dinheiro co rodo" (*), é pensada em termos de fartura. A perspectiva de melhora econômica está sempre intimamente relacionada às condições de vida, particularmente, subsistência da família. A lógica de organização do processo produtivo reflete antes essa preocupação de manutenção da unidade familiar, do que a lógica de preços de mercado.

"Intão a Sra. sabe, que deiz arquere de terra, o sujeito tem uma vaquinha, depois que tá firmado, tem galinha, tem batata doce, tem porco, tem toda fartura. Ele pranta mandioca, ele pranta, de toda fartura tem dentro de casa. Uns deiz arquere e um arquere ou dois de pasto que ele tem. I esses ... Um colono só com cem arquere, só cum ele forma de pasto, se da certo o gado, deu bem. Se aconteceu peste, ou isso, aquilo, qué dizê que ele vende aqueles cem arquere. Não disinvolveu-se e nem disinvolveu o Brasil. Intendeu?"
(C., 48 anos, Gaúcho)

É a perspectiva da terra como condição básica da realização de seu anseio de produtor independente. É a espera da fartura, que determina as decisões desses colonos migrarem para o Acre.

(*) (J. Alagoana)

PROCESSO MIGRATÓRIO DOS COLONOS DO PARANÁ PARA O ACRE:

PERSPECTIVAS E REALIDADE

"I depois que nós viemo,nóis ficamo pensando cau-
so que o pobre vive donde o rico qué,que nós não
conhecia, se nós conhecesse,nóis não tinha vindo
é aqui."

Devo, antes de mais nada, fazer um alerta quanto a
esta parte do trabalho. Ela se estenderá nas citações das his-
tórias vividas pelos colonos,procurando manter toda a riqueza
de detalhes das narrativas, bem como toda dramaticidade da si-
tuação vivida por esses trabalhadores. Isso porque ela cumpre,
além da função de delinear as condições concretas e resgatar a
compreensão que o grupo tem do processo, a de denúncia,confor-
me querem os colonos com os quais este trabalho foi feito.

Uma primeira questão que sobressai das narrativas
e conversas com os colonos é que a expropriação levada à efei-
to por Itaipu funciona como um marco que unifica a experiência
do grupo.

Enquanto os processos de expropriação presentes
nas diferentes histórias de vida têm seu sentido unificado pe-
lo avanço do capital, e eram vividos como particulares pelas
diferentes unidades familiares, a expropriação devida à cons-
trução da barragem os unifica frente a um mesmo impasse e tor-
na o grupo um referencial necessário para se pensar as alter-
nativas possíveis.

Essa unificação não se dá, no caso do grupo com
que estudo, via participação em movimentos, ela se efetiva a--

través das relações estabelecidas no cotidiano desses trabalhadores, família, vizinhança e amizade. Unidade que essa é consolidada no assentamento, frente às carências e impasses que o grupo vive, onde o estreitamento dos laços de solidariedade se constituem na alternativa de sobrevivência.

A forma em que se dão as expropriações frente ao alagamento eminente da área coloca duas alternativas para os colonos: a proletarização ou migração para novas áreas, onde a pequena produção encontre espaço para sua reprodução.

Esse impasse é dado, principalmente, frente às transformações ocorridas no Paraná na última década, que tornaram elevado o preço da terra em praticamente todo o Estado.

Na década de 60, que é aliás o período onde a maioria destes colonos chegou no Paraná, este se constituía, particularmente a região Oeste, no que se convencionou chamar de "fronteira agrícola". Isto é, a pequena produção enquanto forma estratégica de organização do espaço econômico encontra condições propícias para sua expansão.

Na década de 70 a agricultura, via incentivos governamentais, incorpora insumos industrializados e uma tecnologia mais "moderna". A soja entra em substituição à agricultura de subsistência no Oeste, a pecuária substitui em grande parte o café no Norte e onde este permanece, o preço da terra, enquanto renda capitalizada, torna irracional, segundo a ótica empresarial, a manutenção das relações de parceria, colonato e outras afins. Enfim, a pequena produção perde espaço se res-

tringindo a áreas menos valorizadas e/ou a setores onde se encontra diretamente subordinada ao capital industrial, como é o caso do fumo e da suinocultura, por exemplo. Nesse contexto, onde as relações assalariadas ganham presença, a reprodução da pequena produção torna-se difícil. A reorganização de pequenas unidades produtivas que se achavam circunscritas à uma determinada área numa dada conjuntura torna-se muito incerta.

Frente a esse contexto, o processo de expropriação levado à efeito por Itaipu propicia indenizações irrisórias, de tal forma que, mesmo aqueles que eram posseiros não teriam condições de adquirir terras para estruturar sua produção (deve-se ter presente que a posse num Estado com as características que assume o Paraná é muito difícil).

".... a Taipu chega. É a Taipupu, a que fez a barragem, que chama-se Taipu Bi-nacional. Aí então fez o levantamento, desapropriô nós tudo. A minha terra, o memo como hoje, foi valuada em Cr\$ 52.000 o arquere. Mais desde que fez a valiação i eu assineei a valiação, mais dizendo assim: que eu assinasse a valiação, em noventa dia, saia o dinheiro, né? A terra toda mecanizadinha, não tinha um toco. I a gente ficava com o direito de trabalhá mais tres anos naquela terra. Intão eu peguei, assineei a proposta, que aquele dinheiro saia em noventa dias. Que lá era ainda área de posse. Mais desde que naquelas artura o Incra deu o título, né? Mais a gente não tinha pago o título ainda, que o título tinha um certo prazo pra pagá. Mas desde que foi desapropriado, o Taipu deu crédito no banco pra gente tirá o dinheiro e quitá o título pra recebe aquele dinheiro. Eu peguei, lembro como hoje. O dinheiro era: com Cr\$ 52.000 da terra i as benfeitoria tudo, deu 365.000 conto, naquela época. Mais decha que não pagô naquela época os noventa dia que eles falaro que pagô. Isso ficô enrolado e foi enrolando. Esse levantamento foi feito em abril e eles viero pagá nós im setembro, do otro ano. Não teve juro. Intão co aque-

le dinheiroAs terra valia, eles pagaro cin-
 quenta e dois mir, mais a terra particular, aonde
 não tingia o Taipu, valia 35.000, 40.000. Qué di-
 zê : se eu recebesse esse dinheiro no momento que
 eles falavam, dava pra eu comprá otra terra, per-
 tinho aí. I eu ficava colocado, né ? Mais quando
 eu vim recebe o dinheiro, a terra já tava de Cr\$
 150.000, o arquere, muitos lugar tava de Cr\$
 200.000. Qué dize que aquele dinheirinho que eu
 recebi, não dava mais pra compra terra. Intão as-
 sim foi eu i otros, vários deles. Intão eles fi-
 zero lá uma reunião deles lá. O povo revoltado fi-
 zero greve. Fizero uma reunião deles lá, muitos
 deles lá, as pessoas mais que ficô pra re-
 cebe por último, viu que as condição do pagamento
 deles não dava pra comprá otra terra, fizero gre-
 ve. Intão eles fizero uma reunião lá i arrumô es-
 sa terra, aqui no Acre, arrumô em Arapi, memo no
 Paraná; i arrumô im otro lugar, na Bahia. Intão
 convidaro nós pra nós.....

Aí a turma disse assim : - ó nós não podemo sai
 de cima da terra, porque o dinheiro que voceis ar-
 rumô pra nós, não dá mais pra nós cumpra terra.
 O que nós vamo fazê sem terra ? Ai oferecero es-
 sa terra aqui pra nós."

(S., 50 anos, Mineiro)

Esse relato mostra a resistêcia do posseiro pres-
 sionando Itaipu no sentido de viabilizar a sua condição de pe-
 queno produtor autônomo. À contradição presente no fato de, de
 um lado o Estado reconhecer e legalizar a posse para fins de
 desapropriação, e de outro, pagar uma quantia que inviabiliza
 a continuidade do produtor como autônomo, os posseiros respon-
 dem com uma pressão organizada.

Já no caso dos arrendatários as reivindicações são
 canalizadas. A alternativa de vir ao Acre é oferecida pelo In-
 cra se constituindo numa perspectiva de reprodução do pequeno
 produtor em condições de maior segurança e liberdade. A busca
 de acesso à terra que marca seu histórico de vida encontra uma

perspectiva de se concretizar.

Frente a essa perspectiva, a indenização pelo trabalho investido na área em que estavam estabelecidos fica em segundo plano.

Muitos deles vieram sem ter recebido qualquer indenização, com a promessa de virem a receber aqui, promessa essa que via de regra não se concretizou.

P - Em Foz do Iguaçu vocês trabalhavam à meia ?

I - É à meia.

P - Naquela área que Itaipu indenizou ?

I - É que indenizô. Foi indenizado, que nós não recebimo nada. O barracão que nós fizemo, não recebimo nada até hoje. Só foi o trato de nós recebê. Meu irmão foi lá pra recebê. Ninguém recebeu nada.

P - Porque não indenizaram ?

I - A desculpa que eles deu é que nós ia recebê aqui né ? Chegemo aqui, nada feito."

(N., 28 anos, Capixaba).

4.1 - O Acre apresentado pelo Incra, aos colonos do Paraná

"Acre ? Mais meu Deus, onde é que fica isso ?" (*)

O Acre não existia para a maioria dos colonos com quem conversei, até receberem a proposta feita pelo Incra de se assentarem neste Estado. Seu processo migratório anterior é, quando longo, Nordeste, Sudeste e Sul do país, o Norte é uma incógnita.

Assim a idéia do que seria esta nova terra é construída à partir de informações prestadas pelo Incra.

É interessante se observar que no momento de reassentamento destes colonos, o Incra oferecia três alternativas: Arapoti - Pr., Bahia e Acre. A apresentação destas alternativas induziu os colonos a optarem pelo Acre.

"Aí quando foi dali uns dias o home foi e passô lá im casa, o fiscal. Que ia alagá lá as terra. Quem queria vim pro Acre, quem queria i pra Bahia, lá pra Arapoti. Aí nós iscolhemo vim pro Acre.

P - Vocês escolheram vir para o Acre por quê ?

I - Ah ! por causa da terra, né ? Eles falaram que a terra era melhor i mais grande, mais conforto, né ? Aí nós vimo pra cá."

(M.P., 27 anos, Mineira)

"Aí a Dra. Marisa ia lá fazê muita reunião com nós em São Miguel do Iguaçú, principalmente dentro da sede do Sindicato. É uma sede muito grande, um salão de reunião. Aí a Dra. Marisa invocô muito a gente. Diz que Arapoti, era Paraná memo, né ? Mas lá tinha terra. Mas Arapoti era muito pobre, a terra não prestava. O cara poderia vivê lá, mas talvez, é Ia sê difícil. E no Acre era melhor. Era mais fácil de enricá. Porque no Acre ti-

(*) (J.W., Paranaense)

nha seringa, donde puxava a borracha, é o caucho, é a castanha. Intão pra nós era melhó. Intão todo mundo se invoco, né? Vamo na caça da borracha. Viemo tudo pra cá. O Incra fazia aquelas promessa, junto com a Marisa, Dr. Rubis, então..... Vamo ? Vamo."

"Aí surgiu uma inscrição pra tar de Arapoti, no Paraná mesmo. Deu pelo rádio: Ah ! Srs. que são desapropriados pela Itaipu, do CUI II e não sei que mais, onde mais pra lá, que vão fazê a inscrição lá naEm São Miguel. Ah! todo mundo correu. Chegemo lá a dotora que tava fazendo a inscrição: - gente ó, tem uma coisa, tem pra Arapoti e pro Acre.

Acre ? Mais meu Deus, onde é que fica isso ? Não, eu vô fazê pra Arapoti que é Paraná memo. É esse Acre é muito longe ?

Diz ela: - ah ! é longe. Ah ! mais tem uma coisa, quem vai pro Acre, vai ganhá cem hectares e quem vai pra Arapoti vai ganhá treis arquere, dois arquere, no muito, o máximo que vai ganhá, conforme a família.

Mais pera, vô fazê a inscrição pro Arapoti.

Mais no rádio, todo noticiário no rádio: O Acre, povo que qué i pro Acre tem inscrição aberta, gratuitamente e tudo. I começô me virá a cabeça. Mas eu pensava: pra mim pegá doze hectare aqui e ainda não é certeza Já otros falava: Arapoti; tem uma parte que é pura pedra. Aí eu digo: não, sabe, eu vô é pro Acre. Aí voltei lá otra veiz. Digo: - dotora i esse pessoar que vai pro Acre, qual é as condição que Itaipu faiz? ó, Itaipu faiz o seguinte: pra quem tem recurso vai e pra quem não tem a mesma coisa - disse - só que tem otra, você feiz a inscrição aqui, agora mesmo você já é dono de cem hectares. Aí dei uma risada. Ai meu Deus do céu, eu vô pra lá."

(J.W. 35 anos, Paranaense)

Houve, portanto, uma nítida exploração das expectativas dos colonos: A opção por virem a ser reassentados no Paraná era apresentada como insegura, incerta.

Por outro lado o Incra no Acre apresentava a visão de que os colonos no Sul pressionavam para vir para o Estado.

"O coordenador regional do Incra, General Fernando

Moreno Maia, disse ontem que já é hora de se pensar numa migração ordenada para o Acre porque, "por bem ou por mal, queira ou não queira o Estado vai começar a receber gente". Infomou que a coordenadoria do órgão no Paraná está sendo pressionada por famílias indenizadas na região de Itaipu, que já estavam de "malas prontas" para virem para o Acre,.....(*)

A inversão à nível do discurso oficial é digna de nota. O Incra induz a opção dos colonos pelo Acre, apresentando no mesmo momento essa opção como pressão pela "ocupação" das terras do Acre, que se efetivaria à revelia das ações oficiais.

Essa orientação dos colonos de Itaipu para o Acre se enquadra nas políticas de ocupação da Amazônia, e por outro lado desloca a pressão por terras numa área em que ela se coloca problemática dado a penetração do capital no campo, para uma região onde a reordenação do espaço econômico torna-a vantajosa. Essa reorganização do espaço econômico, por sua vez, demanda a presença de colonos com padrões de produção e consumo "modernos", ainda que como aspiração. Os pequenos produtores rurais do Sul se enquadram nesta exigência. A descrição das condições-suporte para se reestruturarem produtivamente na nova área seguem, portanto, as expectativas desses colonos, embora a realidade não corresponda.

"P - E lá, o que o pessoal falou do Acre ?

I - Eles falô assim ó - que o pessoal que quisesse vim pra cá, pegava quarenta arqueire de terra cada família e tinha financiamento o primeiro ano e tinha iscola pra criança e tinha posto de saúde e tinha quatro arqueire de terra derrubado já co a

(*) Reportagem "Incra defende a migração ordenada para o Estado", no jornal "Gazeta do Acre", 14.03.81, ano III, Nr.783

casa pra podê intrá. I quando a gente chegô pra qui, a gente ficô jogado nesses mato aí, sem tê istrada, sem nada. Sofreu que só Deus sabe."
(M., 40 anos, Mineira)

"Mas primeiro o Incra mentiu lá pra nós. I Deus me livre ! Já fizemo tanta coisa. Nós aqui, agora tá de céu aberto, mais quando nós chegemo, foi que nem cachorro memo. Lá o Incra falô que tinha casa pra nós, daí nós, daí nós chegava e só entrava. Tinha istrada. Casa de tábua. I chegemo aqui não tinha nada. Tinha mato pra nós entrá i caminho só pra nós infrentá." (L., 27 anos, Gaúcha)

Os relatos se repetem nesse sentido. A história é uma só, o Incra ofereceu aos colonos todas as condições de produção e subsistência que um pequeno proprietário rural disporia no Sul. A terra estava em condições de iniciar o cultivo. Embora fossem descapitalizados, o banco daria financiamento em condições correspondentes a sua situação. Haveria assistência de saúde e escolas.

A BR 317 é intransitável no período do chamado "inverno" na região, que vai de outubro a maio aproximadamente. Os ramais onde grande parte dos colonos foi assentada, na verdade são chamados "varadouros", picadas abertas na mata. Esta foi a situação real encontrada pelos colonos.

"Mais mandaram nós pra bera do "asfalto". I eu com toda essa traição, que se eles contavam que era a metade disso aí, a gente não tinha nunca nem sabido pra que lado ficava o Acre, se era pra cá ou pra cá. Tinha morrido de fome ou de peste lá mesmo e nunca tinha vindo pra cá."
(C., 48 anos, Gaúcho)

Esta manipulação dos colonos pelo Incra sem dúvida se efetiva frente às expectativas. Aliás, nos relatos, muitos deles acusam o Incra de tê-los enganado mas ao mesmo tempo re-

alçam que não vieram pra cá obrigados. Esta foi uma escolha livre. Esta liberdade formal que é engendrada na lógica do sistema capitalista. A liberdade do colono ainda que não seja a do assalariado é, sem dúvida, a liberdade para o capital.

Contudo, dentro da lógica do trabalhador, ele nega a submissão ainda que tenha como alternativa constante migração, direcionada e submetida, de fato, ao capital.

Esta contradição é assimilada pelo colono na medida em que, enquanto no processo de trabalho ele se mantém "livre", ele determina, ainda que em condições dadas, seu ritmo e organização do trabalho. A expropriação se dá ao nível do mercado, no processo de comercialização ou via financiamento. Esta liberdade no trabalho é a aspiração principal desta categoria, e se estende como perspectiva básica de condição de vida para seus filhos. Daí a dimensão da área de terra ter tanta importância para esses trabalhadores que avaliam suas condições de vida pelo padrão de subsistência.

Não há, portanto, contradição neste aspecto, uma dimensão maior de terra não significa, como na lógica do empresário, maior exploração, nem significa reserva de valor; ela é a garantia de seus filhos poderem continuar como pequenos produtores rurais independentes.

"Eu não tenho precisão de trabalhá em colônia porque eu sô aposentado, né? Eu peguei essa colônia mais por causa dos menino. Por causa deles. Que eu não tivesse os menino, não tinha precisão de tá aqui, né? - e acrescenta - "o que é triste é fica assim parado no que é alheio. Não é verdade? E eu nunca parei. Quando tinha o pai deles nós

nunca paramo no que é alheio, nós parava no que é nosso mesmo. A pessoa que para no que é alheio, às veiz tá doente, não qué trabaiaá, já diz: não ele tá com preguiça, né? E a gente tando no que é da gente mesmo sabe a hora que a gente qué descansá - descansa. A hora que qué i pegá no serviço pra i trabalhá. Né?" (C., 66 anos, Paranaense)

"P - Como o Sr. resolveu vir para o Acre ?

I - Vê se miora a cultura. Vê se mais tarde, pras criança tê. Aqui eu sabia que ganhava. Prá eles, logo isso. Pra nós velho não adianta."
(E., 45 anos, Catarinense).

Assim, se intercalam, no discurso dos colonos, as frustrações quanto às promessas que o Incra fez das condições gerais da infra-estrutura e o anseio maior satisfeito - o acesso à terra.

4.2 - A Realidade Encontrada

"Lá o home é gente, né ? Aqui o home é home burro, porque carrega tudo nas costa, né ?" (*)

A história da reprodução dos colonos do Paraná no Acre é na verdade uma história dos sobreviventes. Em um dos ramais, onde trabalhei, de um total de quatorze famílias, cinco tiveram pessoas que morreram supostamente com malária (num total de 7 pessoas), porque algumas não chegaram a ter qualquer assistência médica.

Nessa experiência de migração induzida onde a sobrevivência das famílias é posta cada dia em jogo, o colono forja sua compreensão do Incra e mesmo do Estado. Seus relatos são sempre entrecortados de avaliações sobre a atuação do Incra, sobre a expectativa e a realidade.

Saindo do Paraná, esse grupo de colonos viajou 9 (nove) dias até chegar ao Acre. Chegando aqui, estiveram durante um mês acampados na sede do Incra no PAD Pedro Peixoto, enquanto aguardavam a chegada de seus pertences. Durante este período, segundo os relatos, foram devidamente assistidos pelo Incra, recebendo alimentação e atendimento médico. Em seguida foram para suas "colônias", para ceder espaço para novos colonos que estavam chegando do Paraná.

A forma como se deu este "assentamento nas colônias" marcou para os colonos a atitude do órgão oficial frente aos trabalhadores. Esta história é ao mesmo tempo elucidativa

(*) (P., 22 anos, Paulista)

das condições que os produtores encontram para sua reprodução.

"E quando veio nossa mudança, quando nós chegô aqui, eles sortaram nas colônia. Cada colônia ia sortando a pessoa. De noite. Agora a gente não sabia pra onde ia. Então eles sortava a mudança na beira. Tudo mato, dos dois lado. Aí nós fizemo fogo nocanto da estrada.

P - Mas eles deram barraca para vocês ?

I - Nada, num dero nada, só viro sortando a gente.

P - Com criança, com tudo ?

I - É. Lá descarregava a mudança. Aqui é como eles viero." (C., 66 anos, Paranaense).

"Aí pegaro nós e jogaro como porco aqui na estrada. Despejando. I nós sofremo. A estrada que tinha aqui era um mar só, sabe ? I tranquera, ispinho que tinha, unha de gato, ispinho do mato. O cara pra andá em cima de um caminhão se rasgava a roupa, picava o bode." (J., 33 anos, Paranaense)

Essa primeira leva de colonos, desta área, chegou, em agosto de 1981, em outubro principiaram as chuvas.

As famílias que foram destinadas aos ramais tinham de abrir caminho na mata. Algumas delas chegaram a ficar oito meses na beira da BR 317 até terem condições de entrar em sua "colônia". Os pertences de cada família tiveram de ser carregados pelas pessoas, já que não entrava carro nos "ramais" e os colonos não dispunham de animais.

Muitos colonos haviam comprado mantimentos, com o dinheiro da indenização, para se manterem até a primeira colheita. Sem condições de moradia, frente às fortes chuvas, perderam quase tudo.

"Outra coisa que inganô nós muito bonito é o seguinte: - o tempo de inverno. Que nós lá no Sul, nós temo o inverno, mais é de gelo, né ? Lá eles disse: voceis vão tê dois meis a mais. Que aqui é seis e lá é oito. É aqui até nove meis é o inver-

no. Bem, nós chegamo aqui, o inverno virô tudo em água, né? Mais agora já tamo tudo acostumado.

P - E na época de inverno como vocês passaram? Vocês já tinham casa?

I - Não. Nós tinha feito uns paiolzinho aí ó. Nossa mercadoria que troxemo com abundância, dava pra passá um ano i poco, molhó todinha, quase. "

(J. W., 35 anos, Paranaense)

Os colonos se encontraram portanto frente a um meio ambiente que não dominavam, sem a mínima infra-estrutura, sequer para se alojarem, sem dinheiro e sem reservas de alimentos.

A expressão presente em muitos relatos desses trabalhadores, "o Incra nos jogou", parece fazer referência não apenas ao momento em que foram deixados em suas áreas, mas que à partir daquele momento cada um respondia por si, o Incra abria mão de qualquer assistência sistemática.

Dentro destas condições os colonos buscam se organizar para garantir a sobrevivência. As condições básicas são problemáticas, a moradia, a alimentação, a assistência à saúde.

As condições de produção no primeiro ano são impraticáveis. Em setembro os colonos são colocados nas áreas de suas colônias para os que permanecem na BR, para abrir caminho para suas áreas, os que iriam para os ramais. Em outubro iniciam as chuvas. Nessas condições o desmatamento e limpeza da área para o plantio são impraticáveis.

"Fizemo um roçado aí que não cabia uma vaca deitada. Se a vaca deitasse, o rabo ficava pro lado de fora do roçado. Aí toquemo fogo, toquemo fogo por tocá memo, só saia fumaça e aqueles pau merejando água." (J., 30 anos, Baiano)

No primeiro ano de assentamento, o que conseguiram produzir garantia, quando muito, a subsistência em nível precário.

Isolados do centro de serviços, com o nível de subsistência comprometido, produzindo numa região com características ecológicas radicalmente diferentes de sua região, sem orientação técnica, os colonos do Paraná iniciam sua história no Acre.

No segundo ano de assentamento a malária aparece como o "grande mau" para os colonos.

Quando chegam em suas áreas eles procuram se estabelecer próximo às fontes de água, local onde é maior a incidência de mosquitos que transmitem a malária. Além disto, há ainda o fato de ser apenas no segundo ano que aqueles que se localizam nos ramais se estabelecem em suas áreas. Nos ramais a incidência de malária é sensivelmente maior que nas margens da BR.

Agrega-se a estas questões o fato de que o atendimento de saúde restringe-se, principalmente nos dois primeiros anos de assentamento, às visitas mensais da SUCAM. A sistemática adotada nessas visitas é a coleta de material para exame e distribuição de remédios para que as pessoas tomem quando sentirem os sintomas de malária.

Assim, estes remédios são tomados indiscriminadamente, gerando outros problemas de saúde.

À partir daí cria-se um círculo vicioso: as condi-

ções de saúde comprometem a produção, o que por sua vez não permite uma melhora nas condições de vida.

"Aqui todo mundo foi atadado de malária. Tá com quatro ano. Agora que sussegô um pouquinho. Mas aqui teve tempo, teve dia de cai foi a família inteira, não foi? Família inteira. E é direto. Porque se fosse uma veiz só, mas o pobrema é que é direto, né? Eu nem conta de malária já não tenho mais. Até o home da SUCAM sempre passa aí e eu falei com ele. Agora traz medicamento pra vê se corta essa malária mais tempo, né? Que o comprimido já não tá valendo de nada, né? É malária, malária, todo ano, todo ano, né? Todo ano, é verão - inverno, inverno - verão, né? Sempre prejudicado. A gente vai trabaiá, sempre tem muita faia no serviço por causa da malária, né?"
(S., 30 anos, Gaúcho).

Estas condições totalmente adversas colocam, neste primeiro momento, a garantia de sobrevivência como a meta única deste grupo. Ao mesmo tempo reforça-os enquanto grupo, dado que o único apoio encontrado está na solidariedade dos que compartilham a mesma sorte. O desrespeito das instituições oficiais, patente nas condições em que colocam estas pessoas, desmascara por outro lado suas pretensas intenções de estruturarem uma colonização produtiva, em moldes "modernos". Óbviamente se nem sequer as condições de sobrevivência estão presentes, pensadas quanto ao processo produtivo como as de garantia de seu componente fundamental, a força de trabalho, nem uma outra das condições de viabilidade desta pequena produção é igualmente encontrada.

O filho de um dos colonos, um menino de quinze anos, relata sua história, dando ênfase à parte de saúde. Esta é uma das histórias em que os parâmetros de satisfação se es-

treitam, e a "graça de Deus" é a sobrevivência da família.

"Aí quando nós chegemo aqui, debaxo das manguera, deu sarampo im todo nós." - conta detalhes da doença e prossegue o relato já no momento em que estão no ramal - "Essa, era Josenilde o nome dela, eles saíram daqui, nove hora da manhã, chegaram lá no Passarinho duas hora. O ônibus saía de lá. Era pro ônibus chega duas hora. Aí ele tardô pra chegá, quando o ônibus chegô a minina já tinha morrido. Ela morreu duas i meia." - Relata detalhes do retorno para casa, e continua - "Aí viemo imbora. Foi feito interro dela e tudo. Aí, dali duas semana caiu a mãe, com pneumonia, na cama, doente. Aí era a mãe, essa minina que tá cum ela i a otra novinha, com dois ano. Aí a mãe ficô oito dia. Cum oito dia, ela saiu daqui andando, foi até a rodage, a istrada grande. Aí isperô cinco dia até que passô um marretero, da fazenda Palotina, o seu Lúcio, pegô ela. Foi o último carro que saiu daqui naquele inverno. Aí, ela fico lá quarenta e cinco dia. Aí com quarenta e cinco dia, a minina morreu i ela já tava milhó, aí vieram imbora. Mais.... Vortaro de lá quando foi já a época da colheta, que era pra fazê terra pra prantá feijão. Já deu malária no pai. Aí ele nem pode fazê terra pra prantá feijão. Eu i a mãe fomo fazendo um poquinho aí, que não deu mais tempo de queimá. Intro o inverno. Aí fumo fazendo esse poquimjo. Eu fraco ainda, da idade desse guri (12), cortava co motor i ajudava a mãe pegá aqueles pau i jogá im cima das caiera pra queimá. Pra podê jeitá a terra pro feijão. Aí, nós fizemo a terra pro feijão. Rocemo quase suzinho pro otro ano, pra prantá arroiz i milho. I o pai cum malária. Aí que ele ajudô. Que ele melhorô um poco. Aí derrubô um pedaço de mata pro otro lado. Nais foi eu i a mãe que rocemo, só nós dois. Aí esse piá agora também tá ajudando nós, mais ele era piqueno. Aí o pai só feiz aquela derrubada i caiu de novo cum malária. Só sei que ele levô oito meis só cum malária saia duma, caia notra."

(J., 15 anos, Paranaense)

O próprio momento de assentamento, desconsiderando o calendário agrícola (*) é demonstrativo da desconsideração das condições básicas para iniciar a produção.

(*) Calendário agrícola do Estado, em anexo.

O financiamento bancário é feito sem nenhuma condição especial. O mercado desconhece especificidades e o Inbra limita-se a encaminhar os colonos ao banco.

Sem condições de produzirem, com dificuldade de acesso à área urbana, os colonos enfrentam uma burocracia bancária que se coloca como o primeiro entrave para que o financiamento se efetive como apoio à produção.

"Nóis mesmo, nóis saimo daqui, eu fiz duas viaje daqui in Rio Branco à pé. Eu, meu pai, meu irmão i esse otro vizinho, que veio de lá junto cum nóis. Viemo de pé.....I acabamo indo daqui na rua no pé memo. Nóis gastamo dois dia daqui lá, dois dia. Nóis, na hora que dava sede, o negócio tão bôo que nóis pegava assim ó - deitava assim, bebia água no meio da istrada. Hora dessa, assim mais o menos, caia, levantava. Eu sei que fizemo duas veiz isso. Pra que ? Negócio mesmo do banco. Atrais de financiamento, né ? Pega parcela. Chegava lá, eles fazia a maior enrolada. Você vortava do mesmo jeito, vortava sem nada. Inrolava, inrolava. Ah, rapaiz, a parcela tal dia. Vem tal dia. Hoje não, é hoje não. Aí você vortava. Fazê o que ? Vortava imhora pra casa. Chegava aí, ficava co a barriga aí, roncando. Cumê o que ? Não tinha nada pra cumê, né ? O roçado memo.... Prantava Fizemo o roçado, i cum fome (ri). Não dava certo mesmo. Im cumparação, o cara cum fome vai fazê alguma coisa? Futuro ? Ela não faiz futuro nenhum."
(J., 30 anos, Baiano)

"Lá, o Dr. Rubens tratô com nóis inicialmente tinha aqui uma ajuda do governo de treis ano, né ? Treis ano. Embora que era pra pagá. Mais ele não falô lá que o banco, se a gente não pudesse pagá no prazo, que o banco ia com correção monetária. Que nóis ia é crasse fraca. Nóis não podemo pagá, né. Até hoje. Até eu dei no banco novecentos. Novecentos tem que pagá agora, o ano que vem, né ? Mas é o seguinte: correção monetária não tem condição de pagá. É, não tem jeito de pagá, que nóis temo familia pra trata, tamô começando agora, né ? A gente não é nenhum tubarão móde ficá pagando correção monetária correndo dia e noite sem pará. Que eu devo no Banco do Brasil trezentos e trinta

e quatro mir, já tá cum mir e seicentos. Não dá pra pagá." (J., 30 anos, Gaúcho)

O financiamento bancário feito no primeiro ano para custeio, dentro dos padrões normais, ou seja, sem nenhuma condição especial, na maioria das vezes não chegou a ser aplicado na lavoura. Os colonos chegavam a ficar mais de uma semana na cidade pagando pousada e alimentação. Quando recebiam o dinheiro, a maior parte ficava para cobrir as despesas que tinham feito no período de espera. Quando conseguiram aplicar alguma coisa na lavoura, esta a maioria das vezes "fracassou" seja por problema de doença que impediu o colono de fazer a colheita, seja por problema de forma de cultivo não adaptada.

Nos dois anos seguintes os financiamentos foram refeitos, incidindo juros e correção monetária sobre os não saldados. Isto criou uma situação de insolvência que desespera os colonos, na medida em que a consideram uma ameaça à suas terras.

"E o Incra im vez de dá nós assistência, o Incra o que fez foi tocá nós lá no banco i fiquemo individado. I depois da nossa dívida lá, nossa dívida tava piquena. Aí Deus deu uma saúde pra nós, poquinhos dia assim. Mais nós tendo saúde, nós trabalhamo. Intão fiz isforços, trabalhei bastante. Tava com bastente terra pronta. Aí o Incra veio por intermédio do banco, fincô nós lá di novo. Diz que, que ia prorrogá a conta, prolonga por treiz ano. Ficava melho pra pagá. Agora nós tamo individado, interrado lá no banco, que não podemos pagá." - Num outro ponto da conversa retoma a questão do financiamento - "Esse assunto de prorrogação lá no banco, eles viero, eu peguei uma declaração no Incra, assinado também pelo técnico da EMATER dizendo assim: o parceleiro afirma que não qué fazê mais financiamento, mais apenas qué faze a composição de suas operação im atraso. Era só

prorroga aquela conta que eu tava devendo i não queria mais tirá dinheiro do banco. Cheguei lá, eles dissero: ah, nós não prolonga sua conta se você não tirá mais dinheiro nós não prolonga. Falei - não rapaiz, mas dá pra prolongá.

- Não, nós não prolonga sua conta você tem que tirá mais dinheiro pra você podê tocá sua lavora. Falei - Não, eu toco sem Só com minha força mesmo dá pra tocá.

- Não aí você vai vê. Se você não prolongá sua conta, o fiscal do banco tá todo meis lá na sua casa.

Aí me feiz medo. I quem prolongô calu no laço. Que a conta venceu foi muito. Isso é golpe que esses safado tão fazendo." (F., 33 anos, Mineiro)

A lógica de funcionamento do banco é estranha ao produtor. O que ele domina é que havia sido garantido financiamento para pagar depois de três anos, ao menos foi como ele apreendeu, o tempo necessário para que ele se estruturasse e pudesse pagar. Na verdade o que ocorreu foram financiamentos sucessivos, crescendo sua dívida numa proporção muito além de sua possibilidade de pagamento.

"Porque acontece o seguinte: o financiamento do banco aqui, o juro corre por minuto, a correção monetara por segundo."

(D., 55 anos, Rio Grande do Norte)

Os colonos que conseguiram saldar o primeiro financiamento, muito poucos, não o fizeram unicamente com o produto da lavoura, mas através de trabalho como empregado e venda de produtos da própria subsistência - como porcos e galinhas.

Essa situação faz com que eles percebam o financiamento como uma "arapuca" que pode levá-los à perder a terra.

Por outro lado, o esquema de comercialização dominado por atravessadores, ou "marreteiros" como se chama na re-

gião, extrai parcela considerável do pouco excedente que conseguem produzir.

"P - Para vender o produto, como é ?

I - O produto, o seguinte - melhorô do ano passado pra cá, um pouco. Mais o ano trasado, o trasado cansemo de trocá um saco, saco de milho pelo litro de óleo, um saco de aarroz pelo quilo de feijão."

"Eu perdi um paiózinho atulhado. Ainda tem as espiga de milho podre. Apodreceu tudinho. Arroiz, o pouco que colhi, também cabô. Dei dado pra não perdê. Porque não tem preço. Uma coisa que eu acho de muito importante, é que eu acho - é que quando uma pessoa vai comprá a semente pra prantá, tem o preço. Intende ? Quando nós chegamo aqui, eu mesmo comprei arroiz de Cr\$ 200 o quilo, pra prantá. I quando eu fui vendê, se eu quiz vendê, eu tive que vendê a Cr\$ 40 o quilo. É. Bem, aquele ano passô. Bem, aí dispois, aí subiu. Aí eu fui comprá milho. Comprei o milho aqui do Dr. Ramiro, essa fazenda próxima, Cr\$ 800 o quilo. Nasceu muito bem. Aí se eu quiz vendê, a Cr\$ 100 o quilo. Acha que tem lógica uma coisa dessa? Eu tinha que vendê oito quilo de milho pra pagá um. Intão o que farta aqui é um ngócio... Aqui só vale depois que chega na balança do marreteiro, mas inquanto tá nas mão do colono, nada vale. Cansei de atacá carro aí. Essa área aqui, cheia de arroiz. Ah, arroiz nós não qué. Nós qué castanha, seringa. Tem ?"

(J., 35 anos, Paranaense)

Na comercialização feita por marreteiros o colono é explorado na compra das mercadorias e venda de seu produto. Por outro lado, a procura desses produtos de subsistência, arroz, feijão, milho, é pequena.

Agrega-se a esta questão a falta de condição para estocar o produto e a impossibilidade de adquirir defensivos para preservá-los.

Atualmente há no quilômetro 62 da Br 317 um posto da COLONACRE (Companhia de Colonização do Acre) para revenda de

produtos de consumo geral e insumos. Segundo os colonos, os preços da Colonacre são muitas vezes superiores aos dos postos de compra e revenda de intermediários, pequenas vendas espalhadas ao longo da estrada. De qualquer forma, o empecilho maior para que possam se abastecer na Colonacre é o fato de lá só se efetuar vendas à vista. O colono, não dispondo de recursos, é obrigado à recorrer aos "marreteiros".

Os órgãos que prestam orientação técnica aos produtores oferecem alternativas acessíveis àqueles que disponham de um capital mínimo, são baseados no uso de insumos industrializados. Não há pesquisas que se voltem à buscar alternativas tecnológicas compatíveis com a realidade desses produtores.

Uma das reclamações sempre presente nos relatos desses trabalhadores, por exemplo, é a falta de trilhadeira. O arroz e o feijão têm de ser "batidos" manualmente. O milho também é debulhado da mesma forma. Embora em sua experiência anterior, no Sul, não possuíssem esse maquinário, o comprador trazia a trilhadeira e beneficiava na colônia.

Mesmo que esse esquema significasse um adicional no excedente apossado pelo comerciante, ele viabiliza a produção para o mercado.

Nas condições atuais, a alternativa que o colono encontra para complementar a mão-de-obra necessária é a troca de dia entre vizinhos. Ela é comum principalmente na limpeza do terreno e colheita. Contudo, é limitada frente a um trabalho todo ele manual, principalmente considerando-se que a popula-

ção do local não tem, via de regra, condições físicas de levar a efeito a produção familiar, é uma população "fraca".

Assim a maioria tem restringido sua produção ao tanto necessário ao consumo.

Dentro desta situação a fonte de recursos econômicos mais viáveis para o pequeno produtor é a extração do látex e a coleta da castanha.

A atividade extrativa tem uma conotação negativa para esses colonos vindos do Paraná, particularmente a extração do látex. Ainda assim, eles se vêem obrigados a recorrer a elas.

"Quando eu cheguei, eu mesmo fazia crítica - puxa, eu nunca vô cortá sringa. Que serviço mais imundo ! Cansei de falá.

"Hoje se eu podé está todo dia cortando, é uma boa. Porque é um dinheiro vivo. É a única coisa aqui, é a seringa e castanha que é dinheiro vivo."

Estas atividades extrativas encontram um limite, que é a área de cada colônia. Sendo as maiores áreas de aproximadamente oitenta hectares, muitas vezes não tem o número de árvores de seringa que compense o corte.

Por outro lado, na medida em que o colono se dedica a cortar seringa necessariamente reduz a dedicação à lavoura, o que compromete sua produção.

Outra alternativa encontrada para a sobrevivência é o assalariamento, principalmente para os fazendeiros das rondozas. Quando à carência econômica agrega-se o problema de saúde os colonos trabalham algum período na área urbana.

"I outra, entrô diversos, argum de diministração de fazendero, prá entrá dentro do ramar. Aqui acontece essa parte. Prá tirá gente daqui pra trabaia lá. Pra trabaia ambulante. Ficava lá meis intero, depois vinha, fazia a rocinha que podia fazê co aquele recurso. Aí vinha. Quando precisava outra vez, tornava a saí. Isso aconteceu aqui dentro. A Sra. já gravô esta parte. Eu sei que teve gente aqui pra dentro que já falô pra sinhora. Intão eu tô recordando. Avisando a Sinhora."
(J., 50 anos, Mineiro)

Assim, a pequena produção se encontra sujeita às mesmas determinações que encontra no Sul do país. Funciona, de um lado, como reservatório de mão-de-obra para os grandes fazendeiros, que muitas vezes fizeram o mesmo trajeto migratório que os colonos. É expoliado pelo capital financeiro e comercial, com o agravante de que aqui a precariedade de infraestrutura viária restringe a procura dos produtos a que ele tradicionalmente se dedica - os alimentares - condicionando uma sujeição maior aos raros demandantes.

NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA À EXPROPRIAÇÃO

Quando tenta-se apreender a unidade e contradições internas do grupo de colonos encontra-se uma série de mediações que não são inerentes à reprodução como um todo.

A religiosidade é um elemento marcante no universo cultural destes trabalhadores. A filiação a uma orientação religiosa parece intervir na compreensão do processo que vivem e no limite de respostas possíveis às contradições presentes.

Por outro lado, a nova orientação política do governo estadual, de "participação", tem marcado presença manipuladora em quase todos os espaços onde se delineia um processo de organização. Contrapondo-se a essa atuação surgem diferentes grupos políticos, que também se fazem presentes, procurando desenvolver uma postura crítica à manipulação governamental e orientar os movimentos segundo possíveis históricos nem sempre explicitados.

Essas interferências de grupos políticos, governamentais ou não, sobre os colonos, é de fácil percepção. É um nível de intermediação que não se incorpora à cultura do trabalhador. Ela é trabalhada e explicitada justamente como algo externo.

Já a religiosidade é intrínseca à sua cultura e as nuances presentes em cada orientação são de mais difícil apreensão.

Contudo as divergências, atribuídas pelos próprios

trabalhadores, à filiação religiosa, se manifestam nos momentos de enfrentamento trabalhador - Estado. São diferenças muito mais estratégicas e de diferentes avaliações de força do que da compreensão do processo global. A parte atribuída à questão religiosa se prende à visão do que é ou não "legal". Do que é ou não condizente com o comportamento de um "homem de fé".

Enquanto atua legitimando determinados comportamentos, se valendo para tanto da religiosidade dos trabalhadores, a igreja atua como agente político que faz uma leitura do real. Na medida em que esta leitura deixa de encontrar suporte na prática dos colonos, ela é passível de ser alterada pelos colonos a ela vinculados, seja pela quebra desse vínculo, substituindo-o por outro, seja pela retradução das normas ditadas pelas "autoridades" religiosas.

Dentro dessa ótica, não me parece comprometer compreensão da cultura do grupo na sua dimensão unificadora, ou seja a simbolização de uma prática sócio-econômica única, o abandono dessas mediações anteriormente citadas.

A unidade de compreensão do processo pelo grupo se constrói em seu processo de reprodução, de trabalho.

Dado que a expropriação a que se acham submetidos não é interna à organização do trabalho, mas se dá no mercado, intermediada pelo Estado, é nestas relações que se busca a construção de sua identidade cultural, enquanto categoria social em contraposição à expoliação.

5.1 - Processo Migratório e os Colonos frente ao Estado

"O pessoal do Incra é um pessoal irresponsave, bota tudo aquilo que nem foi, lá na parede, no escritório de Taipu. Aquilo só teçna pra influi o povo, pro povo vim. Uma armadilha que fizeram pro povo". (*)

A presença do Incra como agente promotor do processo migratório dos colonos do Paraná, bem como sua situação de dependência em relação ao órgão, sujeitos à restrições e normas que este dita, delinea para os agricultores a compreensão de que o processo da reprodução e expropriação a que se acham submetidos passa prioritariamente pelo Estado.

No momento anterior à migração para o Acre, enquanto trabalhadores sem terra, as contradições e os enfrentamentos se davam com o patrão. As relações de trabalho, os acordos verbais, colocando-os na dependência da "palavra" ser cumprida ou não, induzia a avaliações pessoais, localizadas, do "bom" ou "mau" patrão.

Deste processo anterior, destas relações personalizadas, onde as pessoas não são entidades abstratas se confrontando num mercado homogeneizador, o colono guarda o valor da responsabilidade pessoal ante a "palavra" e os atos.

Contudo, o comportamento unificado, onde as pessoas não respondem por suas ações enquanto técnicos, mas se escudam nos órgãos em que trabalham; onde as normas, as regras e os limites não têm origem pessoal mas institucional; onde um grupo vive as mesmas contradições; ampliam a primeira perspectiva.

(*) (J., 30 anos, Baiano)

"Força" e "fraqueza" não são mais pessoais, são contraposições que se dão no mercado, intermediadas pelo Estado.

As histórias de vida anterior ganham novo sentido à partir desta experiência homogeneizadora. Em primeiro lugar, elas são coletivizadas. Os colonos trocam experiências. É comum, nas conversas, um fazer referência a momentos de expropriação vividos por outros, imprimindo-lhes um sentido mais global, que escapa da percepção de um enfrentamento "patrão-empregado".

Esta alteração na compreensão do processo, que pode ser recuperada através das histórias da vida que trazem os comportamentos com que respondiam às contradições enfrentadas, é geral. Está presente em maior ou menor grau em todos os colonos.

O Estado ganha concreticidade nesse processo, ele deixa de ser um agente distante e passa a estar presente via órgãos oficiais. Não é possível se pensar a neutralidade do Estado, este sendo o principal agente de um processo migratório como o desses colonos.

O mecanismo de que o Incra se valeu para tirar os colonos do Paraná e assentá-los no Acre foi o tradicional em sua história de vida, o engodo, a manipulação de suas expectativas.

A discrepância entre as perspectivas apresentadas e a realidade faz com que os trabalhadores compreendam que na verdade essa migração a que foram induzidos tem um sentido

que é alheio a seus interesses. Na busca de sentido, aliam as experiências de pequenos produtores, passada e presente.

"Intão morreu duas criança do J. de D. . Intão um dia lá na sede do Incra o J. de D. cramando pro coronel Moreno Maia,hoje ele é assessor do governo, agente da polícia federal, ele é. Intão ele cramando que tinha morrido aquelas duas menina dele i o Incra nunca deu socorro pra eles. Aí intão, o que é que o barrigudo falô, né? Falô - Ah nós não temo nada co Incra do Paraná. O Incra do Paraná de voceis lá, prometeu. Ele que venha fazê pra oceis. Que o Incra aqui do Acre não tem nada a vê cum isso. Foi. Desse jeito.No meio do púbrico, lá dentro da sede do Incra. Daí o J. falô - ah mais acho que tinha que dá socorro. Que nós viemo aqui por causa desse socorro,essas benfeitoria pro nosso lado. E aqui não tô vendo nada disso. - Pois então eles prometeu, venha fazê. O Incra daqui não é curpado de oceis tá sofrendo aqui não. Intendeu? Voceis manda dize que o Incra lá, que venha socorrê. Que o Incra daqui não é curpado disso não. E não tem nada a vê cum isso não. Aí ele virô pra mim e falô - Não é J. ? Não é isso mesmo ?

Eu falei - óia eu acredito que o Incra daqui do Acre é o mesmo Incra do Paraná.É o mesmo Incra de São Paulo, da Bahia, de quarqué istado. O Incra é federal.O Incra é órgão federal. Por que lá principalmente, lote no Paraná, se não tivé número do Incra não vale nada.O Acre é a mesma coisa. Intão o Incra é órgão federal. Intão se o Incra de lá falô é porque aqui eles ia fazê. Ia fazê, mas nada disso aconteceu." (J., Paraibano)

A idéia mais global ganha corpo.Enquanto órgão federal não há como regionalizar, fugir da responsabilidade assumida onde quer que seja.A manipulação do geral em alguns aspectos e particular em outros, é apreendida e descartada.

Dentro dessa ótica,está sempre presente no discurso do colono a atitude do Incra como intencionalmente enganadora. Quando indagados porque isso,que interesse teria o Incra de enganar,o colono exprime que o Incra está do lado dos "for-

tes" explicita que seu assentamento funciona como mecanismo de valorização de terra.

"P - Qual seria o interesse do Incra de trazer o pessoal para cá. iludido ?

I - Agora a senhora me pegô. Porque agora eu não sei ispricá pra senhora. Porque o Incra é um órgão do governo, né ? Então eles teria, eles tem força pra fazê o que eles tratá. As veiz, né ? Agora eles tratam e não cumprem, intão é através deles mesmo, né ? - Continua adiante - Então eu creio que o problema de escola, aí ó Hoje o grande qué inguli o pequeno, né ? Então o problema do Incra é só isso aí." (S., 30 anos, Gaúcho)

"P - Porque o Sr. acha que o Incra fez isso ? Qual o interesse dele nisso ?

I - Eu acho que o interesse deles nisso aí, não sei não. Acho que pra, pra abri o Estado. Acho que deve sê, né ? Pra abri o Estado. "Que se eles não fizerem isso, ninguém vinha aqui." (J., 30 anos, Baiano)

"P - O que vocês acham que foi o interesse do Incra de trazer vocês nessas condições ?

I - O interesse deles é pra gente abri a terra aqui pro fazendero. Mas eles tão inganado. O gorpe deles era esse. Esse assunto de prorrogação lá no banco. " - descreve como foi levado a fazer novo financiamento, e conclui - " I quem prolongô caiu no laço, que a conta cresceu foi muito. Isso é golpe que esses safado tão fazendo." (F., 33 anos, Mineiro)

"P - Qual foi o interesse do Incra em ter enganado tanto o pessoal ?

I - Nós tava pensando no assunto assim, que o Incra queria que abrisse isso aqui. Devido a eles não dá apoio nenhum pros colono. Intão eu tava pensando isso - eles queria que abrisse isso aqui pra nós no fim pegá, disgustá e vendê pro fazendero. Mais pro pobre não tem condições." (S., 35 anos, Baiano)

Ao mesmo tempo que está presente na consciência do colono, o Estado a serviço do grande proprietário de terras, a

característica do Estado como agente mediador, portanto que contém as contradições, está igualmente presente na prática e consciência do grupo.

De um lado a atuação estatal foi de engodo para o colono, colocou-o numa situação ilusória de produtor autônomo, na medida em que não propicia as condições mínimas de sua reprodução enquanto tal. Ao mesmo tempo foi este Estado que desapropriou fazendeiros e reconheceu portanto o direito do "pequeno", do "pobre" à terra, viabilizando este direito.

O reconhecimento da atuação do Incra possibilitando o acesso à terra está sempre presente no discurso dos colonos como uma preocupação de fazer "justiça" ao órgão. Contudo, o próprio conceito de "justiça" e "lei" tem um sentido particular no universo destes trabalhadores. A explicitação ao reconhecimento pela posse da terra, sua expectativa máxima, se coloca pela responsabilidade que cada um tem com sua palavra, com seus atos, em contraposição às atitudes que norteiam a prática dos expoliadores, inclusive do próprio Incra.

"E isso, essas colonização que eles tão fazendo, da minha parte eu agradeço muito Deus prémeramente e depois o governo, o Incra. Que nós pobre, que não tem terra, merecemo muito isso aí. Mais acontece o seguinte: que deveria de fazê essas colonização igual eles tão fazendo, mais dá assistência. Porque a gente pobre, que a gente é pobre, mas os órgão competente deveria, deveria de vê que se eles vive lá na cidade, eles vive através de nós. Nós dependemo muito desles, mas eles depende muito de nós." (S., 50 anos, Mineiro)

O reconhecimento pelo acesso á terra não é tomado como um favor, mas como um ato de justiça. Essa concepção agre-

gada ao reconhecimento de que essa atitude do Incra se volta, em última instância a "abrir o Estado", deslocando-os posteriormente, permite que o colono identifique o interesse do grupo, em contraposição ao do Estado.

Nesse grupo com que estudei, a prática dos órgãos governamentais vai sendo percebida como manipulação. A cobrança de seus direitos ganha força. As lutas particulares têm como perspectiva final a manutenção da posse da terra, elas se dão em todos os níveis, cobrando os serviços básicos para o pequeno produtor e sua família.

"Aí chegô um negócio de contruí uma escola aí, que é aí na comunidade, né? - É o seguinte, junta todo o pessoal - aquela conversa mansa do Noguera - junta todo o pessoal, o seguinte, ó gente, não vamos isperá só pelo Incra não. É o seguinte - o pessoal também tem que isforçá. É o seguinte - voceis pega, voceis memo. Voceis já falaram muitas veiz co eles, não liga. Voceis pega e faiz. Cada um puxa um pau nas costas e finca lá. I faiz lá, uma iscolinha, lá, né? Vai lá na rua, ajeita um quadro quarqué, de pau, lá i bota lá. Aí eles vê isso, que voceis tão isforçando. Aí eles pega i vem e faiz a escola.

Falei - eu? Noguera é o seguinte - já tô fazendo muita cosa, muita cosa de ainda dá aula pras crianças aí. Não tô perguntando nem o preço, quanto vô ganhá por meis, que ganha, que não ganha..... Agora eu arrancá pau, pra mim.... I fincá lá, pro Incra ficá bem tranquilo? Pro cara ficá tranquilo rapaiz? Isso e lá dever deles rapaiz. Eles não faiz mais que a obrigação de fazê isso aí pra nós, viu meu amigo? Aí eu contei a história. Porque aqui tem uma porção de iscola que foi feita assim. Foi feita desse jeito assim. O pessoal pegô e feiz assim, tudo rodiado de pau, assim. Aí pegô e botô um quadro lá. I tão lecionando, dando aula pras crianças, né? Mais com essa brincadera tem iscola de treis ano, de treis ano que i Incra passa por lá e nem óia pra iscola. Não tem nem banco pra sentá. Eu não vô atraiz não rapaiz. Eles tem de fazê. Nós tem que dá em cima deles pra eles fazê uma iscola aqui. E do jeito que nós qué.

Do jeito que os filho nosso merece."
 (J., 30 anos, Baiano)

A política de "participação" tem, em nome de acabar com o chamado "paternalismo" repassado para população, a cobertura de atividades que cabem ao governo. Contudo, à partir de uma prática onde a manipulação levou os colonos a enfrentar condições sub-humanas de sobrevivência, estes as identificam e negam, respondendo com a organização e a pressão.

"P - Como vocês veem a chance do "pequeno" aqui ?

I - Ah não tem chance nenhuma pro piqueno. Pro piqueno só tem dureza e promessa dos grande. Agora quando é tempo de política não. Tempo de política tem gente que vem prometendo ponhá a gente até na porta do céu. Porque lá dentro eles não tem poder de ponhá não. Mais promete ponhá a gente até a porta do céu. Mais só promessa. Depois cabô. Só conhece o pessoal no tempo de política - ah vota em mim que eu vô candidatá. Eu sô candidato, eu vô melhorá a coisa pra você. Fala melhorá. Falá eu também posso falá, mas garanti eu não garanto."
 - Adiante, continuando o diálogo -

P - E como vocês acham que dá para conseguir essa melhora ?

I - Ah, acho que pra consegui essa melhora, se uni, se reuni todos e exigi nossos direito. Aí consegue essa melhora. Com muita luta a gente consegue essa melhora. I eu tenho isperança que melhora."
 (F., 33 anos, Mineiro)

A " palavra " das autoridades, dos políticos é um engodo. O colono busca a força na organização.

Eles têm claro que o Estado só apoia os "pequenos" nos momentos em que estes têm força, têm poder de pressão.

5.2 - Resistência à Expropriação - o colono se organiza

Frente às condições precárias que ameaçam a sobrevivência da família, comuns ao grupo, reestruturam-se relações de colaboração pouco presentes em seu histórico anterior de trabalhador sem terra. A troca de dias torna-se a forma básica de se conseguir realizar a produção nos momentos em que esta demanda mais trabalho. Os laços de solidariedade entre vizinhos se estreitam para garantir a sobrevivência de cada família, o drama vivido por um hoje é provavelmente o que outro viverá amanhã.

"Ajuda do Inkra, que o Inkra deu pra mim foi quatro cruz de malária, que eu peguei no segundo ano. Meu arroiz pra colhê. Não pude colhê o arroiz. Quem colheu foi meus amigo aí."
(J., 80 anos, Paraibano)

Essa solidariedade nasce de e como um grupo em oposição ao Estado. É dessa condição real de vida que brotam os movimentos de resistência à expropriação.

"Começa alguma organização assim, por isforço de algum pequeno mesmo." (F., 33 anos, Mineiro)

"A única ajuda que nós tivemo do sindicato, foi o ano passado, que essa istrada tava muito péssima, né? Aí ... nem foi o sindicato que feiz isso. Foi o pai i um home daqui que falaro co Pedro (*) pra dá um jeito de trancá a istrada. Se eles não quizesse abri, trancá duma veiz. Aí tavam pronto aí pra saí, tudo o pessoal aqui da istrada i trancá lá perto de Rio Branco. Aí veio o Pedro. Aí eles foro lá co Pedro i o Pedro deu apoio pra eles. Aí foi só no que nós o apoio do sindicato foi aí. Aí fizemo a reunião da istrada. Ele já troxe o pesoar do DERACRE. Pediro um prazo pra andá aí trabalhando na istrada. Aí o pesoar dero o prazo pra

(*) Presidente do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco

eles de oito dia. Cum oito dia intraram memo."
 (J., 15 anos, Paranaense)

Essa organização que brota das condições de vida do grupo é canalizada via sindicato. Estrutura-se na experiência uma nova concepção de sindicato. Ainda que muitas críticas se assentem sobre a ausência de uma assistência maior, trazendo a experiência anterior de um sindicato essencialmente prestador de serviços, as condições de reprodução do grupo cobram uma organização capaz de propiciar-lhes "força". A "força" se faz na união e esta prática está sendo o exercício constante dos colonos par a obtenção de seus direitos mínimos.

A história das lutas e das conquistas substitui, em relação à reprodução da categoria, a visão fatalista pela conquista via organização e pressão.

"Aí apareceu a infração do banco, nesse período mesmo. Porque o banco, porque tem qui pagá o banco, porque pam, pam, pam daqui, porque pam, pam, pam de lá. Aí tornemo a fazê otra reunião, otra veiz. Uma reunião de colono pro colono, de amigo pra amigo e amigo foi fazendo aquela corrente até que fomo pará na porta do banco do Brasil. É, não sei quantas pessoa, que era demais. I impedimo a frente. Pedimo anistia total. I aí ficô. I fomo indo até que chegô o povo do Nabor Junior. Se com- preceu. Chegô, assinô um documento, que iria esse documento prá Brasília a fim de ser discutido a conta do Banco. Mais sim, que se não resorvesse e- le memo se encarregava de mandar todos os trans- porte pra nós i trancá o banco otra veiz. Se não desse a anistia total, ou mesmo a anistia do ju- ro. Aí se levantamo todos e cada um veio pra suas casa. Mais, graça à Deus, até que foi atendido. Porque aquela conta tão alta que tava, bachô."
 (J.W., 35 anos, Paranaense)

As lutas ganham continuidade. É interessante se no- tar que as reivindicações que eles levam trazem impressas uma

concepção de "lei" e "justiça" particular. Para os colonos não é "de lei" pagar a "correção monetária" ao banco, na medida em que esse pagamento exacerba suas condições. As noções de justo e dos direitos dos colonos se apoiam nas promessas feitas que têm obviamente como subsídios as condições de reprodução desse grupo no Sul. Se apoiam na luta pelo espaço de manutenção da pequena propriedade, na busca do reconhecimento de seu valor e de suas especificidades.

Essas contradições inerantes à inserção da pequena produção familiar no mercado que tem uma lógica unificadora, se aguçam numa situação como a vivenciada pelo grupo em questão. A reorganização do espaço econômico que exige um colonato inserido no mercado, longe de um esquema de organização que os torne auto-suficientes, numa região desprovida das mínimas condições de infra-estrutura, leva as unidades produtivas familiares a impasses. Impasses estes, que como já foi colocado, ameaçam a sobrevivência da família.

Contudo, a luta pela implantação da infra-estrutura viária, ligando essas regiões ao principal centro de serviços do Estado, é obviamente parte da função que cumpre a pequena produção, a de "abertura do Estado", ou em outras palavras de valorização da terra. A consolidação dessa infra-estrutura aponta para novos enfrentamentos. Estes enfrentamentos estão presentes no horizonte desses colonos.

5.3 - A Perspectiva da Pequena Produção no Acre, ----- segundo os colonos -----

A história de vida dos colonos que vieram do Paraná delinea sua compreensão das perspectivas no Acre. Quando se referem aos interesses que nortearam o Incra a promover a migração e quando pensam no futuro da pequena produção no Acre esta experiência está presente e é evocada. Agora eles tem "experiência", conforme disse um colono.

"Mais tarde aqui, como nós sofria antigamente, em 62 lá no Paraná, nós sofrendo aqui. Mais uns deiz, vinte ano, tá iguar que no Paraná. As máquina vão vim, vão derrubá tudo essas arvre que tem ainda. Menos médio, que talvez tenha pió que lá. Que tudo que vende barato, o rico vem de lá, venha a nós. O pobre vai pro Amazonas. Corre pra frente. Vai sofrido mais piór que lá. Mais longe." - Um vizinho interfere - "Nóis tá iscolado."
(S., 30 anos, Gaúcho)

"Então ele vai voltá pras mão dos fazendero. Aí onde que ela vai volta pra mãos dos fazendero. Porque o pequeno, geralmente, os pequeno não tem condição de beneficiá uma terra dessa e o fazendero tem. é isso aí. Garanto que muita terra vai na mão dos fazendero. Vai acontece o memo que se deu lá fora - que hoje as terra são quase tudo de fazendero. Porque os pequeno não aguenta. Porque..... geralmente nós que sono pequeno não temo condições de fazê..... Que geralmente o fazendero, ele entra no banco faiz o financiamento. O fazendero tem crédito pra adquiri um começo de gado. Ele chega no banco faiz um financiamento e põe gado em cima da terra. E dali ele se forma."
(G., 40 anos, Mineiro)

Essa perspectiva é dada como movimento independente do colono. É vista como a tendência presente na sociedade global. Contudo, ela não é incorporada à vida do colono. Ele responde à ela resistindo, se organizando, procurando imprimir

outra lógica no movimento do social, uma lógica que incorpore a diferença e crie espaço para sua reprodução. Ao mesmo tempo que vive este processo de resistência ele elabora, enquanto perspectiva, qual deveriam ser as condições de reconhecimento e reprodução dos colonos.

5.4 - A Reforma Agrária segundo os colonos x

 Colonização via Incra

A colonização do PAD Pedro Peixoto traz presente a questão primeira que é evocada em toda discussão de reforma agrária - a distribuição de terras. Os colonos conhecem a história de expropriação da área e alguns chegaram a enfrentar resistência de fazendeiros, ex-proprietários, que ainda no momento de assentamento destes colonos criavam mecanismos de pressão para reaver a terra.

"Pois esta área que nós tamo hoje aqui era daquele João Vilela. Ainda hoje ele sente e sempre crama - é essa terra é minha. Essas terra eram minha, o Incra só me passô a conversa e não pagô. - diz que. E não sei que, não sei que. Até portanto que ele foi incomodá uns lá no que chegaro lá. Começo a invadi, tomô arame e tirô maderá de dentro. Até que o dono intrô com ele em ação i ele teve que dechá porque o Incra bateu em cima." - No decorrer da conversa, retoma o assunto. - "Pois é, o João Vilela esse mesmo que eu tava falando há poucos aí, esse aí chegô fazê barraca com os campanga dele pra querê atacá. Mas o sindicato também tem a força, né? Intão veio, pegaro ele e feiz ele pagá uma murta lá, não sei de quantos mil naquele tempo. E até hoje ele lembra disso, né? Porque óia esse fazendero é contra nós pequeno. Ele não gosta. Principalmente o Incra. O Incra ele ainda, ainda sempre dá uma colherzinha pra ele, né? Mais o sindicato não dá não. Ele traís eles junto i ele chama a atenção. I é onde eles não gosta." (J.W., 35 anos, Paranaense)

A terra é vista como uma conquista, e nesse sentido o Incra representa o interesse do pequeno nesse processo. Porém, como pode-se observar na retomada do discurso do colono, num segundo momento ele ressalva que o "Incra ainda sempre dá

uma colherzinha" para os fazendeiros. Portanto, a idéia de mediação não deixa de se manifestar quando se refere ao órgão do governo. O interesse do trabalhador é veiculado de forma radical apenas pelo "sindicato", ou seja, pela sua organização.

Os limites de atuação do Incra são ainda percebidos, primeiro por ele atuar com uma lógica distinta da do trabalhador e em segundo lugar por se limitar a garantir o acesso à terra que é condição necessária mas não suficiente para a reprodução dos colonos.

A terra é um bem ao qual todos os trabalhadores têm direito. A conquista legitimada pelos colonos é a do trabalho.

"P - Vocês acham que isso que o Incra está fazendo é a Reforma Agrária do trabalhador ?

I - Não, isso não é a Reforma Agrária. Porque a Reforma Agrária que nós intendemo é nós tê o direito à terra, no nosso lote, sem pagá por ele. Não é certo ? Nós não pode pagá o lote. É aqui o Incra vai dá o título pra nós, mais nós tem que pagá o lote. Essa terra aqui é comprada. Essa aqui não é a Reforma Agrária." Adiante completa: - "óia a Reforma Agrária tinha que sê no Brasil intero, né? Assim como abri aqui, tem que abri pro lado do Sul também. Porque aqui tem pão, lá também tem também. Se a sinhora abri aqui, aí o pessoal de lá, vinha tudo aqui. Qué dizê que o Sul também ficava fracassado. Intão tem que sê aberto no Brasil intero. Pertenceu ao Brasil, tem que abri. Eu acredito que é assim. Iguar pra nós aqui, seja praquele povo. Que tem muito pobre lá que não tem nada. Nessa donde cai morto em cima. Intão precisa de um pedacinho de terra, que muitos fazendero lá deve cortá um pedacinho de terra. Dá pra cada um mantê sua vida sossegado. Milhó que fica zoando pra lá, pra cá. Porque aqui, quem tá aqui tá num sofrimento triste. E quem vem sem sabê vai sofrê igualmente nós aqui sofremo." (S., 35 anos, Baiano)

"Como esse fazendero que passô, dezoito mir arque-
re ele tem aí. Qué dizê que são duas pessoa em de-
zoito mir arque. O que essas duas pessoa produ-
zem em dezoito mir arque? Qué dizê, se eles fi-
zê quarqué benefício, fizê derrubada, essas coisa;
não é eles que fazem. Quem fazem é os trabalhador
que foi fazê." (C., 48 anos, Gaúcho)

Nesta última colocação, o trabalhador conclui, numa
conversa mais longa, que a questão não é deixar o fazendeiro
fora da reforma agrária, mas dar a cada um, um tanto de terra
que seja condizente com sua condição de produção, ou em outros
termos com seu potencial de trabalho. É, obviamente, uma lógi-
ca oposta a da capitalização da terra. É terra para trabalho,
onde a legitimidade da posse é dada pelo trabalho nele inves-
tido. (*)

Embora a terra em que hoje estão não tenha sido
"conquistada" por eles, anteriormente à ação do Incra, eles a-
creditam ter obtido esse direito com o trabalho e o sofrimento
nestes anos de assentamento. Ainda mais, acreditam ter este di-
reito enquanto trabalhadores que "abriram" diversos Estados, que
com seu trabalho transformaram a área rural, sendo expulsos pe-
la grande propriedade.

A partir de sua experiência e valores, vêem que a
reforma agrária não pode se constituir numa ação localizada, e-
la tem necessariamente que se estender a todo o país. O traba-
lhador tem direito à terra onde ele está, não apenas por ser

(*) José de Souza Martins desenvolve de forma muito elucidativa
a oposição terra/trabalho x terra para exploração, enquanto
duas lógicas opostas, particularmente em seu trabalho: " Os
camponeses e a política no Brasil."

um direito conquistado, mas porque caso contrário haveria uma migração para as áreas onde houvesse esta reforma e consequente "fracasso" das outras regiões. Trabalho e desenvolvimento portanto também são pensados juntos. Neste sentido eles pensam a produção em moldes modernos compatíveis com a proposta de "abertura de espaços" do governo. A diferença está basicamente no fato de que como é o trabalho que garante esta abertura, é o pequeno produtor familiar que está à sua frente, ele deve ter garantido o espaço de sua reprodução. Pleiteiam este reconhecimento via um tratamento, frente ao mercado, diferencial, que leve em conta a descapitalização desse produtor. Que não o leve a áreas sem nenhuma assistência, que respeite as condições mínimas de sobrevivência dele e sua família.

- "P - Essa colonização que o Incra está fazendo, vocês acham que é reforma agrária ?
- I - Não, de maneira nenhuma. Como é que uma reforma agrária sem assistência nenhuma ao pequeno ? Num reforma agrária o pequeno tem que ter assistência médica, a casa de moradia i o financiamento treis anos, sem esse juro danado iguar tá. Juro de matá a pessoa. Isso aí é um laço, é uma arapuca mesmo pra tomá nossas terra novamente. Mas é meio difícil eles conseguem tomá nossas terra. Não pode intregá de mão beijada pra eles assim não."
- (F., 33 anos, Mineiro)

Assim, a ação do Incra é vista por muitos como enganadora, ilusória e dentro das condições que se encontram lutam para realizar aquilo que entendem como o mínimo necessário para sua reprodução.

Por outro lado, a Reforma Agrária, tal como a concebem, só existe como construção, como um ideal formulado à par-

tir de uma prática restrita. Mas com um ideal social ela está presente também como uma possibilidade que poderia ter se realizado e/ou ainda a se realizar, através de ações políticas no âmbito federal. Possibilidade esta vinculada à figura do presidente e aos interesses que ele representa.

"P - Porque, o senhor acha, que essa reforma agrária não foi feita até hoje ?

I - Dona, eu falo a verdade. Isso aí não foi feito mó esse negócio de política. Porque muito político pensa uma coisa, otro pensa otra. I otra, mó do nosso presidente. Por inquanto o presidente fosse do exército, fosse mandando, acho que não ia tê direito a nada mesmo. Intão acho que agora modificô de presidente, acho que os pobre merece tê essa reforma agrária, né ?" (S., 35 anos, Baiano)

"Intão agora eu me sinto alegre, eu me sinto mais satisfeito, vamo dizê. Nesse sentido de que a documentação é paga, o que ela vem como era pra vim - sem pagá. Mas ela devia de vim pro desenvolvimento da vida da gente. Tudo deveria de vim. Agora criô novas lei, nova República, nova Reforma Agrária, intão aí já vem um órgão muito diferente, né ?

P - E o que o senhor está achando dessa nova política ?

I - Pois essa nova política a sinhora sabe que no meu poco intendê isso também vem da era que foi iniciado co Jango e co Brizola. Sairo corrido porque eles foro acusado como comunista, formaro a Reforma Agrária, não foi ?" (C., 48 anos, Gaúcho)

Enquanto ideal, a Reforma Agrária está sempre presente no discurso e reivindicações dos trabalhadores em suas lutas concretas. Contudo, as conquistas são localizadas. Daí sua expectativa que, com a melhora de condições, possam trazer seus parentes para a área.

Quando se referem à mudança à nível nacional, o compartamento dos colonos é de expectativa. A "política" para

eles é um nível à parte de sua prática. Suas lutas e conquistas são circunscritas à sua área. Essa divisão não é criada a partir de uma concepção internamente limitada. Na verdade a prática destes trabalhadores, sua inserção na sociedade global, ao mesmo tempo que recria as condições de sua reprodução, os marginaliza. E recria somente enquanto marginaliza da esfera de decisões, da participação do fruto de seu trabalho. Ele é expropriado não apenas da renda da terra, mas de boa parte do trabalho investido, levando muitas vezes a que se reproduza em níveis ínfimos. Seus contatos com os "políticos" é de serem tomados constantemente como objetos de manipulação. O nível de decisões centrais é nebuloso. Os que tem "força" decidem. Entre os que tem "força" estão os grandes proprietários rurais aos quais não interessa a Reforma Agrária. Eles querem manter o trabalhador "cativo", a terra monopolizada. A justificativa usada pelos políticos, como pelos "grandes", é idêntica: o rompimento com o monopólio da terra, o rompimento com a lógica de terra para exploração é a "ameaça comunista".

Diálogo entre dois colonos:

P.P. - O sindicato que ajudá os pequeno. l eles são grande é cumunismo.

J.W. - é cumunismo. Pra eles é cumunismo.

P.P. - Tirá deles um pedacinho de terra pra reparti pros piqueno."

A oposição a essa manipulação é clara. Se configura como resistência, organização, que nega a lógica do sistema. Essa negação se dá nas lutas concretas, se dá no ideal geral construído mas não tem no universo do trabalhador canais que lhe

permitam apreender a ligação dos dois níveis, embora ela esteja presente como potencial.

OS COLONOS DO PARANÁ COMO "PIONEIROS" NO ACRE

"Falá a verdade, dos acreano, os acreano mesmo ele tem origem de indígina, que eles não gosta da abertura não. De jeito nenhum. A abertura deles é só assim, só faiz um tapirizinho deles lá, no meio dessa mata e aí veve." (*)

O Acre hoje está sendo "aberto",conhecendo o "progresso". Os acreanos,na verdade nordestinos em sua maioria, ou descendentes de nordestinos,os "desbravadores", os soldados da borracha, estão sendo expulsos. A borracha que ontem era a riqueza do Brasil,e ainda o é na visão do seringueiro, deixou de ser lucrativa como atividade de extrativismo nativo. A terra passa a ser valorizada e uma nova concepção de desenvolvimento ganha presença no Estado.

O seringueiro que forjou sua identidade no extrativismo,em nome do desenvolvimento nacional, passa a ser visto como uma figura fora do tempo. O extrativismo do seringal nativo é inviável na linguagem oficial.Esta é uma lógica que foge ao seringueiro.

Hoje o esquema de comercialização que atinge as áreas rurais do Acre ainda é essencialmente voltado ao extrativismo. A inviabilidade do extrativismo natural, ditada por novos interesses exógenos ao Estado não atinge a prática de realização da produção do seringueiro que desenvolve sua atividade e vê seu produto viabilizado no mercado.

As políticas de reorganização econômica do Estado

(*) (J.W., 35 anos, Paranaense)

o atingem via expulsão, via desmantamento. A alternativa que o governo oferece ao seringueiro/posseiro, reconhecendo seu direito, é o direito à terra e não à colocação, é torná-lo agricultor. Essa opção é contrária à sua identidade de trabalhador e contraditória com as condições de realização da produção que encontra. Quando consegue produzir como agricultor, o ex-seringueiro, à semelhança do que ocorre com os colonos vindos do Sul, não encontra condições de comercializar sua produção. Nessas condições a luta dos posseiros/seringueiros, pela manutenção de seu espaço, é uma realidade presente. Contudo, as respostas institucionais que encontra à sua luta, a inviabilizam. A migração para a Bolívia ou para outras regiões do Estado, menos valorizadas, acaba sendo a alternativa em sua luta por manter a identidade.

Obviamente o processo de expulsão não se dá pelos colonos vindos do Sul, assentados pelo Incra. Ele se dá por grandes fazendeiros, via de regra, também sulistas, que se encontram igualmente em oposição aos interesses dos colonos.

Contudo, os colonos vindos do Sul cumprem uma função que ultrapassa, frente à realidade do Estado, a mera função econômica de "abertura". Enquanto agentes deste processo, ainda que subordinados aos interesses e expansão do capital, eles têm a função legitimadora do processo.

Assim, inadvertidamente o trabalhador do Sul se presta a legitimar e acelerar o processo de expulsão do serin-

gueiro.

Embora seja um elemento central da cultura do colono vindo do Sul, o respeito ao trabalho; esta não é uma concepção abstrata de trabalho, está estreitamente vinculada a um determinado padrão de realização, bem como de condições de vida e reprodução da família. Condições essas que quando contrapostas à realidade dos seringueiros fazem com que esta seja avaliada como atrasada, com ausência total de desenvolvimento, carente.

Esses padrões estão presentes e mediam a relação colono vindo do Sul/ex-seringueiro.

Numa discussão sobre o sindicato, com três colonos sulistas, eles avaliam a participação dos acreanos, fazendo as seguintes considerações:

- "J - Mas isso o seguinte - que o acreano, não é falar do acreano, não vamo dizê que o acreano só intendi de cortá seringa não. Mas tem um finalidade isso aí, que o acreano ele é nascido e criado. O Acre não tem memo. O Acre não tem benefício de nada, não tem acesso de nada, de indústria de nada.
- (*) J1- Intão o que que os acreano nasce, se cria cortando seringa. O que ele aprende é só cortá seringa, intão jamais ele vai fazê uma greve. O pessoal, antes de intra esse pessoal do Sul, de Santa Catarina ... Porque aqui no Acre tem gente de todos os Estado, né? Mais agora é que muitos acreano tão intrando no meio desses pessoal de fora i ajudando a fazê alguma reunião, alguma grevezinha pra vê se melhora. Porque eles viu e tão botando na cabeça que é errado mesmo. Nós tem esse direito de reclamá e nós exigi o que nós merece, né? Intão por causa disso. Intão o pessoal antigamente, se o pessoal viesse fazendo, os acreano viesse fazendo greve, como tem aí pra fora muitos lugar.... Viesse fazendo greve, explorando o go-

verno sobre os direito dele, os bem dele, o Acre podia tá ruim,mas não tava tão ruim desse jeito não.

J - O Acre tá cru.O pessoal não ligava. O pessoal o que é ligava ? é só limpá istrada de seringa dele, cortá i vendê a seringa i compra do marreteiro. I pronto, acabô.

Jí- Iscola também, iscola pros acreano, não é falá mal não, mas eu vô pro seringal, com sete hora de viaje pra dentro daqui, às veiz fazê uma reunião. Lá é seringueiro mesmo, lá não tem negócio de nego que veio do Sul, lá. Não tem uma iscola lá dentro. Eles não vão pedi iscola pra é, pra lá, porque eles sabe que o governo só se manda de avião lá em cima i joga as tábua pra eles fazê. Eles não vão brigá por istrada, por nada disso coitado."
(J., 30 anos, Baiano) e
(J., 30 anos, Paraibano)

É interessante observar que a idéia da passividade do acreano está sempre presente nas observações dos colonos do Sul. Via de regra, quando eu perguntava diretamente qual a impressão que tinham dos acreanos ou qual sua vivência com eles, definiam pela negativa, " não se metem com niguém ", "vivem no seu cantinho", "não visitam a gente do Sul", enfim são bons vizinhos, mas não participam da comunidade pois vivem em outro nível. Isso tanto à nível de participação política, mobilização, quanto no trabalho. Os acreanos não participam na troca de dia, sua lavoura é pouca e levam o trabalho sózinhos.

Enfim, a idéia de um povo atrasado, habituado a viver na mata, está presente sempre que se faz referência ao acreano. Dentro destas condições de vida esse trabalhador nunca

(*) Para diferenciar dois colonos com a mesma inicial J. - usarei J. e Jí.

teria tido acesso à escolas, serviços de saúde. Suas estradas são "varadouros", picadas abertas na mata pelo trabalhador. Proibido de plantar, o seringueiro teria se tornado um trabalhador voltado ao mercado, colocando sua subsistência toda na sua capacidade monetária de compra. Por outro lado, teria se acomodado à ausência dos serviços básicos, mantendo uma atitude passiva, tornando-se portanto conivente com a atual situação de carência.

Não cabe na lógica do colono vindo do Sul um trabalhador rural que não valoriza a terra. A sua prática de "abrir estados" lhe imprime a concepção de que mata e sertão são sinônimos, espaço onde não entrou o desenvolvimento. Quando concebe a valorização do extrativismo da borracha, o concebe numa lógica oposta a do seringueiro, numa lógica de "racionalização do espaço", numa lógica de cultivo.

"A senhora sabe, eu no meu pensar esta terra não seria terra de colonização. Seria de colonização mais com o direito do reflorestamento do que é nativo- a castanha e a borracha que lá no Sul não dá. Intão aonde dá, dentro do Brasil temo que reproduzi. Senão não existe fartura, né? Agora aonde dá acabamo com ela prantando pasto, tá. I a- gora lá não dá. Intão terminasse."
(C., 48 anos, Gaúcho)

O colono tem respeito à riqueza da terra, o que aliás faz parte do respeito que tem em relação à natureza, um bem natural, um bem divino. Por outro lado, na sua experiência, a pecuária tem sido uma das vias de expropriação do pequeno agricultor. Ele se opõe à lógica de exploração que desconsidera entre outras coisas a potencialidade da terra. Contudo se opõe

também à área não explorada. A terra para ele é um meio de produção a ser conquistado, a ser trabalhado. Dentro dessa concepção a lógica do seringueiro não faz sentido. Manter a terra sem condições de ser trabalhada, não criar novos espaços que significam essencialmente a possibilidade de assentamento de outros trabalhadores sem terra, é uma postura atrasada, absurda.

Assim o trabalhador do Sul vê o acreano como um povo "rude", alheio ao desenvolvimento, alheio aos reais valores do trabalho, desconfiados e passivos.

"Otro é que a gente caminhando aí, você encontrava um pessoal aí tudo iscondido, tudo rude. Via gente, tudo se iscondendo. Digo - ele aqui não tá cum nada não" Continuando a conversa, num outro momento conclui - "Falá a verdade, os acreano, os acreano mesmo, eles tem origem de indígena, que eles não gosta de abertura não. De jeito nenhum."
(J.W., 35 anos, Paranaense)

O estereótipo que o paranaense formula do acreano segue a mesma lógica do estereótipo do "caipira", formulado na área urbana. É um conceito que contrapõe desenvolvimento e atraso. O acreano é contra as transformações - "tradicional" - no linguajar urbano, passivo e desconfiado. Sem dúvida isso nos traz à memória as célebres histórias do "Jeca Tatu". Contudo, agora, surrealisticamente, quem a formula é o próprio "Jeca Tatu" de outrora.

Deve-se guardar, no entanto, a diferença básica entre os dois momentos de formulação dessas concepções, bem como o que é básico, as contradições que permeiam ambas.

"De uma primeira safra de nomes a respeito de quem é, o caipira sai como o viu e pensou uma gente letrada e urbana. Por isso, comparando com o cidadão, o cidadão livre do trabalho com a terra, o caipira sai dito pelo que não é e adjetivado pelo que não tem. Ele é ponto por ponto a face negada ao homem burguês e se define pelas caricaturas que de longe a cidade fez dele, para estabelecer, através da própria diferença entre um tipo de pessoa e outra, a sua grandeza." (Brandão, 1983, p.12)

Na conceituação que o homem da cidade faz do trabalhador do campo, expropriado, itinerante, vivendo no limiar da sobrevivência, está presente a legitimação da exploração exercida sobre esse. O caipira é pobre, é doente, porque é indolente, passivo, preguiçoso. Aí se faz também presente a idéia do progresso, de mudança, da modernização que na verdade não irão alterar a realidade do trabalhador rural expropriado mas expulsá-lo para se reproduzir mais à frente. A prática "civilizadora" é também legitimada via caracterização do caipira.

No estereótipo que o colono oriundo do Sul do país faz do seringueiro/posseiro as relações são também de negatividade. O seringueiro não compreende o valor da terra, ele não tem acesso à educação nem o reivindica, a inexistência de estradas é uma marca de sua condição, ele é isolado. Contudo, embora haja nível de contradição entre ambos, que passa fundamentalmente pela forma como se relacionam com a terra, eles se igualam enquanto expropriados e enquanto os agentes da expropriação são os mesmos. O colono não está no centro do habitat do seringueiro, mas está muito próximo. Ao mesmo tempo que o trabalho do seringueiro é aquele que não desenvolve, não "abre"

o Estado, o trabalhador do Sul tem muitas vezes necessitado dominar este trabalho para sobreviver. Aprendendo a técnica do extrativismo com o trabalhador local, o colono do Sul aprende o quanto de trabalho investido significa o produto. Aprende o quanto é difícil e explorada a vida do seringueiro.

Por essas razões as formulações que o colono vindo do Sul faz sobre o seringueiro não tem uma consistência interna lógica. As observações se sobrepõem. De um lado esse colono se entende como agente de um processo de desenvolvimento em contraposição à postura do seringueiro, por outro lado ele é tão explorado e expropriado por esse processo quanto aquele.

*P - E com o pessoal do Acre, como é a relação ?

I - Não, o pessoal do Acre até que é bom. Não meche com a gente, não envolve com a vida de ninguém. Cuida da vidinha deles. É um pessoal legal o pessoal do Acre." (N., 29 anos, Capixaba)

*P - E a reação deles quando viram vocês chegando ?

I - A reação é que ficaram muito satisfeito dividida, dividida abri, têm bastante gente, povoá, essas coisas. Isso aqui era tudo mata, né ? Então agora ficou, se tornou tudo amigo da gente." (S., 35 anos, Baiano)

I - Quando nós chegamos tinha um homem na rodagem, ele falou que morava aqui há quarenta anos, isso nunca foi pra frente. Sempre assim mesmo. (N., 29 anos, Capixaba)

I - Não, mais ele só falou assim porque ele só mechava com borracha, só tirava seringa. Não plantava. O legume que ele plantava era mandioca, um pedacinho de mandioca pra cumê a farinha. Mais arrois, cria, criação como a gente tem costume lá pro Sul, eles aqui não usa. Tá usando agora, devido eles vê a gente criá e plantá arroiz, milho, feijão. Então eles tá acompanhando o pessoal lá do Sul. Mas primeiro não, só o que via aqui era mandioca e seringa." (S., 35 anos, Baiano)

Enquanto colono, segundo os paranaenses, os acreanos ganharam com sua presença, tanto enquanto perspectiva geral de desenvolvimento, quanto em termos de aprendizagem, de técnica de cultivo, de organização de uma unidade de produção familiar.

Um dado importante que se agrega para reforçar a noção de desenvolvimento necessário, para o colono do Sul, é que ele desconhece a mata, tal como ela é na Amazônia. A mata lhe é hostil, ela o assusta. Tanto que até hoje, após quatro anos de vivência na região, eles mantêm uma série de temores em relação à mata. Conforme me contaram muitas mulheres de colonos não chegaram ainda a conhecer até o fim do lote porque o marido não permite que elas vão sózinhas e evitam levá-las por causa dos perigos da mata. E isso não é assentado em uma incidência de problemas com cobras ou outros animais, o que justificaria esse temor.

"Fiquei lá na estrada, eu e minha mulher e meus filhos, imbxo de uma lona que troxemo, até que um cara chegô e disse assim: bem aí que a onça comeu uma porca. Aí eu isquentei a cabeça e ficava a noite toda, ispingardinha na mão, aguardando. E a muié e os fio durmindo, e eu aí."
(V., 55 anos, Baiano)

"Já pensô - trazê quarenta quilo nas costa cum trinta e cinco quilômetro, de noite, as onça isturrando? Ave Maria! A coisa que eu tenho mais medo é de onça." (J., 50 anos, Rio Grande do Norte)

As histórias são inúmeras, as onças que todos temem mas ninguém se defrontou nem chegou a perder criação para elas, os macacos que atacam na garganta, as cobras e toda as

criaturas, verdadeiras ou fantasiosas, povoam o mundo de quem nunca "enfrentou o mato", como dizem os colonos. A mata não é para eles um habitat com o qual aprendem a conviver como no caso dos seringueiros; ela está presente, mas é sempre uma ameaça.

Contudo ela tem sido básica para sua manutenção dentro das condições encontradas e atuais, seja caça, seja pelo próprio extrativismo. E estas técnicas eles aprenderam com os seringueiros. Objetivamente, portanto, a troca de conhecimentos que se deu entre os trabalhadores foi mais importante para a reprodução do colono.

"Agora aqui a gente quebra mais o gaio é quando chega o mês de dezembro, janeiro, fevereiro, porque tem castanha. Mais, mais se não fosse a castanha a gente sofria muito aqui, até passá fome."
(J., 15 anos, Paranaense)

"O caminhão entra aqui pra caçar castanha i burra-cha. Quem colhê essas coisa aí, podrece. Nem galinha não tem futuro não, nada, nada.

P - E o Sr. aprendeu a cortar seringa aqui ?

I - É.

P - E dá mais ou menos ?

I - Dá, é só aprendê bem pra não machucá o pau, a carne do pau cortando. (Ri)

P - Foi o pessoal da área, os seringueiros que moravam nesta área que lhe ensinaram ?

I - É, o véio A. aí. Aquele ajudô i insinô como é".

(E., Catarinense)

Da mesma forma que no extrativismo, a caça, o conhecimento mínimo da mata foi transmitido pelos ex-seringueiros aos colonos vindos de fora do Estado. Contudo este conhecimento não é valorizado no discurso desse colono, embora ele reconheça a importância da atividade para sua subsistência. Ele

entende que a permanência da importância dessas atividades está no atraso do Estado. Enquanto perspectiva, enquanto desenvolvimento, elas estão superadas. Ele aparece portanto como aquele que traz o conhecimento que irá estruturar o desenvolvimento, que promove a abertura do Estado e como tal o seu conhecimento é o verdadeiro, é o legítimo.

"Aí um dia eu cheguei na casa de um acreano aqui, do ramal um. - Eh paranaense vem cá. Eu vô mostra a roça minha.

Digo - Opa ! o primeiro que me troxe pra mim vê uma roça. Eu vô lá vê a roça dele. Aí comecemos a intrá por um carrerinho assim. Fomo intrando, intrando, chegemo no meio de um capoeirão fechado.

Diei - uns pé de mandioca, uns aqui otros lá.

- Rapaiz óia a roça minha aí, ó.

Digo - não, isso aqui não é roça rapaiz, isso aqui é mandioca.

Disse - a roça nossa é essa aqui.

Digo - ora, tamo robado mesmo. Roça no Sul, quando chama uma pessoa - fulano vem cá vê a roça minha - a gente vai, vê arroiz prantado, vê soja, vê milho, feijão, otros tipo, né ? Não, aqui chamô pra vê roça, vai vê pé de mandioca.

- Iscuta - disse - i voceis pranta lá no Sul, voceis veve só prantando é legume ?

- Legume a gente faiz um canteirinho lá - digo - mais a gente não

- Não rapaiz. O legume é arroiz i milho.

- Não - eu digo - é otra coisa. Otra atrapaiada. Que legume pra nós é uma horta, né ? I legume pra eles aqui, é arroiz, feijão, milho, essas coisa é legume. - Digo - Não, não tá cum nada.

Nóis custemo, mais agora nós já tá acostumado. I mesmo eles não qué mais falá o idioma, o rítimo deles. Agora hoje já tão falando facão, já tão falando im otro sistema nosso, mandioca né ? Eles foi aprendendo, né ?"

(J.W., 35 anos, Paranaense)

Em todos os níveis os hábitos, a maneira de falar, a maneira de criar os filhos, do colono vindo do Paraná é considerado por estes como o certo, o legítimo. O acreano aprende,

assimila. Assim há um confronto de culturas mas embora seja entre trabalhadores eles não percebem como em relações igualitárias. Há uma nítida posição autoritária por parte dos migrantes do Sul, lídimos representantes do progresso.

Essa postura se assenta sobretudo no papel que desempenha a terra nos dois tipos de produção.

"J - Qual é a briga deles ? Só a seringa. Eles brigam quando o cara que desapropriou aquele seringal. Eles que revolta pra não cortar aquele seringal deles que ali é o ganha pão deles. Intão como já é ordem do governo federal mesmo, pra todo mundo tem seu pedaço de terra. Não só pros paranaense, o pessoal que veio do Sul i tal i tal, os próprio acreano vai tem seu pedaço de terra também. Aqueles possuem que tem cem hectare é mais que nós. Eles tem cem hectare.

Ji- Agora que o pessoal daqui chegou a conclusão, que o pessoal veio de fora. Lá pra fora o pessoal veio de fora. Lá pra fora o pessoal briga é pela terra, né ? Briga pela terra e aqui, o pessoal que é nascido e criado aqui, amazense, acreano, eles não briga pela terra porque eles nunca teve essa escola, essa orientação deles é só, chegava aquele patrão de longe, com muito dinheiro, comprava aqueles seringal, com muitas hora de viaje, só dum dono só. Aí botava o coitado do pião pra trabalhá, pra cortar seringa. Aí botava um barracão lá, os cara tirava, fazia burracha e vendia pra ele e comprava. I ali tinha de tudo pro meero dele comprá, tinha de tudo. Intão....

J - Quando ele sardava bastante, matava ele i não pagava também, né ?

Ji- Intão, foi aí que foi formada a tecna, foi dada a tecna. O que resurtô ?

O que os acreano aprendeu ? Só cortar seringa mesmo i vendê pro patrão. Acabô. Ele não tinha tecna de brigá por causa da terra. Ninguém po-nhava na cabeça dele que ele precisava plantá um milho, um arroz, um feijão, pra não podê comprá aquilo. Pra não carece comprá. Nunca ninguém po-nhê isso na cabeça dele."

(J., 30 anos, Baiano) e

(Ji., 30 anos, Paraibano)

O colono raciocina dentro do seu universo de trabalho, avalia a situação do seringueiro segundo seus parâmetros. Dentro dessa ótica ele não consegue apreender a especificidade da luta do seringueiro. Não consegue captar que existe no seringueiro, enquanto pequeno produtor, enquanto trabalhador expropriado, uma identidade distinta da sua. Aquilo que ele chama "a luta pela terra" e que se traduz na sua cultura como luta pela manutenção de sua identidade de trabalhador, acaba se colocando como conceito legitimador de "valorização da terra", quando desvinculado do seu contexto de trabalho.

A luta pela manutenção da identidade do trabalhador, no caso do seringueiro, está se dando o tempo todo, próxima aos colonos. É contudo uma luta opaca à sua lógica. O que ele consegue captar é o direito do trabalhador de não ser expropriado da terra, e de resistir à violência no processo de expropriação.

No discurso de um delegado sindical, colocando a divergência que existe hoje entre a diretoria atual do sindicatos e a igreja, ele relata uma questão atual de posseiros que foi particularmente violenta:

"Um trabalho muito pesado, sobre esses problema que tá acontecendo, de possero mesmo. Que estão sendo obrigado, queimaro a casa deles. O D. Moacir é contra esse tipo de trabalho, porque foi pra amarrá os home e no fim amarrô pro resto da vida. Aí o Pedro (*) trabalhô em defesa dos home. Deu apoio i tal i tal, pra defendê os home da prisão. Que foi até queimado casa deles. Intão eu acho que esse foi um trabalho muito lindo, muito espetacular.

(*) Presidente do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco

Não foi trabalho errado não. Agora, D. Moacie é... Diz que é pra falá no sindicato pra não matá ninguém. Mas eu também acho o seguinte: que o cabra que veio do Sul, ele é milionário, ele não pode vi matá seringueiro aqui também, os acreano aqui não. Eu acho que isso é uma coisa em riba da lei."

- Depois de termos conversado sobre o fato do tamanho da área que o seringueiro necessita é necessariamente maior que a do colono, fato que por sua própria prática os colonos podem constatar, o delegado sindical, o colono vindo do Paraná, conclui: - "Rapaiz, eu acho que o direito do possero, ele tem um direito muito importante. Ele tem mais do que nós, pode dizê, porque ele é sofredô a muito tempo. I sobre essa desapropriação eles tem o direito deles a cem hectare. Se o possero tá lá cortando seringa, se não foi demarcada a terra, ele tem o direito de ficá lá até que foi demarcada, né? Quando for demarcada pra organizá aquela terra em lote, aí eles tem de entrá em acordo, né?" (J., 30 anos, Paraibano)

O colono convive com a luta do seringueiro pela manutenção de seu espaço de trabalho, e é uma luta especialmente violenta. Essa realidade se contrapõe à concepção de passividade que acompanha o estereótipo que é formulado sobre o "acreano". Na verdade, aparecem como duas lutas distintas embora ambas se dêem contra o processo de expropriação. Isso porque a relação que ambos mantêm com a terra é distinta e ela está no centro de sua identidade. Essa distinção faz com que o colono, sentindo-se como agente do progresso e lutando por sua efetivação, se defronta com trabalhadores que quando não se contrapõem a este "progresso" mantêm-se alheios a essas lutas na medida em que esse desenvolvimento é o processo que levou a sua perda de identidade.

Os acordos intermediados pelo Incra e, na maioria

das vezes, homologados pelo sindicato (*), negam a possibilidade dos ex-posseiros manterem sua identidade de trabalhador. Por isso particularmente numa área como o PAD Pedro Peixoto, a alternativa encontrada por estes trabalhadores é a migração para se reproduzirem em outras áreas ainda não "abertas". Esse processo de "abandono da terra" marca a concepção que os migrantes formulam do acreano. Na medida em que deixam a terra, esta não pode ter sido uma conquista sua. Assim a história da colonização dessa área passa a ser reformulada, tendo como seus principais agentes, o Incra e o migrante do Sul.

"Agora existe uma quantia de gente aí que diz que não, não vamô recebê. Vamô tê que pagá iguar o pessoal do Istado, porque nós não samo melhor que o pessoal do Istado. Eu concordo que não samo, tá. Mais é o seguinte: pelo pessoal do Istado eles nunca ia desapropriar do fazendero.

P - Como foi essa desapropriação ?

I - Essa desapropriação, isso aqui era de um tar de João Vilela, de lá do noventa até, eu acho que, o sessenta aqui. De um só." Continua relatando sobre o fazendeiro e sua força, ligações políticas. Adiante - "I discuti co Incra. I o Incra pro bem de intrá na arma dele teve que pegá essa colonização de Taipu i fazê aqui, se não, não saia.

P - Mas teve muita briga com o pessoal daqui. Não teve ?

I - Teve, mais se ele foi contra o Incra. Ele não acreditava nem no Incra, agora ia acreditá im possero ? Ele derrubô muito rancho de possero com moto serra i meteu fogo i tudo.

P - Esse pessoal não acabou ganhando terra aqui ?

I - Ganharo, depois que o Incra deu, que chegamo nós. Aí que ele liberô mesmo. Senão, inquanto não chegamo nós, não liberô pra ninguém. I tão aí 30,35 anos, até imposto tinha pagado i não tinha cadastro...." (C., 48 anos, Gaúcho)

(*)Particularmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, já tem outros sindicatos que orientam a luta no sentido da manutenção do espaço que viabilize o seringueiro, enquanto tal.

A conversa com esse colono, como com muitos outros, é prolongada, quando o assunto é o acreano. Ele desenvolve colocações contraditórias que buscam uma unidade lógica. Por vezes, realçam o trabalho do seringueiro, como um trabalho árduo, cansativo, tendo em contrapartida o alto grau de exploração a que se acham submetidos pelo marreteiro.

Ora, é a inaptidão ao trabalho agrícola que ganha proeminência, fazendo o ex-seringueiro aparecer como aquele que não se dedica a um trabalho, é acostumado só a comercialização. Por isso ele abandona a terra, não faz juz à conquista da área. Nesta visão está presente o extrativismo da castanha, da seringa, como ato de se apoderar da riqueza da terra. "A terra é rica", o trabalhador está acostumado a viver na "riqueza". Por mais árduo que seja seu trabalho ele não produz, limita-se a colher. Por isso reaje ante a perspectiva de ter de produzir.

Assim, como portador da ideologia do desenvolvimento o colono vindo do Sul se opõe ao posseiro/seringueiro acreano, legitimando em última instância sua expulsão.

Legitimando um processo de expropriação, em nome do desenvolvimento, que como ele mesmo compreende, tende a expulsá-lo no momento seguinte.

A AVALIAÇÃO DO COLONO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

"Qué dizê que o conforto que eu conto daqui é que a gente tá morando no que é da gente. Por inquanto, eu penso pra mim que é nosso. Que aqui ninguém manda na gente, né? A gente vai pra roça a hora que qué, vem a hora que qué. Ninguém invoca co a vida da gente. Lá no Sur não. Lá a gente é obrigado a trabalhá dia e noite pra se manter o corpo. É aqui, o dia que dá pra comê bem como, o dia que não dá, não come. Mas tem otra força. Melhó do que sê mandado pelos otro, né?" (*)

A avaliação que os colonos fazem de sua situação atual, bem como as perspectivas que delineiam para sua permanência na área, estão estreitamente vinculadas ao tamanho e condições produtivas da unidade familiar.

Os valores que norteiam a visão que eles tem dos momentos atuais e futuro, são os mesmos que condicionam seu processo migratório - o acesso à terra, enquanto possibilidade de se realizarem como produtores livres e condições para desenvolverem seu trabalho e garantirem um bom nível de subsistência para a família.

Nesses quatro anos em que estão no Acre, os colonos consolidaram algumas conquistas, via mobilização, que permitiram uma sensível melhora nas condições de infra-estrutura de assentamento, como melhoria da estrada principal, abertura de ramais, construção de postos de saúde. Na verdade esta infra-estrutura implantada é ainda muito precária. Os postos de saúde não dispõem de medicamentos, as estradas e principalmente os

(*) (S., 35 anos, Baiano)

ramais têm a trafegabilidade comprometida durante os meses de chuva, às vezes inclusive interrompida, e muitos ramais não dispõem de escolas.

Por outro lado, o processo de adaptação, nesse tempo de permanência, faz com que não percebam hoje as dificuldades enfrentadas com o mesmo grau de dramaticidade que nos primeiros tempos de assentamento. Agrega-se a isso a percepção de que organizados são uma força passível de operar mudanças mais substanciais.

Esses elementos acima citados delineiam as diferentes avaliações desse grupo sobre sua situação atual e suas perspectivas.

As perspectivas que emanam das diferentes avaliações, configuram basicamente duas opções: o retorno ao Sul e a permanência no Acre. Contudo, pode-se perceber que objetivamente o que determina a configuração de uma ou outra opção é o potencial produtivo da unidade familiar.

Esse potencial produtivo da unidade familiar, básico em qualquer momento de reprodução desse trabalhador, numa situação em que as condições de mercado oneram essa reprodução ao mesmo tempo que deprimem o preço dos produtos agrícolas, torna-se um fator seletivo por excelência.

7.1 - Unidades Familiares Restritas - Padrão de
Consumo como Parâmetro de Avaliação.

Unidades familiares restritas, onde os filhos são muito novos, ou ainda aquelas em que o chefe da família é idoso e não tem filhos em idade produtiva, tem a sua reprodução biológica comprometida. Nestas famílias, com o afastamento do chefe por doença, que é uma constante na área, dada a alta incidência de malária, não há quem o substitua na produção. Assim eles se vêem muitas vezes sem condições de produzirem o mínimo para o consumo. A subsistência da família passa a ser garantida via assalariamento, ou apoio da vizinhança. Na realidade este trabalhador não consegue se viabilizar como autônomo nessas condições, o acesso à terra deixa de ter significado, os padrões de avaliação orientam-se então em relação às condições de vida da família.

"Bão, mais agora em vista que nós chegô, nós tá tudo, tamo de parabéns, graças à Deus. Mais quem tá no Paraná fique quieto no Paraná que eu falei - mais vale eu lá catando soja, quando a ceifa corta a soja, do que eu possui duas, três colôna aqui." - continua falando das dificuldades que encontraram na chegada e passa a dar realce às diferenças no padrão de vida agora e o que tinha no Paraná - "Porque quando eu tava lá, meus fio cumia pão. Minha muié fazia pão, tinha bolacha, tinha trigo, tinha tudo." - retoma a descrição das dificuldades no período inicial para finalmente contrapor as condições de vida do Paraná com as atuais - "Meu irmão quando veio troxe doze lata de banha de porco frita e carne. Nós impatô tempo fritando, inlatando, fritando i inlatando, aquela fartura. Quando nós chegô a fartura que nós vimo foi aquela. Acabô aquela alí é Nunca mais cumi margarina, nunca cumi pão. Eu tenho criança que falô óia, aqueles mais velhinho

que lembra do pão, mas o mais piqueno falô - óia nós agora temo que comê o pão da terra - o pão da terra é a macaxera, meus fio considera que é o pão da terra. I é mesmo." (V., 55 anos)

Para os colonos que vivem nas mesmas condições em que o citado acima, as expectativas se estreitam. Via de regra, as condições de saúde são precárias, a produção muito restrita. Ele sobrevive à espera de poder vender a colônia. Enquanto assalariado, na nova área, suas condições são sensivelmente piores do que as que desfrutava no Sul. A malária é uma constante, restringindo seus momentos de atividade. A assistência médica é precária.

Sua expectativa se volta a recuperar um padrão de consumo que perdeu.

Ele já é um expropriado. A posse da terra nessas condições é nominal. O título é a grande expectativa para poderem comercializar a área e voltar ao Estado de origem.

"Pro pequeno aqui não tem jeito nenhum, não tem. Porque acontece o seguinte - tem dia que em casa não tem o que cumê. Tá entendido ? I se come eu vô le falá, não tô falando dos otro, tô falando de mim mesmo. A comida daqui é o seguinte - é arroiz com mandioca, no almoço. De manhã é arroiz com mandioca, ao meio dia é mandioca com arroiz e di noite pra variá já viu como é que é - é arroiz com farinha de mandioca. É desse jeito. Agora, porque olha aqui ó - eu conheço acreano. Porque os acreano não vem pegá colonha ? Porque eles não são bobo. Eles ficam lá em Rio Branco, ajeita lá um arroiz pra cumê, uma farinha i não vem praqui. Porque sabe se vi, é vem padeçê, vem sofrê. Agora os que vem de fora é obrigado. Fazê o que ? Pra todo lado que corrê o urubú é preto. Intão não tem jeito, tem que ficá. Dinhero pra i embora não tem... "U dotô que trabalha no Incra falô pra mim, que eu fui lá, solicitei uma condução, que eu tinha saído do hospital, solicitei uma condução, ele fa-

lô que não tinha. Eu digo - dotô eu preciso i im-bora. Tô a quinze dia fora de casa, preciso i im-bora. Ele falô - não tem. Ele falô - mais isso vai acabá. Dotô - eu falei o seguinte - Dotô já que vai acabá, o senhor acabe de uma veiz por toda. Ele me oiô. Ele falo - o quê? Eu falei - ó o senhor chame, convoque todos os colono, aí o senhor chega e dá o título definitivo pra eles tudo. Aí eles vão procurá otro andamento de trabalho. Aí o senhor fica livre. Tava um vizinho nosso aqui, ele falô - eu quero a minha. Ele falô - não dô não. Dô não que voceis vão é vende as terra. Falô pra nós assim. Ja pensô? Qué dizê que ninguém não tem terra pra vendê. Entendeu? A gente qué trabalhá. Mas de modo que a gente possa trabalhá. Que aqui não dá, eu acho que não dá."

(D., 57 anos, Rio Grandense do Norte)

Este trabalhador marca a etapa final do seu processo migratório em busca da terra, em busca da liberdade. Ele capitula ante as condições que não permitem sua reprodução. Ele passa a se assumir como um trabalhador proletarizado. A área urbana de Rio Branco não se constitui num mercado capaz de absorve-lo. Sua falta de mobilidade, " pra todo lado que corrê ububu é preto", obriga-o a se manter na área, contudo seus padrões de julgamento, suas aspirações, apresentam outra hierarquia. Para ele, um outro colono que avalie positivamente as condições atuais está faltando com a verdade. Dentro de seu horizonte, onde sua reprodução como pequeno produtor é inviável, o padrão de consumo torna-se o parâmetro absoluto.

"Porque óia eu vô te falá uma coisa - o nosso amigo lá imbaixo tem razão de dizê que tá bem. Eu estaria bem co'a minha familia se estivesse assim ó: se na minha casa não fartasse feijão, arroiz, café, óleo, açúca, sabão, sal, carne, batatinha, macarrão. Porque no Paraná eu comia isso todo dia." (D., 57 anos, Rio Grandense do Norte)

Os trabalhadores que avaliam dessa forma a situa-

ção atual são, via de regra, idosos, tendo sua unidade familiar restrita devido ao casamento dos filhos. Ainda que alguns tenham vindo com estes filhos no mesmo processo migratório, eles respondem por outras unidades produtivas, concorrendo com pouca disponibilidade de tempo para apoiarem os pais.

Há ainda os que, embora o chefe da família fosse pequeno produtor rural do Sul, "arrendatário", os filhos já estavam incorporados ao mercado de trabalho como assalariados. Nestes casos a unidade produtiva familiar já havia sido abalada, o padrão tecnológico de produção propiciado pelo proprietário não demandava como permanente a presença da família, mas a do colono.

Dentro das novas condições os filhos voltam-se novamente ao assalariamento como possibilidade de um retorno mais seguro, comprometendo a possibilidade de reprodução da unidade produtiva familiar.

Há, portanto, efetivamente, um processo de seleção dos pequenos produtores, por determinações externas à sua organização, mas que configuram ao nível da unidade produtiva as condições mínimas de permanência. Essas injunções são reproduzidas dentro da percepção de cada produtor expropriado numa alteração de hierarquia de valores, determinando que sua opção pelo abandono da terra seja pensada e justificada como escolha pessoal frente às condições adversas.

Os espaços para o processo de reconcentração fundiária, sem conflitos, estão dados.

7.2 - Afirmação da Identidade do Colono: Terra e Liberdade

A precariedade das condições gerais, tanto em termos de infra-estrutura para a realização da produção, quanto de serviços sociais básicos para atendimento da população, atinge todos os colonos indiscriminadamente. Dentro destas condições o nível de subsistência das famílias é igualmente ínfimo. Embora as unidades produtivas familiares maiores tenham uma capacidade produtiva maior, dentro dos limites a que se acham submetidos a relação produção-consumo comprime o padrão de vida.

"Tamo tudo bem de vida já, né? Tamo tudo bem de vida. Inclusive tem gente falando aí que é uma beleza. Mais passe na hora do armoço, na hora da janta na casa dos colono. Passe de lá pra cá. Não é só aqui não, im quarqué ramar. Pode passá que às veiz não dá nem appetite. Não dá nem appetite, que acontece o seguinte a pessoa acostumada a comê uma comida, agora vai comê arroz com mandioca todo dia."

(D., 57 anos, Rio Grandense do Norte

Sem dúvida esse colono expressa a verdade. O padrão de consumo geral é idêntico, da mesma forma, os padrões habitacionais, as condições de saúde, a ausência de escolas. O que difere são os valores básicos que orientam a avaliação e as perspectivas.

Os colonos que dispõem de unidades familiares maiores, potencialmente mais produtivas, mantêm como valor básico o acesso à terra como garantia de autonomia, de liberdade. A possibilidade de pensar seu histórico anterior de forma mais organizada, menos segmentada, permite que eles apreendam os espaços de reprodução da pequena produção e que identifiquem

suas possibilidades de permanência.

As dificuldades, os limites são apreendidos, mas enquanto a unidade produtiva familiar tem maior disponibilidade de trabalho, eles não se traduzem num estrangulamento interno, mas se localizam no mercado, espaço de enfrentamento do pequeno produtor contra diversas formas de exploração.

As experiências vividas por esse grupo, de mobilização e exigência de seus direitos mínimos, apontam para a possibilidade de ampliarem suas conquistas.

"P - E como vocês vêem a chance de vocês ? Voltar para o Paraná ? Ficar aqui ?

I - Não, voltá pro Paraná não adianta. A gente não consegue mais terra lá.

Esposa: A gente ispera construí uma melhora aqui, né ? Agora se não tivé jeito, o que a gente vai fazê, né ?

P - E como vocês acham que dava para conseguir essa melhora ?

I - Ah, acho que pra consegui essa melhora, se uni, reuni todos e exigí nossos direito. Aí consegue essa melhora, com muita luta consegue essa melhora. E eu tenho isperança que melhore."

(F., 33 anos, Mineiro)

Essa reafirmação da identidade do colono, presente em sua perspectiva de permanência no Projeto, embora todas as dificuldades, é sempre colocada contrapondo o trajeto que cumpriram. O Paraná, enquanto parâmetro de outras condições de vida e de realização da produção, é uma constante em suas avaliações da situação atual. Contudo é uma área "fechada", à qual não tem mais acesso como produtores independentes.

"..... deu um bruto de um bem estar de um bruto de um terreno se cumpri co título pro dia de amanhã, que vô cria filho, neto, tudo aqui. Qué dizê que o que nós ganhamo aqui, sofremo de quatro,

cinco ano i depois intramo na boa, nós lá cum vinte ano, já tinha apagado i nunca intrado na boa. Porque nós não temo onde intrá na bao lá, só tem que intrá na pió. Lá quem tinha, quem não tem vai pro fundo." (C., 48 anos, Gaúcho)

"Intão como eu digo: -o Acre pra mim principalmente, e não só pra mim, pra todos nós foi uma melhora, sabe ? Porque se nós fosse ficá no Paraná mesmo o que será de nossa vida ? Ficá de bóia-fria outra veiz ? E assim não: Hoje nós temo nossa área de terra . Nós mora onde qué. O dia que nós resorve aqui na frente, nós mora, ou lá pro fundo. Porque é grande a área, né ? Intão eu aconselho o povo: gente voceis não cai na infração porque óia que nem eu que já andei sofrendo bastante eu não quero mais. O dia que quero trabaiá, trabaio, o dia que não quero fico à vontade. Digo - ó é meu. E lá não. Lá eu tinha que trabaiá memo. Lá eu tinha que sê cativo." (J.W., 35 anos, Paranaense)

Os Estados onde a agricultura já está estruturada não permitem a reprodução do colono. Lá a perspectiva é a proletarização.

Desta forma as dificuldades enfrentadas são tomadas como inerentes ao espaço que "sobrou" para o "pequeno". O enfrentamento e superação constante desses entraves aparecem como a conquista deste espaço, que legitima sua luta pela permanência.

Dentro dessa ótica, as avaliações sobre a situação atual tem ênfase distinta da do grupo anteriormente analisado. Essas avaliações trazem com muito mais força os condicionantes da realização da produção, é uma avaliação que implica em perspectiva de reafirmação da categoria. Os problemas comuns ganham um enfoque diferenciado.

A posse legitimada da terra é garantia dessa li-

berdade não apenas para o colono, mas também para seus filhos. Assim, todas as questões passam pela possibilidade de manter a família enquanto uma unidade produtiva. A inexistência de escolas em alguns ramais, por exemplo, embora se coloque como uma questão para os colonos, não chega a significar motivação para o abandono da área. Na verdade o valor maior na criação dos filhos é imprimir o valor do trabalho, incorporando-os logo cedo às atividades de manutenção da família. Assim, as crianças com seis, sete anos têm obrigações, que são cobradas com o mesmo grau de seriedade que se faz na área urbana com um adulto. Dentro da perspectiva de manutenção da pequena produção a alfabetização é um adestramento de apoio, que permite o trabalhador se movimentar melhor no mercado, estando menos sujeitos à engodos. Ela é portanto uma aspiração, contudo, não prioritária.

Da mesma forma o padrão de consumo atual, contrapondo ao que tinham no Paraná, não tem no discurso destes colonos presença marcante.

A perspectiva de fartura está no acesso à terra e no trabalho.

As questões que aparecem com mais frequência na avaliação da situação atual referem-se aos impasses técnicos da produção, financiamento, condições de comercialização e de saúde.

"Não tem ninguém bem. A senhora tá vendo aí, um dia tá com saúde, otro dia tá doente. Numa época dessa. Nósis tamo no meis de julho. Era pra tá todo mundo sadio, pra cuidá na lavora. A senhora chegô aqui, não tem um são aqui dentro.

Tudo doente.

Quando abri o financiamento aí assim pro pessoal fazê alguma coisa na roça, um financiamento bom, os negociantes sobe tudo as mercadoria, dentro de um dia pro otro. Sobe o dobro do preço da mercadoria pra gente quando chegá no fim, que a gente pega aquele dinheiro só vai comprá, o dinheiro não arcança mais comprá aquela mercadoria. É um troço sem tabela dentro da capitar do Acre. Não tem tabela im nada..... Não tem condições. Agora só tem assim pra quando a sinhora colhê, vai vendê, não tem preço." (S., 35 anos, Baiano)

Quando se referem à situação concreta, os colonos tornam claro os impasses que estão vivendo no seu dia a dia. Contudo enquanto esta situação é pensada dentro da perspectiva de se manterem na área, estes impasses são tomados como questões a serem superadas, sendo seu relato sempre acompanhado de expectativa de melhora e formas de obtê-las.

"Muitas coisa que a gente sofreu, ficou sofrendo aqui no Acre, foi através da nossa fé e nossa coraje, né? Que a sinhora já pensou..... Eu pelo meno nunca infrentei mato na minha vida. Já vi muita mata, mas nunca infrentava. Mais eu tinha uma parte dessa terra, né? Intão daí essa força pra nós ainda vencê muita coisa. Porque trataram tanta coisa, trataram tanta coisa, mais enfim cumpriu quase nada. Certo? E tamo aí trabaiando pra vê se daqui pra frente nós tem uma cultura, né? Argum futuro materialmente. Nós daqui pra frente, nós tem um um cartaiz mió pra mó de vendê um produto. Nós já tá que na família tem alguma coisa de produto, né? Agora o probrema que até onte tava em conversa aí, que o probrema das produção é o seguinte - que às veiz não farta nada, bem poquinho coisa, que nós não manda no nosso produto, né? Nós vamo logo comprá uma mercadoria lá, que eles põe o preço. E aqui eles também querem pô o preço, né? Intão, onte saiu esse assunto aqui que nós tem que por preço no que é nosso." (S., 38 anos, Mineiro)

A avaliação que esses trabalhadores fazem de sua situação deixa de ser essencialmente fatalista. A partir dos

parâmetros traçados em sua prática, de quais seriam as condições justas de inserção do pequeno produtor no mercado, eles enfrentam os problemas buscando força na mobilização e no trabalho familiar.

A questão da saúde ainda se coloca como uma das mais sérias hoje. A malária, tirando o produtor da atividade por períodos sucessivos, impede que ele realize seu potencial de trabalho. Contudo ele vive esta problemática, esperando que a melhoria das condições gerais da realização da produção lhe permitam se estruturar para minorar este problema. Nesta linha está a expectativa de construção da casa de madeira como proteção maior ao mosquito transmissor, o acesso á "remédios mais fortes". A perspectiva de romper o círculo vicioso em que o coloca a doença se assenta na capacidade do trabalho e disponibilidade de terra.

A importância da terra no universo cultural desses colonos configura uma atitude de respeito inibidora à qualquer crítica à qualidade do solo. Quando a produtividade é baixa atribuem a falta de conhecimento das formas de cultivo na área e/ou a orientações técnicas incorretas.

"Não é nós dizê, nós sê ignorante dizê que aqui não dá produção. Aqui produiz. aqui produiz mio, produiz arroiz, café. Café ele flora nessa época, quando deu sol, agosto, setembro, intão ele começa a secá os carocinho. Intão quando iscapa é muito poco." (J., 50 anos, Mineiro)

"P - A terra aqui é meio fraca ?

I - A terra aqui é muito boa. Mais ele deve sê bem queimada, sabe ? Se não queimá bem ela não dá nada. I a mata, o primero ano, ela não dá milho, às

vez nem o segundo se não queimá bem. Mais a banana, a macaxera, essas coisa assim, lavora branca, dá bem, sabe ? " (J., 15 anos, Paranaense)

"P - A terra é boa, dá bem ?

I - Não, a terra é boa. A terra, não tem o que dizê da terra. Se nós falá da terra, nós tamo pecando." (J., 30 anos, Baiano)

Na verdade, segundo técnicos que trabalham na área, dentro do Projeto há poucas manchas de terra aptas ao cultivo, o que explicaria a perda de produção de alguns colonos. A necessidade da queimada inclusive se dá pela pobreza do solo em potássio e magnésio.

Essa é uma contradição que se coloca objetivamente no horizonte do colono, contudo ele não a reconhece. A terra como sua aspiração maior, que determina todo seu processo migratório, não pode ser tomada como limite à sua realização de pequeno produtor independente.

Dentro dessa perspectiva de permanência e reprodução no Acre os colonos agregam como meta a vinda dos parentes que permaneceram no Sul como trabalhadores sem terra.

"Agora co a estrada já to melhor um poco. Agora já istô mais contente. Agora não tenho prano de vendê i saí. I um gande desejo que se eu pudesse consegui, meus parente, trazê tudo pra cá. Porque eu sei que eles tão numa miséria de terra ingual como eu istava." (P., 49 anos, Gaúcho)

"P - O Sr. disse que tinha vontade de trazer sua família pra cá ?

I - Pois é, pai, mãe. Pois é queria vir pra cá, queria vim que tá na última necessidade, trabalhando de bóia-fria. Intão qué dizê que a gente precisava, né ? Se pudesse. Eu tenho minha irmã que pediu pra vim pra cá." (C., 48 anos, Gaúcho)

A conquista da terra se coloca como o bem maior

que minora a importância de todas as adversidades. O colono busca na sua afirmação a reestruturação dos laços de parentesco viabilizando o acesso à terra para aqueles que ficaram no Sul numa condição de assalariamento. O Acre é na concepção destes colonos uma fronteira, um espaço que permite a efetivação de seu sonho de produtor autônomo.

* * * * * C O N C L U S ã O * * * * *
= = = = =

O colono é um trabalhador que tem como núcleo de sua identidade o trabalho livre, autônomo. Contudo o trabalho não é dentro de seu universo uma categoria abstrata, não há dentro de sua lógica uma uniformização do trabalho, uma equivalência. Ele é antes de tudo produtivo, transformador e vinculado à terra.

Essa concepção é forjada em seu histórico de vida como produtor rural participante em diferentes processos de "abertura de Estados". Sua história é feita de sucessivas migrações. Esse movimento migratório é, na ótica do trabalhador, a via de manutenção de sua identidade, a resistência à proletarianização. Enquanto movimento determinado pela expansão do capitalismo no campo ele significa a estratégia de valorização e de manutenção da propriedade privada do solo, sem perda para o capital.

Seja como posseiro, arrendatário ou proprietário, o pequeno produtor rural se apropria apenas da parcela do produto que garante a subsistência da unidade familiar.

Na situação de trabalhador sem terra, seu deslocamento obedecia a situações onde o nível de subsistência da família era comprimido a ponto de inviabilizar a sua manutenção.

A experiência concreta que permeia esse mecanismo expoliador é nesse caso a da relação com o proprietário da

terra. A inviabilidade de sua reprodução se dá via um grau de exploração maior exercido pelo "patrão" ou mesmo por sua expulsão na medida em que deixa de ser compensatório ao proprietário ceder terras frente à sua valorização.

Essa experiência é sentida como de injustiça na medida em que o produtor rural tem claro que só o trabalho produz e ele é expropriado do seu produto pelo domínio do patrão sobre a terra.

Ao mesmo tempo ele está sujeito às mudanças de interesse do patrão, escapando do seu controle a possibilidade de uma reprodução mais estável da família.

Em sua experiência de vida, esse trabalhador rural sem terra vê os espaços destinados à culturas de subsistência serem comprimidos ou mesmo inviabilizados. Na medida em que preparam o solo, momento em que teriam condições de estruturar uma produção alimentar que garantiria a "fartura" para a família, são deslocados. A compreensão que têm da terra como potencial de "fartura" a ser realizado pelo trabalho não chega a se efetivar nestas condições.

A posse da terra, embora não descarte a expolição, seja pelo capital industrial, comercial e/ou financeiro, permite que o colono estruture sua produção, organize seu espaço espaço produtivo, levando em conta prioritariamente a reprodução da família. Daí a busca da terra, da liberdade, traça os rumos desse trabalhador.

Contudo, devido ao próprio papel que cumpre "abrin-

do" novos espaços para a expansão do capital, esse trabalhador vê secundada à sua presença a implantação de infra-estrutura viária, o crescimento dos serviços sociais, ou seja, o progresso. Assim a noção de modernização e progresso, embora tenham se constituído nos limites de sua permanência, estão presentes no seu universo com uma conotação positiva, enquanto produtos indiretos de seu trabalho.

Esse trabalhador tem sua história de expropriação, anterior ao assentamento no Acre, vivida como enfrentamentos localizados patrão-empregado. Situações estas em que o engodo via acertos verbais era frequente e fazia de cada história uma história particular, muito ligada à postura pessoal do patrão. Ele ganha a dimensão da problemática do pequeno produtor enquanto uma categoria quando se acha submetido a um processo de expropriação coletiva com o alagamento de Itaipu. O caráter grupal deste processo desenvolve um grande potencial de organização e resistência. Frente a eclosão destas resistências, o governo federal, através do Incra, intervém induzindo a migração de alguns colonos para o Acre. Para viabilizar essa migração, ele lança mão da manipulação dos valores do colono. É ofertada a estes a terra, sua grande aspiração, apresentando ainda um quadro onde todas as condições para que esse trabalhador descapitalizado se estabeleça e reproduza. Na verdade, quando do assentamento, os colonos se defrontam com condições precárias que comprometem a sua sobrevivência.

Se, por um lado, isso representou pesados ônus ao

trabalhador, com os quais ainda hoje, após quatro anos, arcam, por outro, significou uma maior clareza em relação à atuação do Estado. Este deixa de ser uma entidade distante, que não intervém no processo de expropriação a que se acham submetidos. Os colonos buscam compreender os motivos que levam o Estado a enganá-los à semelhança do que ocorria em suas relações patrão-empregado. Eles buscam identificar quem "ganhou" com essa migração. Vão encontrar de um lado os grandes fazendeiros, presentes na área, a quem passam a servir como mão-de-obra, de outro o referencial de sua história de vida, agora coletivizada, que lhes mostra que a pequena produção tem servido para abrir espaço a baixos custos para a entrada de grandes proprietários, e ainda o interesse de deslocar a pressão por terra de um Estado onde está altamente valorizada. Em qualquer um dos sentidos, ou na sua combinação, o Estado é visto por esses colonos como "a serviço dos grandes".

Dentro deste contexto, onde a problemática é grupal, percebida como de uma categoria, onde o principal oponente não é uma pessoa, mas o próprio Estado, a mobilização passa a ser a estratégia de enfrentamento dos colonos. As lutas são específicas, por estradas, financiamento em condições compatíveis, atendimento de saúde, escolas, contudo, eles trazem presente que cada uma das contradições enfrentadas traduz uma estratégia mais global de expropriação. É uma luta por fazer valer uma lógica particular num universo necessariamente homogeneizador. Esta pretensa homogeneidade é decodificada pelo traba-

lhador como contendo em si mecanismos de expropriação. Assim as exigências bancárias, as disponibilidades de crédito de acordo com estas exigências, são para todos, mas adaptam-se unicamente à realidade do grande produtor.

Essa resistência é legitimada, na ótica do colono, em primeiro lugar pela terra ser entendida como um bem natural a que todos têm direito desde que conquistem-na com seu trabalho. Em segundo lugar, eles se vêem como pioneiros no Estado, o que lhes impõe grandes sacrifícios e por isso mesmo lhes outorga o direito de terem viabilizada sua reprodução.

De fato, quando o colono se defronta com as condições do assentamento, ele se percebe frente a um "sertão". Ele só se defronta com matas e casas abandonadas. A estrada é praticamente intransitável, e os ramais, aberturas estreitas na mata, tiveram que ser refeitos para poderem levar os poucos pertences que trouxeram. Não há escolas, não há atendimento médico, não há condução que os ligue com a cidade.

Esses colonos vindos do Sul não têm em sua história de vida experiência com economia essencialmente extrativista, como no caso da acreana. Não cabe em sua lógica a presença de pequenos produtores que habitam na área há trinta, quarenta anos e não tinham efetivado melhorias em suas áreas. Não lutam pelas condições que, dentro do processo de realização de produção agrícola, são mínimas, como estradas, esquemas de comercialização. Produtores que desenvolvem uma agricultura de subsistência ínfima, incapaz de garantir a manutenção da famí-

lia.

Dentro dessa contraposição de culturas, os colonos vindos do Sul formulam um estereótipo do ex-seringueiro como super explorado mas passivo, avesso ao desenvolvimento, rude.

Os conhecimentos que os acreanos possibilitam ao colono sulista são minorados, vistos como contingentes, superados dentro de uma perspectiva de transformação, na medida em que eles se atém à mata e às condições de vida dentro dela.

Conhecimentos legítimos são aqueles veiculados através de um trabalho transformador, que imprime o desenvolvimento.

Dentro da vida a compreensão do colono a manutenção do extrativismo nativo é absurda. A imobilização de terras onde o trabalho se limita a explorar as riquezas naturais, sem se apropriar da terra, não faz sentido.

A partir dessa percepção, o colono sulista acredita que o acreano tem de aprender com ele, assimilar os valores de desenvolvimento. Sua presença seria portanto positiva.

Contudo essa não é a percepção do trabalhador rural do Acre. A colonização como resposta à sua luta pelo espaço de trabalho o inviabiliza como seringueiro, nega a sua identidade. Por isso ele se retrai frente à colonização, o que reforça para o colono vindo do Sul a idéia do acreano como avesso ao desenvolvimento.

"Bem como eles já me falaram que se viesse mais paranaense aqui, eles iam entrá pro Amazonas, iam pra Bolívia. Porque paranaense chega derruba mata

e queima e pranta i é onde a caça...Intão eles não querem assim.Eles querem ficá no meio da mata bruta assim mesmo." (J.W., 35 anos, Paranaense)

O trabalhador vindo do Sul não se apercebe que à semelhança do que ocorreu com ele, a luta do posseiro/seringueiro é pela própria identidade. Que nessa luta ele capitulando é empurrado para novas áreas.

Enquanto portador da lógica da "abertura" do Estado, de promover o desenvolvimento, negando a possibilidade de reprodução do seringueiro, o colono se incorpora no processo de contra-reforma agrária.

Contraditóriamente ele é o legitimador de um processo que se realiza às expensas do alto grau de exploração e que o submete, se valendo da lógica unificadora, que desconhece a diferença. Quando se referencia ao posseiro a lógica uniformizada está presente, concebendo o trabalho dentro de um único parâmetro.

Nesse processo legitimado pelo colono está presente a perspectiva de sua exclusão.

No mesmo momento em que o Incra traz esses trabalhadores desconsiderando os padrões traçados pela própria instituição que configuram uma unidade familiar com potencial produtivo, está presente para alguns a sua futura expropriação. Aqueles que não dispõem de filhos em idade produtiva e o chefe da família é idoso, dificilmente conseguem se estruturar, particularmente frente às condições adversas que enfretam. Este processo, que se daria sem dúvida no seu lugar de origem, mas

que dado as condições geradas pelo alagamento de Itaipu, como componente do grupo, encontraria um movimento de resistência, aqui se direciona para uma forma pacífica, assumida com opção pelo colono.

Por outro lado, os mecanismos de exploração, de extração do excedente da pequena propriedade, estão presentes por intermédio do capital comercial e financeiro. Contudo, enquanto os colonos sentem-nos com de expropriação, tem respondido de forma organizada enquanto luta pela manutenção de sua identidade. Eles percebem o Estado, as instituições financeiras, a serviço do grande proprietário. Sua prática de "abertura do Estado" como o momento primeiro, preparatório para a expansão da grande propriedade, leva a que eles identifiquem no grande proprietário seu principal opositor.

O processo de expulsão do posseiro/seringueiro se dá pelo mesmo agente, e o colono referencia o direito que este trabalhador tem, e se contrapõe a essa expulsão. Contudo a resposta é pensada dentro de seus parâmetros de terra e trabalho, legitimando a intervenção governamental.

Essa contraposição de trabalhadores, sujeitos ao mesmo processo de expolição, em momentos diferentes de sua reprodução e segundo mecanismos distintos me parece o elemento básico a ser recuperado como contribuição à luta dos pequenos produtores rurais.

A possibilidade de identificação de que estão reproduzindo a lógica dominante quando negam o direito do serin-

gueiro manter sua identidade, pelos colonos, não está presente em suas relações de trabalho, não integra seu processo de reprodução. Assim ela se dá via intermediação política. O Sindicato em Rio Branco não se tem mostrado capaz de imprimir esta unidade à luta embora os dois enfrentamentos - de colonos e de seringueiros/posseiros estejam presentes. Não desenvolvo uma análise mais aprofundada desta entidade. Para se delinear como ela tem efetivamente assumido estas lutas seria necessário uma pesquisa participante de maior duração e mais presente na entidade. Contudo algumas questões levantadas quando da eleição sindical apontam para os possíveis limites que tenha com a atual diretoria para assumir a problemática do seringueiro/posseiro. A atual diretoria mantém estreita ligação com o governo, sendo elemento chave na política de "participação".

Essa ligação tem despertando a desconfiança de muitos trabalhadores.

"Eu vi esse cara só cum carro do governo por aí. I diz que é do lado dos colono. O ano passado ele andô aí cum uma C-10 branca, passô quaje o inverno todo cum o carro do governo. Aí um cara desse não pode ser a favor do colono, dirigindo um carro do governo. Aí um cara disse não pode ser a favor do colono, dirigindo um carro do governo."
(J., 15 anos, Paranaense).

Contudo ao mesmo tempo que esse vínculo gera a desconfiança, ele permite o acesso a inúmeros favores que são usados para se obter a adesão de alguns colonos.

Esse apoio, aliás, contou para a reeleição da atual diretoria, já que nas últimas eleições havia se constituído u-

ma chapa de oposição. O governo estadual colocou à disposição da chapa da situação, cinco caminhões, que transportavam os colonos, portando cartazes de propaganda da referida chapa.

Os mecanismos de manipulação se estendem. O governo promove ainda a formação de associação de produtores com a promessa de doar maquinário. A operação e manutenção destas máquinas fica a cargo dos colonos, o que supõe um mínimo de condições financeiras. Esta ação favorece a seleção daqueles produtores com potencial de se tornarem pequenos empresários, ao mesmo tempo que deprime a situação daqueles que já se encontram em condições desfavoráveis, estabelecendo um novo padrão de produção.

Assim, a ação governamental permanece procurando configurar uma área ocupada por uma agricultura em bases "modernas". Nesse processo são expropriadas tanto seringueiro/posseiros, como está presente a perspectiva de expropriação de boa parte dos colonos.

Os desdobramentos desse processo estão na dependência da resistência desses trabalhadores, no exercício do discernimento que adquiriram das manipulações governamentais. Da possibilidade de fazerem valer o espaço para sua lógica específica enquanto presente numa realidade específica.

* * * B I B L I O G R A F I A * * *
 = = = = =

- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas
 "A questão Agrária e o Capitalismo", Editora Paz e Terra, R.J., 1977.

- Anuário Antropológico - 77. Tempo Brasiliense, S.P., 1984.

- BORDIEU, Pierre :
 Org. Renato Ortiz, Editora Ática, S. P., 1983

- BRANDÃO, Carlos R. :
 "Lutar com a Palavra" Edições Graal, R.J., 1982
 "Saber e Ensinar", Papyrus Livraria Editora, Campinas, 1984
 "Pesquisa Participante" (org.), Editora Brasiliense, S. P., 1982
 "Repensando a Pesquisa Participante" (org.), Editora Brasiliense, S. P., 1984
 "Os Caipiras de São Paulo" - Editora Brasiliense, S.P., 1983.

- CANCLINI, Nestor Garcia
 "As Culturas Populares no Capitalismo", Editora Brasiliense, S.P., 1983.

- CÂNDIDO, Antonio
 "Os Parceleiros do Rio Bonito", Livraria Duas Cidades, S.P., 1975.

- CARDOSO, Fernando H. e MULLER, G.
 "Amazônia: Expansão do Capitalismo", Editora Brasileira, S.P., 1978

- CHAUI, Marilena
 "Cultura e Democracia - o discurso competente e outras falas", Editora Moderna, S.P., 1981.
 "O que é Ideologia", Editora Brasiliense, S.P., 1984

- Estudos CEBRAP, 26 e 27 - Editora Vozes, S.P., 1980

- FREIRE, Paulo :
 "Acção Cultural para a Liberdade e outros Escritos"
 Editora Paz e Terra, R.J., 1982.

- GODELIER, Maurice :
 "Godelier" - Organizador: Edgar de Assis Carvalho,
 Editora Ática, S.P., 1981.

- IANNI, Octávio :
 "Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia",
 Editora Vozes, Petropolis, 1979.
 "A luta pela terra", Editora Vozes, Petropolis, 1978

- LEHMANN, David y ZEMELMAN, Hugo
 "El Campesinato : clase y conciencia de clase", Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1972.

- MARTINS, José de Souza:
 "Expropriação e Violência - a questão política no campo", Editora Hucitec, S.P., 1982.
 "A Imigração e a Crise do Brasil Agrário", Livraria Pioneira Editora, S.P., 1973.
 "Os camponeses e a Política no Brasil", Editora Vozes, Petrópolis, 1981.

- PASSERON, Jean - Claude e BORDIEU, Pierre
"A Reprodução", Livraria Francisco Alves Editora
S.A., R.J., 1982.

- PETRONE, Maria Thereza Shores
"O Imigrante e a Pequena Propriedade", Editora Bra-
ziliense, S.P., 1984.

- Revista: "Debate e Crítica" Nr. 4 - Hcitech, S.P., 1974.

- Revista: "Comunicação e Sociedade" Nr. 4 - Cortez Editora,
S.P., 1980.

- SANTOS, José Luiz dos
"O que é Cultura", Editora Brasiliense, S.P., 1984.

- SILVA, Adalberto Ferreira
"Raízes da Ocupação recente das Terra do Acre: Movi-
mento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa
pela Terra". - Tese apresntada ao Centro de Desen-
volvimento e Planejamento Regional da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial pa-
ra a obtenção do grau de Mestre em Economia. M.G.,
1982.

- SILVA, José Graziano da (Coord.)
"Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na A-
gricultura Brasileira", Editora Hucitec, S.P., 1980

- SZMRECSÁNYI, Tamás e Queda, Oriowaldo (org.)
"Vida Rural e Mudança Social", Companhia Editora Na-
cional, S.P., 1973.

- VALLE, Edênio e QUEIROZ, José (org.)
"A Cultura do Povo" - Cortez e Moraes, S.P., 1979.

- VELHO, Otávio Guilherme

"Frentes de Expansão e Estrutura Agrária", Zahar Editores, R.J., 1972.

- ZANONI, Mary Helena Allegretti

"Os Seringueiros -(Estudo de Caso em Seringal nativo do Acre) -Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, D.F.,1979 (XEROX)

* * * * * A N E X O S * * * * *
= = = = =

A N E X O I

ACRE - RELAÇÃO ENTRE ÁREA CADASTRADA E ÁREA TOTAL POR
MICRO REGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS - 1982

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E MUNICÍPIOS	=ÁREA TOTAL = (Ha)	=ÁREA CADASTRA = DA (Ha)	=ÁREA CA- =DASTRADA =/ÁREA TO =TAL (%)
ACRE	15.258.900,0	15.437.787,9	101,2
=====	=====	=====	=====
Alto Juruá	7.304.300,0	5.030.559,5	68,9
-----	-----	-----	-----
Cruzeiro do Sul	2.440.100,0	1.592.778,3	65,2
Feijó	1.963.200,0	1.567.722,2	79,9
Mâncio Lima	691.100,0	170.472,5	24,7
Tarauacá	2.209.900,0	1.699.586,5	76,9
Alto Purus	7.954.600,0	10.407.228,4	130,8
-----	-----	-----	-----
Assis Brasil	399.100,0	- 90.108,0	22,6
Brasiléia	388.500,0	638.574,8	164,4
Manoel Urbano	2.105.500,0	2.589.670,5	123,0
Plácido de Castro	279.200,0	- 118.910,5	40,0
Rio Branco	1.429.400,0	1.694.813,2	118,6
Sena Madureira	2.305.100,0	4.270.740,1	185,3
Senador Guimard	216.100,0	125.175,0	57,9
Xapuri	813.700,0	879.236,3	108,0

FONTE: INCRA-CR (14) - Mapa Demonstrativo da Emissão do ITR-82. Grupamento de Cadastro e Tributação - (Da Tese de Mes- trado: Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: Mo- vimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra - Adalberto Ferreira da Silva).

PERIÓDOS DE ESTIMULUMS

CULTURS	SURPARA		CITRUS		BANANA		PERFORMA		OLIVEIRA		CIFE		OCORR		PARIZ		FEIJOAO		MILHO		MAMODOCA	
	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
OPERACOES	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
BRIDA	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO	JUN/AGO						
DEBASTE	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET	AGO/SET						
PREPARO DE AREA (C. Prunifera)	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET	SET						
FORMACAO DE MUDAS	DEZ/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV	FEV/FEV
REALIZACAO DE COBERTURA	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT						
PLANTIO	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ	OUT/DEZ						
COBERTA	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
COBERTA DE PRAGAS	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
CONTROLE DE DOENÇAS	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
POBONCHO EM COBERTURA	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV	OUT/FEV						
POBONCHO DE PLANTIO	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT	SET/OUT						
CAPINA	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
POCISEM	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
TUTORAMENTO	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN	PER/JUN						
PODA (Decorata)	FEV/FEV	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL	JUN/JUL
COLISEM	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==	==
COLHEITA	OUT/JAN	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV	PER/FEV

xx : Sempre que se fizer necessario

: Após o perfilhamento e antes do enraizamento

@@ : 15 a 20 dias após o plantio

OO : 30 a 35 dias após o plantio

== : 30 dias antes do plantio na covas

ZZ : 30 dias antes do plantio incorporado

DEPARTAMENTO DE PRODUCAO VEGETAL - DPV